UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUCAS MALTA MINGARDI

O Ciclo da Filiação Partidária no Contexto Brasileiro
(Versão Corrigida)

São Paulo
2018

LUCAS MALTA MINGARDI

O Ciclo da Filiação Partidária no Contexto Brasileiro
(Versão Corrigida)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M663c Mingardi, Lucas Malta
O Ciclo da Filiação Partidária no Contexto Brasileiro / Lucas Malta Mingardi ; orientador Bruno Wilhelm Speck. - São Paulo, 2018.
181 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Filiação Partidária. 2. Organização Partidária. 3. Partidos Políticos. 4. Política Comparada. I. Speck, Bruno Wilhelm, orient. II. Título.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FOLHA DE APRESENTAÇÃO

Lucas Malta Mingardi
O Ciclo da Filiação Partidária no Contexto Brasileiro

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

Aprovado Em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Ah, o famigerado espaço dedicado aos agradecimentos, turbulenta seção de toda tese onde podemos, ainda que minimamente, recobrar um pouco da poesia que nos é apagada no ambiente acadêmico-científico. Onde podemos recordar que o trabalho acadêmico, apesar de solitário, jamais é feito de forma isolada, e que por trás de todo indivíduo há sempre uma série incontável de pessoas que, direta ou indiretamente, tornaram seu trabalho possível. Onde podemos depositar todo nosso âmago, nosso fígado e estômago, dando um pouco de emoção a um ambiente instucionalizadamente frio e racional. Onde podemos dar ao leitor um pouco do gosto da “cozinha de pesquisa”, muito mais tumultuada do que a fria pena de um trabalho concluído pode insinuar. Onde podemos, enfim, com a tese impressa e em mãos, passear pelos corredores, e alegremente apontarmos a nossos companheiros enquanto acaloradamente dizemos “Olha, coloquei você nos Agradecimentos!”. O que poderíamos incluir em tal seção que fosse drasticamente diferente do que já foi escrito e reescrito incontáveis vezes? A resposta, certamente, é nada. Peço perdão aos eventuais leitores transeuntes, portanto, pois esta seção é por definição sobremaneira *cliché*.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, especialmente meus pais, Cezar Alberto Mingardi e Ilza Malta Mingardi, bem como à minha irmã caçula, Aline Malta Mingardi, por terem participado de cada momento da minha vida. Ou, mais especificamente, pensando nesses últimos meses, agradeço a paciência que tiveram por aguentar todas as vezes em que eu caoticamente transitava pelos cômodos de casa, balbuciando algumas palavras incompreensíveis, aflito por não conseguir terminar minha pesquisa.

A meu maior e mais antigo amigo, Cauan Botelho Nasser, por ter me aturado por todos esses anos. Faz o que agora, 15 anos que nos conhecemos? E durante esses quinze anos, deparei-me mais de uma vez me perguntando como e por que continuamos mantendo contato, apesar de todas as adversidades que tivemos. A resposta ainda não sei, mas certamente fico feliz de tudo ter dado certo. A Tatiana, Saulo, Dona Júlia, Yago e Yanka, por sempre terem me recebido acaloradamente. Prometo que de agora em diante terei mais tempo para visitá-los.

A todos os amigos que fiz ao longo da minha graduação em Ciências Sociais, sem os quais certamente não teria chegado aqui. Agradeço a Tatiane Daniel Passarini, Paula Santana Santos, Larissa Braga, Joyce Luz, Filipe Freitas Melo, José Militão, João Garbelotto, Gabriela Trindade, Gabriela Cândido, Gustavo Higa, João Victor Andrijich, Leilor Miranda, Diego Novais, Guilherme Ciccarelli e Fábio Harano. O tempo que passamos juntos é simplesmente inesquecível.

A todos os amigos que acabei fazendo durante esses anos no Nupps. Aos professores José Álvaro Moisés, Edison Nunes, Elizabeth Balbachevsky e Emmanuel Nunes de Oliveira, por sempre estar atentos em me auxiliar com o que fosse. A Vera Cecília, Regina dos Santos, José Veríssimo, Adrián Albala, Gabriel Madeira, Sérgio Simoni, Lilian Sendretti, Rafael Mucinhato, Beatriz Sanchez, Fabrício Vasselai e Caio Izaú. A vocês fica um sorriso agridoce de que ao mesmo tempo que celebro seu sucesso profissional, entristece-me a distância que estou de muitos de vocês, fazendo com que seja muito difícil de revê-los pessoalmente. Espero que consigamos nos ver mais do que em congressos acadêmicos de agora em diante.

Ao meu orientador, Bruno Speck, por ter disponibilizado seu tempo, mesmo nos períodos mais inconvenientes a ele, para me dar valiosas lições. Foi graças a seus ensinamentos que mesmo uma pessoa cabeça-dura como eu pôde fazer uma pesquisa que possa — ainda que minimamente — contribuir para o estado da arte como um todo.

Aos funcionários do departamento de ciência política, Márcia e Vasne, por puxarem minha orelha sempre que eu esquecia de algum procedimento burocrático, auxiliando-me com um sorriso indescritível em todos esses trâmites acadêmicos pelos quais todos temos de passar.

Um agradecimento especial aos professores Oswaldo do Amaral e Glauco Peres da Silva, que se disponibilizaram a fazer parte da minha banca de qualificação. Agradeço ainda aos professores Lorena Barberia e Fernando Guarnieri por me ajudarem em mais de uma ocasião com o andamento de minha pesquisa. A Pedro de Castro, Grazielle Silotto, Lucas Gelape, Gabriela Neto, Leonardo Barone e todo o pessoal do grupo de Estudos Eleitorais do Neci. A Umberto Mignozzetti, Gabriel Cepaluni, Natalia Liberato, Ingrid Oliveira, Leticia Santana, Larissa Santos, Nayara da Costa e todo o pessoal do CPDOC. Por fim, aos meus demais colegas do DCP.

Como promessa é dívida, não poderia deixar de agradecer a Eduardo, Daniel, Miguel, Felipe, Matheus, Stephan, Pedro, Joaquin, Fernando, Stefania, Sergio, Alan, Javier, Diego, Ronald, Janet, Ernests, Andri, Connor, Dan e Audrey. Que vocês saibam que realmente me ajudaram nos momentos mais difíceis.

Ao CNPq, pelo financiamento do projeto de pesquisa, que sem sombra de dúvidas não teria sido concluído sem seu apoio.

Por fim, agradeço a todos os meus leitores. Chega a ser engraçado como a expressão “todos os leitores” é muito mais enganosa do que se pode imaginar. Quem nunca, durante seus primeiros anos de graduação, imaginava “com absoluta certeza” de que revolucionaria o campo em que trabalha? A expressão “todos os leitores”, assim, parece à primeira vista muito mais sem-graça quando comparamos nossas expectativas juvenis à realidade acadêmica. E, mesmo assim, aprendemos, dentre esse turbilhão de apertos-de-mão e abraços, de *emails* e falas entrecortadas, a estimar cada pessoa que

se dispôs a tomar seu tempo para nos ouvir. Assim sendo, agradeço do fundo do meu coração a cada um de vocês.

Pois bem, o que era para ser uma breve nota acabou se tornando muito maior do que deveria. Peço desculpas quanto a isto. Espero que a leitura da presente pesquisa seja tanto informativa quanto prazerosa; tentamos ao máximo perseguir este objetivo.

MINGARDI, Lucas Malta. O ciclo da filiação partidária no contexto brasileiro. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo 2018.

Resumo

Embora a filiação partidária seja um tema clássico da agenda de ciência política, segue essa sendo relativamente pouco estudada. Igualmente, as ferramentas teórico-analíticas presentes na literatura estão muito centradas no contexto europeu, associadas geralmente ao contexto histórico da chamada crise de representação política. Propomos uma forma alternativa de se compreender a filiação: o ciclo da filiação partidária. Definimos a filiação como sendo composta de três elementos interdependentes: o recrutamento partidário, a ação partidária e o desligamento partidário. Em um primeiro momento, voltamo-nos à literatura internacional, buscando entender seus avanços a partir da óptica de nosso conceito de ciclo da filiação. Em seguida, analisamos cada etapa do ciclo a partir do contexto brasileiro. Utilizamos para tal a base pública de dados de filiação do TSE. Em linhas gerais, podemos concluir que cada etapa do ciclo de filiação possui forte relação com o ciclo eleitoral brasileiro. Além disso, temos indícios de que políticos profissionais e membros-base comportam-se de maneira distinta dentro dos partidos. Por fim, que as mudanças institucionais realizadas ao longo do período democrático têm impacto profundo na organização partidária de maneira geral.

Palavras-chave: Filiação Partidária. Organização Partidária. Partidos Políticos. Política Comparada.

MINGARDI, Lucas Malta. The cycle of party membership from the Brazilian context. 2018. 177 f. Dissertation (Master's Degree). Political Science department of the University of São Paulo, São Paulo, 2018.

Abstract

Although party membership is a classic theme in political science, it still is a relatively understudied subject. Moreover, theoretical-analytical tools present in the literature are too much focused on the European context, while at the same time being associated with the historical context of the so-called crisis of political representation. We propose an alternative way of understanding party membership: the cycle of party membership. We define party membership as being composed of three interdependent elements: party recruitment, party participation, and party departure. At first, we turn to the international literature, trying to understand its advances from the perspective of our concept of membership cycle. Next, we analyze each stage of the cycle from the Brazilian context, using the public database of party membership provided by the TSE. In general terms, we can conclude that each stage of the party membership cycle in Brazil has a strong relationship with the electoral cycle. Furthermore, we have indications that professional politicians and base members behave differently within parties. Finally, institutional changes throughout the Brazilian democratic period seems to have a profound impact on party organization in general.

Keywords: Party Membership. Party Organization. Political Parties. Comparative Politics.

Sumário

<i>Introdução.....</i>	<i>19</i>
 <i>Capítulo 1 – As bases teóricas do ciclo partidário</i>	 <i>33</i>
1. A noção de ciclo de filiação partidária enquanto objeto de pesquisa.....	33
2. As etapas do ciclo da filiação partidária.....	36
2.1. O Recrutamento ou Ingresso Partidário.....	36
2.2. A participação ou ação partidária.....	48
2.3. O desligamento partidário.....	56
3. Observações Finais.....	63
 <i>Capítulo 2 - O Recrutamento Partidário sob o Contexto Brasileiro.....</i>	 <i>65</i>
1. O Recrutamento partidário enquanto objeto de pesquisa.....	65
2. Características institucionais do Brasil relativas ao recrutamento partidário.....	67
3. Operacionalização dos dados.....	72
4. Análise descritiva do recrutamento partidário.....	74
5. Modelando o recrutamento partidário.....	85
6. Notas Finais.....	92
 <i>Capítulo 3 - A Candidatura enquanto Ação Partidária.....</i>	 <i>95</i>
1. A ação partidária enquanto objeto de pesquisa.....	95
2. Características institucionais do Brasil relativas à candidatura.....	98
3. Operacionalização dos dados.....	99
4. Análise descritiva da candidatura enquanto ação partidária.....	102
5. Modelando a candidatura enquanto ação partidária.....	111
5.1. Variáveis de Interesse da Candidatura.....	111
5.2. Analisando os modelos de Candidatura.....	115
6. Notas Finais.....	119

Capítulo 4 - A Saída do Partido.....	122
1. O desligamento partidário enquanto objeto de pesquisa.....	122
2. Características institucionais do Brasil relativas ao desligamento partidário.....	124
3. Operacionalização dos dados.....	127
4. Análise descritiva do desligamento partidário.....	129
5. Modelando o desligamento partidário.....	138
5.1. Variáveis de Interesse do Desligamento.....	138
5.2. Analisando os modelos de Desligamento.....	142
6. Notas Finais.....	146
 Conclusão.....	 149
 Referências Bibliográficas.....	 153
 Apêndice.....	 161
1. Capítulo 2.....	161
2. Capítulo 3.....	173
3. Capítulo 4.....	177

Índice Remissivo

DC - Democracia Cristã

DEM - Democratas

Lei dos Partidos Políticos - Lei 9.096/1995

LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 4.740/1965 e Lei 5.682/1971)

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NOVO - Partido Novo

PATRI - Patriota

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCO - Partido da Causa Operária

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

MDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMB - Partido da Mulher Brasileira

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PODE - Podemos

PP - Progressistas

PPL - Partido Pátria Livre

PR - Partido da República

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PRP - Partido Republicano Progressista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Socialista Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PV - Partido Verde

REDE - Rede Sustentabilidade

SD - Solidariedade

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

Introdução

Apesar de a filiação partidária ser mencionada como objeto de pesquisa desde os primórdios da construção da ciência política enquanto campo de pesquisa, estudos especificamente acerca da filiação partidária permanecem sendo relativamente raros. Apenas nos últimos 20 anos passou a ganhar maior espaço em revistas e *journals*, passando a ganhar ligeiro destaque no campo. Para a literatura, o maior problema que retarda o avanço dessa agenda de pesquisas seria justamente a dificuldade na obtenção de dados de filiados (Katz et al, 1992; Mair & van Biezen, 2001; van Biezen et al, 2012). Similarmente, a validade dos dados obtidos é de preocupação constante para os autores (Bartolini, 1983: 178; van Haute, 2009). Outrossim, há um problema de viés ao se deixar de fora da análise partidos de menor porte, que usualmente não controlam o registro de seus membros tão acuradamente quanto partidos maiores (van Biezen et al, 2012: 26).

A despeito dessa falta de sistematicidade na condução de pesquisas, múltiplas leituras foram sendo feitas da evolução do campo de estudos¹, com relativo grau de discordância de como interpretar seja objeto de pesquisa, seja a área como um todo. Em vez de darmos nossa própria interpretação do fenômeno, separamos aqui nessa seção alguns pontos de inflexão, i.e. elementos e tradições comuns que parecem permear sempre o debate da literatura.

O primeiro desses elementos seria o que podemos chamar de uma linha *Michels-Olsoniana* de pesquisa² do impacto da quantidade de membros nas organizações partidárias. Como observam Panebianco (2005:350) e Heidar (1994:63), esse tipo de pesquisa trata a quantidade de membros enquanto variável independente, afetando a organização partidária como um todo. A pesquisa de ambos os autores sugere que o aumento no número de membros em dada organização acaba por

¹ Para citar alguns exemplos, Panebianco (2005), Daalder (1992), Heidar (1994; 2006), Hofnung (1996), Scharrow, (1994; 2010; 2014), van Haute (2011a).

² Isto é, baseadas nas obras de Michels (1985) e Olson (2009).

modificar tanto a estrutura organizacional em si da mesma, quanto modifica as estruturas de incentivos e, portanto, os pontos ótimos de ação de cada um dos membros de tal organização, relativamente à posição estrutural a qual ocupam.

Uma segunda linha de pesquisa seria o clássico estudo de Duverger (2012) a respeito dos partidos políticos, de maneira geral, e o impacto do surgimento do partido de massas, em específico. No campo de estudos da filiação partidária, duas importantes contribuições podem ser atribuídas ao autor francês. Primeiramente, podemos ver em Duverger (2012) um primeiro esforço de definição do que seria propriamente a filiação partidária, através de seu clássico modelo dos círculos concêntricos³. Em seguida, vemos a insistência do autor em afirmar que membros partidários diferem entre si a depender do contexto institucional ao qual estão inseridos (Duverger, 2012). Tal passo foi importante para que se desenvolvesse a agenda de pesquisa da ‘qualidade’ dos membros (Bartolini, 1983; Heidar, 1994; 2006; 2007; Bruter & Harrison, 2009).

A terceira tradição seria uma linha *wilsoniana* de pesquisa⁴. Tais pesquisas derivam da tipologização, feita por Clark & Wilson (1961), da estrutura de incentivos. Tal tipo de pesquisa coloca em segundo plano as estruturas institucionais que pressionam os agentes, focando-se em como tais estruturas acabam por conformar tipos distintos de incentivos, afetando-os de forma individual e particular. Os indivíduos, e não as estruturas institucionais, assim, são o foco de tal linha de pesquisa. Alguns autores (e.g., Szczerbiak, 2001; Kriesi et al, 2008; van Haute, 2011; dentre outros) gostam ainda de separar tal análise pelo lado da “oferta” da filiação partidária (isto é, os partidos), de um lado, e da “demanda” (os cidadãos) de outro.

Por fim, a quarta e quiçá mais polêmica linha de pesquisas que se formou no campo de estudos da filiação seria a linha da chamada “crise” da filiação partidária. Tal linha parte da evidência empírica encontrada por autores como Selle & Svasand (1991) e Katz et al (1992) que em

³ Discorreremos mais a respeito de tal modelo em nosso Capítulo 1.

⁴ Ou ainda, *Weber-Wilsoniana*, como afirma Heidar (1994), dada a clara inspiração dos tipos ideais de Weber na tipologização dos incentivos feita por Clark e Wilson.

dados partidos de dados países, sobretudo na Europa, a taxa de filiação partidária significativamente decresceu ao longo do século XX. O problema em tal linha de pesquisa é generalizar esse decréscimo do número de filiados em uma noção de crise do sistema político-partidário como um todo. Como dito por Kölln (2014), tal linha de pensamento trata-se de uma visão “pessimista” da evolução dos partidos políticos na Europa, fruto do que Daalder (1992) apontava já como uma interpretação equívoca do argumento *duvergeriano* da expansão dos partidos de massa, tratando-os como a forma quintessencial dos partidos políticos. Isto é, para Daalder, se os partidos políticos realmente estiverem em crise, a crise seria mais de um tipo específico de partido (o partido de massas) do que do sistema partidário como um todo.

Uma particularidade que observamos ao analisar a literatura especializada é que o termo “filiado” parece ligeiramente ter seu significado modificado a depender do contexto em que é empregado. Ou, como já dizia Heidar (1994), a natureza da filiação partidária é polimórfica. Por vezes, “filiado” se refere ao ato de ingresso de um cidadão a um partido político, à assinatura do contrato entre o indivíduo e um coletivo de agentes políticos⁵. Outras vezes, com “filiado” autores se ao que ocorre com os membros do partido uma vez dentro dos mesmos⁶. Finalmente, é empregado o termo “filiado” quando se quer falar da capacidade dos partidos políticos de reter seus membros⁷.

5 Tal linha de pesquisa estaria interessada nos princípios que levam os partidos políticos a aceitarem membros dentro de sua organização ou, conversamente, por que cidadãos aceitam fazer parte de partidos políticos. Vide Katz (1990), Scarrow (1994), Panebianco (2005:350-353) e Heidar (2006) para exemplos do porquê partidos aceitariam membros. Vide a teoria geral dos incentivos (Clark & Wilson, 1961) para entender os motivos que levam cidadãos a entrarem em organizações políticas.

6 O tipo de estudo mais comum da ação partidária é feito através da noção de “qualidade” do membro. A filiação, assim sendo, não é tão somente o ato de ingresso no partido, mas também a forma pela qual o indivíduo atua (e se atua) para o e através do partido. Para uma noção mais geral, vide Panebianco (2005 [1985], 52-54), Heidar (1994), Heidar (2006), Whiteley (2011). Para estudos empíricos focados em casos locais do que motiva a atividade partidária vide Gallagher & Marsh (2004), Saglie & Heidar (2004), Seyd & Whiteley (2004), Amaral (2014).

7 A capacidade de “reter” ou de “permanecer” no partido pode também ser entendida através de sua negativa, i.e. os motivos que levam os dirigentes partidários ou os membros-base a respectivamente expulsar membros ou sair do partido. O tipo de estudo mais popular acerca do desligamento partidário se deu pelo estudo da chamada “crise” dos partidos políticos; crise esta notoriamente marcada pelo contexto político-partidário europeu. Das obras que estudam o caso da suposta crise de filiação partidária, temos Dennos (1966), Selle & Svasand (1991), Tan (1997), Whiteley (2009, 2011), Scarrow (2010, 2014a) e van Biezen et al (2012) como exemplos de autores que em certa medida apóiam tal noção de “crise” do sistema; bem como Reiter (1989),

Usos distintos de um mesmo termo, que pelo contexto parecem ligeiramente modificar o significado de uma mesma palavra, muito embora o núcleo de seu sentido parece ser o mesmo.

Percebemos que essas modificações no uso do termo filiado nada mais são do que distintas formas de se enfatizar o mesmo fenômeno. Decidimos por denominar a inter-relação entre esses distintos usos do termo como o *ciclo da filiação partidária*. Em uma metáfora biológica, assim como seres vivos nascem, crescem e morrem, também os filiados ingressam ao partido (doravante o “recrutamento partidário”), atuam nele e através dele (“ação partidária”) e, por fim, decidem por sair do partido (“desligamento partidário”). Idealmente, para se entender por completo como funciona a dinâmica da filiação partidária em dado país, acreditamos que seja mister compreender a dinâmica de cada uma dessas etapas, bem como essas se inter-relacionam. Ainda que estejamos, hoje, distantes de tal nível de compreensão do ciclo de filiação partidária, acreditamos que tivemos sucesso em dar o primeiro passo nessa empreitada. A compreensão do pleno funcionamento do ciclo da filiação é, portanto, o objetivo último da pesquisa da filiação partidária de modo geral. Idealmente, seria a partir desse entendimento extensivo que poder-se-ia passar a analisar países de forma comparada. Ou, parafraseando o característico tom informal de Heidar (2007:20), tal compreensão é o que seria “bacana de saber”⁸ a respeito da filiação partidária.

Uma questão fundamental para a relação das utilidades relativas de cada agente se centra na questão da configuração específica do sistema político-partidário de determinado país⁹. Assim sendo, um ponto que deve ficar claro é o que se teria a ganhar em estudar o caso específico brasileiro da filiação partidária, sobretudo sob o ponto de vista da política comparada como um todo. É natural que, enquanto brasileiros, nosso desejo de se entender as dinâmicas do funcionamento do sistema político nacional seja prevalente, ainda mais em um cenário onde pesquisas acerca de nosso tema

Daalder (1992), Webb (1995), Hofnung (1996), Ignazi (1996), Hetherington (2001), Kölln (2014) e Albertazzi (2016) como autores que a rejeitam parcial ou completamente.

⁸ Tradução um tanto livre de “*it would be nice to know*”.

⁹ Ou, mais genericamente, do “ambiente”, como Panebianco (2005: 397-434) coloca o problema.

começaram a ser feitas muito recentemente. A mera curiosidade acerca de como nosso objeto de pesquisa se comporta em solo nacional não pode ser, todavia, o único ou mesmo o principal motivo que leva a nos debruçar em nossa pesquisa. O ponto então é: por que se estudar o Brasil? O que um pesquisador de qualquer lugar do mundo teria a ganhar ao estudar o caso brasileiro, além da mera satisfação de compreender como funciona o sistema de filiação partidária em solo tupiniquim?

Acreditamos, assim, que o brasileiro possua cinco vantagens analíticas que tornem notório seu estudo sob uma perspectiva comparada mais abrangente. Primeiramente, embora não exclusivo ao caso particular brasileiro, é que estudá-lo significa desconcentrar a análise da filiação partidária da perspectiva europeia. É possível de se cogitar que haja um problema de validade externa no campo da filiação partidária. Será que as relações entre partidos e seus membros no resto do mundo são as mesmas das encontradas no contexto europeu? Proativamente buscar outras regiões do mundo para se estudar a filiação partidária é uma das formas de se testar essa hipótese. A própria noção de “crise” da filiação, diga-se de passagem, é um sintoma da saturação do campo em um contexto muito específico.

Em segundo lugar, contemplando agora um caso específico do caso brasileiro, o que salta aos olhos de quem analisa os dados de filiação brasileiros é a intensa e crescente taxa de filiação partidária. Até 2017 este número chegou a 16.723.142 filiados, ou cerca de 11,45% do Eleitorado¹⁰. Buscar entender o que explica uma filiação tão intensa, ainda mais em um país de eleitorado comparativamente tão significativo, torna o caso brasileiro particularmente interessante de ser estudado.

¹⁰ Olhando, por exemplo, para os dados de van Biezen et al (2011), vemos que o caso brasileiro ficaria em uma posição relativa alta quando comparado aos países europeus, perdendo somente para a Áustria (cuja taxa de filiados pelo eleitorado é de 17,25%) e Chipre (16,25%), estando ainda à frente de casos clássicos de participação político-partidária, tal como o Reino Unido (1,21%), a França (1,85%) e os países Escandinavos (Suécia, 3,87%, Dinamarca, 4,13%, Noruega, 5,04%, Finlândia, 8,08%). O fato de o Brasil ser um país de proporções continentais reforça ainda mais o argumento a favor de suas taxas de filiação, enquanto que as filiações no Brasil ultrapassam a marca de 16 milhões de filiados, a Áustria chega a cerca de 1 milhão de filiados e o Chipre cerca de 80 mil filiados.

Em terceiro lugar, e quiçá o ponto mais atrativo do estudo do caso brasileiro, é a questão da disponibilidade dos dados de filiação partidária. Diferentemente de outros países, os dados de filiação partidária no Brasil são coletados e administrados diretamente por uma instituição governamental (o Tribunal Superior Eleitoral), sendo ainda pública e inteiramente disponíveis no sítio eletrônico de tal instituição. Assim sendo, não incorre o pesquisador que estuda o caso brasileiro no problema típico que ocorre em demais localidades de ser obrigado a ir até os diretórios dos partidos políticos a pedir os registros básicos de filiação destes, prática essa que certamente gera um viés, como aponta a literatura (Bartolini, 1983:178; van Biezen et al, 2012:26; van Haute, 2011), sobretudo para o caso de partidos pequenos, que costumeiramente não contam com uma estrutura burocrático-administrativa suficientemente desenvolvida¹¹. Mais impressionante ainda é o nível de detalhamento do registro de filiados brasileiros, discriminando cada indivíduo filiado, bem como delineando o preciso dia em que tal filiação ocorreu.

Em quarto lugar, a costumeiramente criticada fragmentação partidária do sistema político-partidário brasileiro pode aqui ser vista como uma vantagem analítica, potencialmente enriquecendo nossas análises. Como os dados são públicos, ao contrário de outros estudos, podemos ainda incluir em nossa análise os partidos de pequeno porte, que costumeiramente, na falta de uma figura externa estimulando o controle de seus membros, não possuem a estrutura administrativa própria para efetivamente controlar sua relação de membros (van Biezen et al, 2012:26). Por fim, desde que o registro das filiações brasileiras começou, o sistema de filiação brasileiro passou por mudanças institucionais significativas, o que faz com que o Brasil seja um caso rico de exploração do funcionamento das instituições.

¹¹ Com isso não queremos dizer, contudo, que o registro de dados de filiação partidária no Brasil esteja livre de todo e qualquer possível viés que possa surgir, mas antes que a forma pela qual se configura os eventuais problemas nos dados brasileiros passa por um registro distinto do encontrado, por exemplo, nos casos dos estudos europeus. Sobretudo, o problema passa a ser a capacidade de *enforcement* das regras impostas pelo governo e a acurácia das informações ali disponíveis. É o caso, por exemplo, como veremos no Capítulo 4, do registro do desligamento partidário, que somente passou a ser efetivamente registrado a partir de uma significativa mudança legislativa feita em 2003.

Dadas as características aqui descritas, é de se perguntar por que o caso brasileiro não é estudado mais intensamente. Isso se deve, em parte, pelo fato de que a filiação partidária é um tema sub-representado nos estudos de ciência política como um todo. Todavia, acreditamos que este não seja o único problema aqui em jogo. De fato, quando vemos a opinião geral acerca dos dados brasileiros de filiação partidária, seja esta de leigos ou de especialistas, vemos que certa desconfiança nos dados é constante. Como aponta Speck (2014), pesquisadores por vezes temem que tais dados apresentem diversas inconsistências, desde a simples omissão de informações, a perda de dados através das décadas, até a manipulação direta das listas pelos partidos políticos. Além disso, evidências anedóticas de indivíduos que supostamente estão filiados a partidos políticos sem seu conhecimento aparecem ocasionalmente, sobretudo em épocas eleitorais. Adotando uma posição similar de Speck (2014), mesmo na hipótese de haver fraudes nas listas de filiação, essas possivelmente ocorrem esporadicamente, tendo baixo impacto nos dados como um todo. Todavia, como veremos nos estudos próprios de cada etapa da filiação, alguns ajustes e recortes devem ser feitos para tornar a análises dos dados possível.

O objetivo principal da presente pesquisa, portanto, pode ser entendido justamente como uma apresentação geral das três formas de compreensão da filiação partidária no contexto político brasileiro. Dado que a principal vantagem do caso brasileiro é a publicidade de muitos dados relativos à vida pública de seus cidadãos, optamos na presente pesquisa utilizar tão somente este tipo de dados. A vantagem que esse procedimento tem em relação a outros métodos de investigação como, por exemplo, a execução de *surveys* seria do ganho em reprodutibilidade que a pesquisa passa a ter. Caso outros pesquisadores venham a querer testar nossos modelos seja pela introdução de novas variáveis independentes, seja com o passar do tempo, com mais dados disponíveis de nossas variáveis dependentes, pode-se facilmente ir até o *site* do TSE e acessar nossa fonte de estudos.

Discorramos um pouco agora acerca de nossa base de dados primária, a relação de filiados a partidos políticos do Tribunal Superior Eleitoral. O primeiro ponto a se notar é que embora o TSE se

responsabilize por administrar e coletar os dados de filiação dos partidos políticos, os dados pela forma que o órgão disponibiliza não se configuram, em si, um *banco de dados* propriamente dito, estando em um formato bruto (isto é, tais dados configuram-se em “*raw data*”, como se é dito no jargão em inglês). Como o leitor mesmo pode verificar¹², os dados de filiação partidária tampouco estão condensados em um único arquivo, estando separados por partido político e Unidade Federativa, totalizando 944 bancos distintos¹³. A primeira tarefa a se fazer para se analisar tais dados, portanto, seria de unir esses diversos arquivos em um único banco de dados propriamente dito.

Passemos a olhar a forma geral de tal banco de dados. Podemos dividir as variáveis do banco consolidado em cinco grandes temas: 1) a identificação do filiado (“Nome do Filiado”, “Número da Inscrição¹⁴”); 2) o partido ao qual está filiado (“Nome do Partido”, “Sigla do Partido”); 3) sua localização geográfica (“Unidade Federativa”, “Nome do Município”, “Código do Município”, “Zona Eleitoral”, “Seção Eleitoral”); 4) o *status* da Filiação (“Tipo do Registro”¹⁵, “Situação do Registro”, “Motivo do Cancelamento”); e 5) datas do ciclo da filiação (“Data da Filiação”, “Data da Regularização”¹⁶, “Data da Desfiliação”, “Data do Cancelamento”¹⁷).

12 O endereço próprio do TSE para a visualização dos dados relativos à filiação partidária é: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>.

13 Como o leitor pode ter percebido, dado que temos 27 unidades federativas e atualmente 35 siglas partidárias, seria esperado termos 945 bancos de dados distintos. Ocorre que, até o fim de 2017, o Partido da Causa Operária (PCO) não possui ainda diretórios no estado de Tocantins, explicando a omissão deste último banco.

14 Apesar da falta de sinalização própria, verificamos que tal “número de inscrição” de fato se refere ao Título Eleitoral do filiado. Tal dado se mostrará extremamente importante no Capítulo 2, onde comparamos os filiados regulares com os candidatos.

15 O “Tipo de Registro” separa as filiações em ‘oficiais’ e ‘sub judice’. Para a presente pesquisa, todavia, serão consideradas tão somente as filiações oficiais.

16 Como não trabalharemos com as filiações sub judice também não trabalharemos com a data de sua eventual regularização.

17 Em nome da simplicidade, unimos a “Data da Desfiliação” e a “Data do Cancelamento” em uma única variável, “Data da Saída”. O TSE faz tal separação interna por considerar como “desligado” aquele membro que saiu (ou foi expulso) do partido sem que tenha sido registrado devidamente como tal saída foi feita. Mais informações acerca deste ponto podem ser vistas em nosso Capítulo 3. Nos raros casos em que há o registro de datas em ambos os campos (“Data de Cancelamento” e “Data da Desfiliação”), mostram os manuais do TSE que, para fins legais, a data efetiva da saída do membro seria a data mais recente das duas.

Como se trata de um banco de dados que registra dezenas de milhões de filiações acumuladas através de décadas, além de atravessar dezenas de partidos, é de se esperar que erros de registro tenham sido eventualmente gerados; o que não inviabiliza, todavia, a análise de tais dados como um todo. As variáveis sob controle do *staff* administrativo do TSE¹⁸ não aparentam apresentar nenhuma inconsistência pelo que pudemos observar. Nominalmente, as variáveis que verificadamente mostraram inconsistências foram: “Nome do Filiado” e “Número de Inscrição”. Observamos desde a omissão de sobrenomes de um mesmo indivíduo (o que dificulta a verificação de indivíduos únicos no banco), a atribuição de nomes distintos a um mesmo número de inscrição (e vice-versa), ou ainda o registro inválido de qualquer um dos dois campos. Como o banco de dados se trata de dezenas de milhões de registros, tais erros, relativamente falando, são extremamente raros. Todavia, ao pesquisador que quiser fazer análises subnacionais, uma atenção redobrada deve ser dada a este ponto. Outro problema que trataremos mais especificamente no Capítulo 3 é que o registro dos desligamentos passou a ser feito efetivamente apenas em 2003 e, portanto, os indivíduos que entraram e saíram de um partido político antes dessa época muito provavelmente não estão registrados nas presentes relações de membros do TSE.

Há ainda um potencial problema que encontramos em tais dados quanto à Sigla do Partido, ao constatarmos que não há um registro completo em tais dados que dê conta da evolução do sistema partidário brasileiro. Caso um partido seja incorporado ou fundido a outro, por exemplo, todos os registros de filiação antigos serão transportados para o último partido. No caso da incorporação de um partido em outro, por exemplo, não há como discriminar de que partido originalmente era um membro que entrou em um período anterior à dita incorporação, se do partido incorporador ou do partido incorporado. Similarmente, caso um partido deixe de existir sem se incorporar a ninguém resultará em tais registros serem simplesmente eliminados. Isso potencialmente pode acarretar em

¹⁸ São essas: “Unidade Federativa”, “Nome do Município”, “Código do Município”, “Zona Eleitoral”, “Seção Eleitoral”, “Tipo do Registro”, “Situação do Registro”, “Motivo do Cancelamento”, “Nome do Partido”, “Sigla do Partido” e “Data da Regularização”.

um certo viés, a depender do desenho de pesquisa. Como nossa análise é mais relacionada às macrodinâmicas do ciclo de filiação partidária, não acreditamos que tal problema seja tão significativo para o nosso caso. O que não implica dizer, contudo, que devamos ignorá-lo completamente.

Ainda quanto a variáveis relativas a datas de cada etapa do ciclo da filiação partidária, tivemos de fazer um recorte de a partir de quando passaríamos a aceitar como válidas as datas reportadas nos registros do TSE. Deveríamos aceitar, por exemplo, como válida a data de filiação de um sujeito como declarada tendo sido feita no início dos anos 1920? Parece ser muito provável que tal registro seja fruto de um erro de digitação; todavia, não devemos simplesmente e arbitrariamente remover registros que pessoalmente nos pareçam errados. Como nosso objeto de análise são os partidos políticos contemporâneos no Brasil, escolhemos como recorte de tempo a data de fundação de cada partido¹⁹. Dessa forma, temos um critério claro e transparente de como devemos proceder para a checagem de datas. Isso faz com que, por sua vez, o recorte temporal que estamos trabalhando comece no início dos anos 1980, com a fundação de partidos como o PMDB (atual MDB), PDT, PT e PTB. Como veremos em nossos capítulos empíricos, entretanto, muito embora a data mínima aceitável que marcamos seja os anos 1980, tivemos de fazer alguns ajustes a depender de como moldamos algumas de nossas variáveis dependentes e independentes, o que fez com que tivemos de deslocar nossa análise para um período mais restrito no tempo.

A agenda de pesquisa que norteia todo nosso presente estudo é a hipótese levantada por Speck (2013, 2014) de que a filiação partidária no Brasil segue a lógica do ciclo eleitoral. Ao olhar para o número de novos filiados através do tempo, constatou Speck que havia certa regularidade nesses ingressos. Agregando os dados anualmente, verificou que o número total de filiações em anos não-eleitorais era significativamente superior a anos não eleitorais. Posteriormente, agregando os dados mensal e diariamente, constatou que as novas filiações ocorriam, na grande maioria dos casos, de Setembro à primeira semana de Outubro, antes do primeiro Domingo deste mês. Olhando então

¹⁹ As respectivas datas de fundação dos partidos políticos pode ser coletada em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Para os casos de partidos fundidos ou incorporados, utilizamos a data de fundação do partido mais antigo.

para a legislação eleitoral brasileira²⁰, observa Speck que uma das regras para se concorrer a cargos eletivos no Brasil seria que os candidatos fossem ligados ao partido por um tempo mínimo de 12 meses²¹ antes de poder ir a pleito. Conclui, assim, o autor que as filiações partidárias no Brasil seriam feitas nesse período de Setembro-Outubro em anos não-eleitorais tendo em vista o atendimento da Lei dos Partidos Políticos. A presente pesquisa, portanto, pretende fazer um balanço geral dessa hipótese, verificando as diferentes etapas do ciclo da filiação, e se a hipótese levantada por Speck se confirma para cada uma delas.

Partindo dessa observação de que o ambiente legislativo importa não só para a filiação partidária, mas também sua organização interna como um todo, fizemos um levantamento das leis brasileiras que afetam a filiação em um sentido geral. Abaixo fazemos uma lista dessas mudanças institucionais, com enfoque na Sexta República brasileira. Como ao longo de nossos capítulos será usual citarmos constantemente tais mudanças eleitorais, consideramos útil termos uma versão resumida exposta aqui em nossa Introdução.

- **1965:** Criação da Lei 4.740/65 (LOPP). Estabeleceu não só a organização dos partidos políticos durante todo o Regime Militar e os primeiros anos da Nova República, mas também, e especialmente, estabeleceu a obrigatoriedade do envio da relação de filiados dos partidos políticos ao TSE.
- **Anos 1980:** Criação da primeira leva dos partidos contemporâneos a partir da volta do pluripartidarismo, estabelecido através da Lei 6.767/1979. Como o TSE registra apenas os filiados dos partidos contemporâneos, alterando-se a legenda conforme estes trocam de nome ou se fundem, a análise dos filiados pode ser feita a partir desse marco.

²⁰ Lei 9.096/1995.

²¹ Alterado posteriormente para 6 meses com a Lei 13.165/2015.

- **1994:** Primeiro ano em que o TSE disponibiliza o registro dos candidatos das eleições. Análises comparando os candidatos com os filiados teoricamente podem ser feitas a partir daqui.
- **1995:** Criação da Lei 9.096/95, a Lei dos Partidos Políticos. Remoção da necessidade prevista na LOPP de um número mínimo de filiados dentro da circunscrição eleitoral para habilitar os partidos a lançarem candidaturas na mesma. Criação da obrigatoriedade dos partidos possuírem estatutos próprios.
- **1997:** Criação da Lei 9.504/97, a Lei das Eleições.
- **1998:** Ano efetivo em que se pode comparar candidatos e filiados, visto que os dados da eleição de 1996 estão comprometidos.
- **2003:** Criação da Resolução 21.574/2003, que cria o Sistema Filex de registro de filiações. Partidos passam a administrar a relação de filiados diretamente por via eletrônica, não mais enviando os registros de filiação aos TREs. Desligamentos partidários passam a ser registrados *de jure* e *de facto*.
- **2006:** Criação da Resolução 22.166/03, que permite o cruzamento de dados de óbitos do INSS com a relação de filiados, para a remoção de membros falecidos da relação de filiados.
- **2009:** Criação do sistema FiliaWeb, substituindo o sistema Filex.
- **2013:** Criação da Lei 12.891/13, que estabelece que novas filiações cancelam automaticamente quaisquer filiações anteriores que o indivíduo venha a ter.
- **2015:** Lei 13.165/15. Reduz o tempo mínimo de pertencimento a um partido político para 6 meses.
- **2017:** Lei 13.488/17. Reduz o tempo mínimo de pertencimento à zona eleitoral para 6 meses.

Para efeitos analíticos, podemos resumir a presente pesquisa em *cinco partes*, além da presente Introdução. O *Capítulo 1* será dedicado a conceituar mais propriamente o ciclo da filiação partidária, cuja definição inicial demos aqui. Primeiramente, voltamo-nos a outras formas de se analisar a filiação partidária que foi proposta pela literatura. Acabamos concluindo que nosso conceito de ciclo da filiação é mais preciso do que as demais formas de se analisar nosso objeto de pesquisa. Em seguida, e a partir da perspectiva desse nosso conceito, partimos para a avaliação do estado da arte da agenda de filiação partidária. Examinamos nesta parte a natureza polimórfica²², da filiação partidária, e como múltiplas agendas de pesquisa podem ser feitas para se estudar esse objeto.

Os capítulos seguintes são o que optamos por apelidar de “capítulos empíricos”. Da mesma forma que cada etapa do ciclo da filiação pode ser compreendida de forma independente, optamos por redigi-los de forma tal que pudessem ser lidos de forma semi-independente uns dos outros. O motor principal desses capítulos seria a exemplificação de como a agenda de pesquisa da filiação partidária pode de fato ser conduzida. Utilizamos, para tal, o contexto brasileiro, dadas as vantagens comparativas de sua análise que mostramos anteriormente. O ponto central desses capítulos, assim, é avaliar em que medida a hipótese de Speck (2013, 2014) de que a filiação partidária é regida pelo ciclo eleitoral é verdadeira para cada etapa do ciclo da filiação.

O *Capítulo 2*, assim sendo, estuda o Recrutamento Partidário no contexto brasileiro. Esse capítulo é o que mais diretamente dialoga com Speck (2013, 2014), buscando sofisticar a análise que o autor originalmente utilizou em seus artigos. Este é um capítulo mais descritivo, em que agregamos os dados de filiação de múltiplas formas, verificando se a hipótese de Speck se sustenta. Em seguida, criamos um modelo de *time series* como uma tentativa de prever a dinâmica do recrutamento partidário.

Já o *Capítulo 3* avalia uma (e quiçá a mais importante) forma de Ação Partidária, nomeadamente, a candidatura. Parafraseando Sartori (1976: 64), participar de eleições é a questão

22 Cf. Heidar, 1994.

fundamental que distingue partidos políticos de outras formas de associação política. Para analisar a candidatura sob o contexto da filiação partidária, mesclamos os dados de filiação com os de candidatura, ambos disponibilizados pelo TSE. Duas questões são fundamentais nesse capítulo. Em primeiro lugar, que condições afetariam a chance de um filiado concorrer eleitoralmente em nome de seu partido. Em seguida, verificamos como o tempo de filiação é uma questão chave para entender porque a candidatura ocorre.

Por sua vez, o *Capítulo 4* avalia o Desligamento Partidário. O grande *puzzle* deste capítulo seria explicar o que motiva o desligamento no Brasil, uma vez que a permanência nos partidos brasileiros não apresenta grandes custos para seus membros.

Finalizamos o presente trabalho através de nossa Conclusão, onde faremos avaliações mais gerais do estado atual de nossa pesquisa, bem como possíveis caminhos futuros que poderão ser realizados não só por nós, mas, esperançosamente, também pelos nossos colegas que se motivarem a caminhar nessa empreitada conosco após ler nossa pequena contribuição à literatura.

Capítulo 1 - As bases teóricas do ciclo partidário

1. A noção de ciclo de filiação partidária enquanto objeto de pesquisa

Por que pessoas entram em partidos políticos? Por que partidos recrutam membros? O que explica que membros gastem seu tempo e energia em nome do partido? Por que partidos gastam seus escassos recursos materiais e humanos para com seus membros? Por que indivíduos, por vezes há décadas filiados, decidem sair de seus partidos? O que leva a partidos chegarem no limite de expulsar seus membros? Essas questões são, a nosso ver, o cerne da discussão da filiação partidária, as perguntas mais elementares que se pode fazer sobre tal objeto, e as quais múltiplas agendas de pesquisa acabam por ser derivadas.

Olhando para essas perguntas que colocamos, vemos algumas relações interessantes entre elas. Uma primeira forma de se classificá-las seria ver o agente por detrás delas, ou seja, se estamos tratando do indivíduo filiado ou do partido político de maneira geral. O tipo de agente corresponderia, segundo Heidar (1994), ao nível de análise da pesquisa, sendo o terceiro nível a ser analisado as instituições do sistema político-partidário de dado país. Outra maneira de se perceber tais perguntas é ver que cada uma está dando ênfase em uma característica específica da filiação partidária. Assim sendo, vemos que, por vezes, pesquisas estão interessadas no momento que distingue aqueles que fazem parte de algum partido político daqueles que não pertencem a partido algum, quais atores e que tipo de consentimento têm eles de dar para que a filiação passe a existir. Tradicionalmente, a literatura denomina esse processo de *recrutamento partidário*. Como essa definição acaba enfatizando demasiadamente a atuação dos partidos políticos em tal processo, e não os cidadãos que estão se filiando, decidimos chamar esse emprego do termo ‘filiação partidária’ intercambiadamente de *ingresso partidário*. Outras vezes, os pesquisadores estão mais interessados no que distingue um filiado de outro, seja tal análise feita entre partidos ou intra partidos, isto é, em

um termo quiçá excessivamente simplificador, qual a “qualidade” do membro de dado partido (Heidar, 1994). Outra forma de pôr tal problema é que os pesquisadores estão interessados em o que “significa” ser filiado de dado partido (Duverger, 2012: 122). Chamamos tal forma de interpretar a filiação partidária de *ação partidária*, visto que está usualmente associada a algum tipo de atividade que o filiado escolher exercer ou não. Por fim, a terceira e última forma de análise da ação partidária seria entender que a filiação partidária é uma questão de permanência. Isto é, que o *status* de filiado continua a existir até que uma das partes decida por cessá-lo, seja pela saída do membro, por iniciativa do mesmo, ou por sua expulsão, pela iniciativa de um líder do partido. Denominamos tal fenômeno de *desligamento partidário*.

Como dissemos, essas três formas de se compreender a filiação partidária são os elementos básicos que constituem a filiação partidária como um todo. Há aqui uma interdependência natural de tais conceitos: para que um indivíduo seja classificado como filiado a um partido, ele deve primeiramente nele ingressado (*recrutamento partidário*); uma vez dentro do mesmo, ele decide se atuará ou não dentro do mesmo (*ação partidária*); por fim, tal membro somente e tão somente continuará sendo classificado como filiado desde que continue no mesmo, que decida por não sair do partido (*desligamento partidário*). Em uma metáfora biológica, assim como seres vivos nascem, crescem e morrem, também os membros ingressam nos partidos, atuam nos mesmos e eventualmente se desligam. Chamamos essa inter-relação dos três elementos da filiação partidária de *ciclo da filiação partidária*.

A ideia que essas três fases da filiação partidária formam um *ciclo* pode ser implica sobretudo em dois fatores que consideramos essenciais de serem avaliados. Primeiramente, implica que os momentos da filiação partidária são interconectados entre si. Tal observação não é particularmente nova e, de fato, múltiplas variações de tal declaração podem ser encontradas na literatura de forma mais ou menos explícita. Por exemplo, já na década de 1980, Bartolini (1983: 207), afirmava que “para manter, aumentar ou mesmo diminuir os níveis de filiação e de ativismo é,

para a perspectiva dos líderes partidários, um esforço organizacional, que pode ou não ser recompensado em termos financeiros, de trabalho e tempo”²³. Sustenta o autor, portanto, que tanto o recrutamento partidário, o desligamento, ou mesmo a ação dos membros como um todo depende da ação partidária dos dirigentes dos partidos políticos; embora tal ação nem sempre seja bem-sucedida. Vemos também em Heidar (1994: 63), que estudos deveriam se atentar não só ao aspecto ‘quantitativo’ da filiação, mas também ao seu aspecto ‘qualitativo’, bem como que a natureza da filiação é polimórfica. Ou ainda, mais recentemente, que os ‘caminhos para a filiação’, e uma vez dentro, da atuação partidária, são múltiplos (Ribeiro, 2015). Como podemos ver, o estudo de cada etapa da filiação partidária trata do mesmo fenômeno, apenas focando-se em um aspecto específico do mesmo.

Uma crítica que poderia ser feita é que, quando olhamos para a realidade, dificilmente os agentes políticos sabem distinguir cada etapa do ciclo da filiação. Além disso, e como consequência de não distinguirem essas etapas, seus cálculos de utilidade estariam entrelaçados. Devemos rebater esses dois pontos separadamente. Para o argumento da falta de discernimento dos agentes quanto às etapas do ciclo, é preciso enfatizar que o conceito de ciclo da filiação é uma ferramenta teórico-analítica, utilizada para se estudar um fenômeno, não para operar nele. É uma abstração, portanto, da realidade em que vivemos. Já quanto ao ponto de que os agentes os cálculos dos agentes levaria em conta mais de uma etapa do ciclo da filiação, vemos que isso não é um impeditivo para nosso argumento central. Não esperamos que o agente tenha um véu de ignorância a cada vez que realiza cada etapa do ciclo. Muito pelo contrário, é razoável esperar que indivíduos de certos perfis tendam a agir de forma similar ao longo de sua estadia no partido.

23 Tradução livre minha.

2. As etapas do ciclo da filiação partidária

Em nossa primeira seção exploramos o ciclo da filiação partidária em um sentido mais geral, apresentando cada um de seus elementos constitutivos, o recrutamento partidário, a ação partidária e o desligamento partidário. Mostramos também que esses três elementos formam um todo completo, e que muito embora possam ser analisados individualmente, são afinal apenas uma questão de enfoque de um mesmo fenômeno, a filiação partidária. Na presente seção, detalharemos mais cada fase da filiação partidária, bem como exploraremos mais como a literatura vem trabalhado com cada um destes temas.

2.1. O Recrutamento ou Ingresso Partidário

Antes de analisarmos o que motiva indivíduos entrarem em partidos políticos ou, conversamente, o que motiva partidos a aceitarem novos membros, devemos nos perguntar: afinal, o que define um sujeito como ‘membro partidário’? O que tem ele de diferente de não-membros? Em última análise, isto é equivalente a se perguntar: afinal o que define a filiação partidária? O ponto de vista que adotamos nessa primeira definição de filiação partidária, pois, é do ingresso partidário, i.e., da definição do conceito de *filiação partidária* definido pelo ato de entrar (ou não) a um partido político.

Heidar (2007: 6), por exemplo, parece dar uma primeira definição que parece razoavelmente precisa: “*party membership is an organizational affiliation by an individual to a political party, assigning obligations and privileges to that individual*”. Uma definição, como dissemos, que parece razoável o suficiente, porém que ainda assim encontra problemas de ordem técnica conforme comparamos mais e mais partidos em distintos países²⁴. O grande problema que o estudo da filiação partidária parece ter é que a variabilidade do que afinal definiria um “filiado” é enorme. Tal foi esse

²⁴ É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, onde seus principais partidos, *Republican* e *Democrat*, não contam com um sistema preciso de filiação partidária. Não há, assim, clara distinção entre membros e apoiadores do partido, para usar a terminologia clássica de Duverger (2012: 92-120).

o motivo que Duverger parece ter sido hesitante em dar uma definição precisa do termo. Segundo o autor²⁵ (Duverger, 2012: 91), “a resposta difere segundo os partidos: cada um depende de uma noção de ‘*membership*’ que lhes é própria”²⁶. A isso acrescentaríamos que o que modifica a definição de filiado seria não só o partido político, mas também o “ambiente”, para usar a terminologia de Panebianco (2005) ao qual ele está inserido, isto é, as instituições políticas do país no qual o partido atua.

Apesar dessa dificuldade de generalização do termo, acreditamos que Heidar (2007) estava, sim, no caminho certo em sua posição, e que é possível apontar características comuns aos filiados dos diversos partidos políticos. Quanto especificamente à questão do recrutamento partidário, a diferença crucial seria diferenciar aqueles que passaram a fazer parte de um partido político daqueles que não o fizeram. O que distingue esses dois conjuntos de pessoas parece ser uma espécie de “rito de passagem”, se nos é permitido um uso vago desse termo, variando ainda em seu grau de institucionalização interna e em relação ao sistema político-partidário e, no limite, do Estado como um todo. Ou seja, parece haver algum tipo de termo de consentimento, aceito por ambas as partes, que faz com que o cidadão passa, enfim, a fazer parte dessa organização. Marco este, aliás, comum não só aos partidos políticos como um todo, mas, em verdade, a toda e qualquer associação em si, seja civil ou política.

O grande problema apontado por Duverger, todavia, é que, por vezes, tal “rito de passagem” não é tão autoevidente quanto poderia se pensar ser. Em última instância, essa seria a razão pela qual o autor francês parece se mostrar incerto em criar uma definição mais enfática da filiação partidária. O caso brasileiro, por exemplo, é um caso razoavelmente bem estruturado. De acordo com a Lei dos

25 Tradução livre minha.

26 Percebe-se com essa definição que Duverger não apenas afirma que os critérios de entrada dos filiados varia de partido para partido, mas também que a ‘qualidade’, i.e. a forma pela qual os indivíduos agem dentro do partido também variam. Heidar (1994: 64) parece chegar à conclusão semelhante ao observar que o que define o partido de massas é, fundamentalmente, a qualidade distinta de seus membros. Trabalharemos melhor a noção de ação partidária na subseção seguinte.

Partidos Políticos (Lei 9.096/1995), estando o cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos, e tendo o partido político e o membro em potencial concordado com o estabelecimento da filiação partidária, deve o partido fornecer um comprovante ao então membro que sua filiação foi deferida, bem como registrar eletronicamente no sistema estabelecido e administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral²⁷. Igualmente, não é permitido no Brasil a filiação a mais de um partido político²⁸, devendo as múltiplas filiações serem tratadas nos termos da lei. É, portanto, de fácil identificação o “rito de passagem” do recrutamento partidário sob tal sistema; gerado tal comprovante e registrado eletronicamente o membro na relação interna do partido o cidadão passa a ser configurado como membro partidário. Compare esse caso, por exemplo, com o caso canadense, em que basta o indivíduo residir no país para estar apto a se tornar um membro, não havendo igualmente barreiras legais que impeçam o ingresso a mais de um partido; ou ainda o caso americano, em que não há definição legal ou mesmo estatutária dos dois principais partidos de como se configura um membro partidário, fazendo com que, na prática, membros se tornem indistinguíveis de outros apoiadores do partido.

Uma forma menos romanceada de entender tal “rito” seria observar que tal procedimento compõe parte do que podemos chamar de o *custo de entrada* do indivíduo no partido. Ao praticar o ato de tornar-se membro de um, ou, conversamente, de aceitar um novo membro em seu partido político tem um custo inerente em seu processo, que se dá além das utilidades de ingressar ou não a um partido político. O caso mais prático de se visualizar tal custo se dá pela perspectiva do partido, para recrutar novos membros devem os partidos ir às ruas, fazer campanhas de recrutamento. Tais

27 O sistema atual utilizado pelo TSE é denominado por FiliaWeb, estabelecido em 2009 através da Resolução 23.117. Foi precedido pelo sistema Filex, criado pela Resolução 21.538 de 2003, muito embora o registro dos filiados sob controle da União se dá desde 1965, requerimento este dado pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP, Lei 4.740/65). Entraremos em maiores detalhes em nossos capítulos empíricos, onde entraremos mais a fundo no caso específico brasileiro.

28 Embora o requisito de exclusividade de filiação possa parecer ‘óbvio’, este nem sempre é o caso quando analisamos a filiação partidária ao redor do mundo. O Canadá seria um exemplo clássico de país onde se pode registrar em mais de um partido político (cf. Cross & Young, 2004).

campanhas, por si, geram custos de participação²⁹ aos membros envolvidos, bem como custos aos líderes partidários que eventualmente darão incentivos seletivos aos membros envolvidos no processo de recrutamento de novos membros. Tal custo, obviamente, variará conforme o ambiente político ao qual os partidos políticos estão inseridos, bem como, de forma mais geral, com a percepção individual que os agentes têm de tais custos.

Além de se distinguir a filiação partidária através do recrutamento partidário, devemos distingui-la de outras formas de apoio a partidos políticos³⁰. Um exemplo clássico de tal distinção foi proposto por Duverger (2012: 92-120), conhecido como o esquema dos *círculos concêntricos de participação*. Tal modelo imagina uma série de círculos, em que quão mais próximo do centro mais intensa a participação do indivíduo e mais ele se identifica com um partido político. Em seu núcleo estariam os *militantes*, isto é, os indivíduos que continuamente dedicam um certo número expressivo de horas para trabalhar em nome do partido. Em seguida, um tipo de identificação menos intensa seria a de *membros*, i.e., aqueles que passaram por certo ‘rito de passagem’³¹ e podem ser considerados efetivamente filiados a um partido, mas que apesar disso não são tão politicamente ativos quanto os militantes. As duas últimas categorias têm uma forte sobreposição em suas definições. O *simpatizante* seria o eleitor que não só vota consistentemente em dado partido, mas que se identifica com esse, mantendo uma relação sentimental para com esse. Já o eleitor seria aquele que meramente vota no partido de maneira mais ou menos consistente. Para além desse campo, o partido político exerceria pouca ou nenhuma influência direta nos indivíduos.

29 A nossa seção seguinte tratará justamente de tal processo, chamado mais genericamente de ação partidária.

30 A importância de tal distinção se dá também no fato de que esta é capaz de ter consequências por si só na forma de atuação política de um indivíduo. Como observa Panebianco (2005: 51), a filiação partidária é capaz por si só de incentivar a participação política dos membros, por se considerarem de status distintos das demais pessoas do corpo político, ou seja, a pertença a um partido é por vezes condição suficiente para a participação política.

31 Embora marquemos essa distinção entre um ‘membro’ de um ‘simpatizante’ com essa espécie de rito burocrático, devemos tomar nota que para Duverger essa distinção por vezes é bem difícil de se fazer na prática, motivo pelo qual se esforça o autor em nunca dar uma resposta final para a definição de filiação partidária. Um exemplo de tal confusão na distinção prática é o caso dos Estados Unidos, onde não há formalmente uma noção de membro do partido político, sendo muito difícil de distingui-los empiricamente de apoiadores ocasionais dos mesmos.

Figura 1: Círculos concêntricos de participação política

Fonte: Baseado em Duverger (2012: 92-120)

Entretanto, essa fronteira entre os distintos estágios de participação política não é tão sólida quanto possa se aparentar e, de fato, tem a tendência de se estreitar contemporaneamente. Esse é exatamente o ponto defendido por Susan Scarrow (2014). O argumento da autora possui duas etapas, primeiramente, que embora a ideia dos círculos concêntricos de participação seja útil como um primeiro esboço, ele possui alguns problemas de ordem prática. Nas palavras da autora:

This traditional concentric circle model of activists, members, supporters and voters continues to be a useful starting point for thinking about the role of individuals within parties. Yet this model has always been incomplete, in part because it ignores members who have been attached to the party in other ways, for instance as family members or as members of trade unions. Moreover, viewing different ways of relating to the party as fixed and discrete orbits obscures some

of the most interesting aspects of party life: the movement between, and overlap among, these circles (Scarrow, 2014: 9).

A vida política, pois, seria simplesmente muito mais dinâmica do que essas categorias suportam³². Nota ainda Scarrow como alguns partidos adotaram eles mesmos a flexibilização de formas de filiação e/ou de engajamento com a sociedade para além das formas tradicionais de filiação partidária, fato este cunhado pela autora como sendo uma *multi-speed membership*. Buscar engajar pessoas que estão fora do partido no sentido que aqui trabalhamos, pois, seria uma forma desses partidos de lidar com as taxas decrescentes de filiação partidária que os partidos enfrentam sobretudo no contexto europeu³³.

Outro ponto que temos de analisar é exatamente como a entrada no partido é feita. Heidar (2006), por exemplo, divide a entrada no partido em três distintos tipos: individual, auxiliar ou coletiva. O tipo de entrada *individual* seria a que usualmente entendemos como a filiação em si, isto é, indivíduos indo voluntariamente e por si só a agências dos partidos políticos com a finalidade de fazerem parte dos mesmos ou, conversamente, partidos políticos levando seus agentes às comunidades para recrutar membros individualmente. Já a associação *auxiliar*, segundo o autor, refere-se àquelas que envolvem não necessariamente os partidos políticos de forma direta, mas as suas associações paralelas, como associações de Juventude, de mulheres ou de pensionistas. Por fim,

32 Acreditamos que é necessário sermos mais justos com a tipologia *duvergeriana* de participação dos círculos concêntricos do que Scarrow parece conferir. De fato, se quando tomado literalmente a divisão dos círculos concêntricos parece ser muito engessada para descrever a vida político-partidária como um todo, também é verdadeiro que o próprio Duverger é consciente de tal fato. Seria precisamente por esse motivo, por exemplo, que ele se recusa a dar uma definição categórica de filiação partidária, limitando-se a dizer que esta parece variar enormemente conforme o contexto. Assim sendo, não devemos dar uma rigidez à tipologia que o próprio autor parece não conferir.

33 Seguindo a lógica de Scarrow (2014), e supondo que o que motiva os partidos no estabelecimento dessas *multi-speed memberships* seja um potencial incremento na mobilização partidária, vemos que até agora os estudos empíricos apontam justamente para o contrário: que membros do partido atuam em média consideravelmente mais do que apoiadores (Webb et al, 2017). Não pretendemos generalizar tal estudo para os sistemas partidários por todo o mundo, mas tal estudo aponta que os apoiadores políticos devem ser tratados com um nível maior de ceticismo, não devendo ser vistos como uma ‘solução mágica’ do problema da ação partidária.

a filiação *coletiva* se dá quando uma associação qualquer registra a um partido político todos os membros que fazem parte dessa associação. Seria o caso, por exemplo, de sindicatos e de associações camponesas.

Similarmente, Heidar (2007) mostra como podemos ainda dividir a entrada nos partidos políticos em filiações ativas ou passivas. As filiações *ativas*, novamente, é o que geralmente esperamos quando pensamos em filiações partidárias, cidadãos e agentes do partido ativa e individualmente buscando entrar em um acordo para que se aumente o número de pessoas no *ranking* do partido. É fácil de se perceber que as filiações *passivas* estão fortemente relacionadas às associações coletivas, em que fazer parte de uma associação tal faz com que você automaticamente faça parte de um partido político. É o caso, por exemplo, do *Labour Party* inglês, que garante *status* de membro aos indivíduos pertencentes aos sindicatos ao partido associados.

Ainda não pudemos responder, todavia, o que incentiva indivíduos a ingressar em partidos políticos ou, conversamente, o que incentiva partidos a recrutar novos membros. Começamos nossas investigações pela perspectiva dos membros. Um ponto pacífico na literatura³⁴ é a utilização do esquema de Clark & Wilson (1961) acerca dos tipos de incentivos. Como os autores colocam, a força dos incentivos seria tal que “*o sistema de incentivos pode ser considerado como a principal variável a afetar o comportamento organizativo*” (1961: 130). Segundo tal modelo, os indivíduos poderiam ser motivados a entrar em partidos políticos devido a um ou mais tipos de incentivos, incentivos materiais, solidários ou ideológicos (*purposives*, no original). Incentivos materiais poderiam ser facilmente reconhecidos por serem mais tangíveis que os demais, tendo um aspecto direta ou indiretamente monetário³⁵. Já incentivos solidários seriam por natureza não-monetários, envolvendo algum tipo de socialização (que não precisa ser em si política) e/ou identificação de

34 Por exemplo, como visto em Crotty (1991), Heidar (2006), Lins (2002) Young & Cross (2002), Scarrow (2014), Weber (2016), dentre tantos outros autores.

35 Hofnung (1996) mostra como, por exemplo, os partidos israelenses no passado forneciam redes de proteção aos recém-chegados imigrantes, oferecendo-lhes empregos e serviços sociais.

grupo ou de *status* social. Por fim, os incentivos ideológicos (*purposive incentives*) estariam intimamente ligados, dizem os autores, com algum tipo de bem-comum, relacionados sempre com uma perspectiva de mudança do *status quo*. A partir da Tabela 1 (abaixo) podemos ver os tipos de incentivos que mais motivaram os brasileiros a entrar em seus respectivos partidos. Como podemos ver, olhando as respostas individualmente, os respondentes tiveram como principal tipo de incentivo o ideológico; todavia, ao observar os tipos de incentivo em conjunto, vemos que os respondentes parecem ter entrado em seus partidos sobretudo por incentivos solidários.

Tabela 1. Motivo de se juntar ao partido (Pergunta Aberta)

<i>Motivo</i>	<i>Tipo de Incentivo</i>	<i>Freq. Abs.</i>	<i>Freq. Rel.</i>
O partido representa minhas convicções políticas	Ideológico	166	37,30%
Gosto da convivência e das atividades da vida partidária	Solidário	127	28,54%
A tradição de envolvimento político da família	Solidário	67	15,06%
Pretendo seguir uma carreira política	Material	38	8,54%
Ser filiado ao Partido aumenta as chances de emprego	Material	32	7,19%
Foi convidado por conhecido	Solidário	9	2,02%
Possibilitou alguns benefícios/ regalias	Material	2	0,45%
Precisou por trabalhar no partido	Material	2	0,45%
Envolvimento comunitário	Solidário	1	0,22%
Não sabe/ Não lembra	NA	1	0,22%
Total		445	100,00%

Fonte: Adaptado do Estudo de Filiados de São Paulo, CESOP (2013).

Olhando agora sobre outra perspectiva do recrutamento, podemos nos perguntar afinal por que partidos viriam a aceitar membros dentro de seus *rankings*? Há mais de duas décadas atrás, Scarrow (1994) se fazia essa mesma pergunta, dividindo sua análise em motivos a favor e contra o recrutamento de membros³⁶. O primeiro argumento contra o ingresso partidário seria o risco de

³⁶ Retomaremos essa questão de Scarrow quando debatermos a ação partidária. Pedimos paciência ao nosso leitor, pois acreditamos que melhor explicitaremos nosso ponto acerca do tema quando introduzirmos novas bagagens conceituais.

membros apoiarem políticas mal-sucedidas em termos eleitorais³⁷. Isto é, diz a autora que indivíduos com altas taxas de participação partidária seriam muitas vezes fortemente ideologicamente motivados em suas ações³⁸. Caso o partido dê espaço para a manifestação política, direta ou indiretamente, a esses membros, é possível que esses doem preferência a políticas que embora sejam ideologicamente coesas com a figura específica do partido político a que pertencem, mostram-se eleitoralmente fracas quando inseridas no contexto da sociedade como um todo, podendo custar-lhes a eleição por questão desse purismo ideológico. Já o segundo argumento discutido pela autora seria que membros gastariam demasiadamente recursos dos partidos, por vezes tais custos sendo ainda maiores que os benefícios que trazem, sejam esses benefícios diretos ou indiretos. Recrutar, e ainda mais, manter tais membros por um longo período de tempo poderia ser visto, em tais casos, um desperdício do ponto de vista organizativo. A esses dois argumentos contra a filiação partidária adicionamos um terceiro, com base na obra de Panebianco (2005): novos filiados podem comprometer a hegemonia da coalizão dominante do partido. Tal argumento desloca a noção de partido posta até então, como mera organização voltada sobre si mesma, para uma visão que acreditamos ser mais realista acerca não só dos partidos mas de associações no geral, composta de sujeitos que perseguem interesses próprios. Para tais agentes, assim, como aliás já observava Michels (1982), não basta apenas os interesses do partido como um todo, mas antes interessaria a defesa dos interesses do partido a partir da manutenção do *status quo* a fim de perpetuar a posição de poder da coalizão dominante. A adição de novos membros, pois, poderia culminar com a perda total ou relativa de poder da coalizão dominante, desestabilizando sua dominância no partido. Em casos de partidos com sistemas de prévias ou similares, por exemplo, a adição incontrolada de novos membros poderia gerar uma massa crítica o suficiente para remover membros da coalizão dominante

37 A autora está aqui indiretamente citando a Lei de May da disparidade curvilinear (May, 1973). Diz esta que enquanto a elite e os membros-base do partido não tendem a ser particularmente motivados ideologicamente, a sub-elite dos partidos, como não é afetada pelas mudanças eleitorais, tenderia ao radicalismo político.

38 Ou, para manter coesa tal frase com a base tipológica de Clark & Wilson (1961), esses indivíduos teriam suas ações motivadas por um sistema de incentivo de intenção (*purposive*).

de seus cargos de poder. Ou ainda, independentemente da existência de prévias, um membro influente o suficiente, tal como uma grande figura política, poderia desestabilizar por si só a relação de poder intrapartidária, reconfigurando a política interna do partido a partir de novas relações que a partir desse novo membro se formam³⁹.

Devemos agora olhar para o outro lado da moeda, e analisar por que partidos veriam como benéfico convidar novos membros para dentro de seu seleto grupo. Novamente analisando o artigo de Scarrow (1994), vemos que a autora separa as vantagens da filiação em 7 motivos distintos. O primeiro motivo seria que a inclusão de novos membros melhoraria as estatísticas de filiação do partido e, com isso, aumentaria a legitimidade do partido perante o eleitorado. Obviamente, para que a taxa de filiação se torne um objeto de disputa no discurso político necessita-se, minimamente, além de que tais taxas sejam razoavelmente de conhecimento público, bem como que sejam percebidas pelos partidos ou pela população como fator de importância política. A lógica implícita aqui é que um partido político com um grande número de filiados poderia se afirmar como sendo mais capaz do que os outros em reconhecer a ‘verdadeira’ vontade popular⁴⁰. O número absoluto de membros não precisa ser necessariamente o único critério a ser considerado pelos partidos, podendo, por exemplo, prezar pela pluralidade de classes sociais representadas no partido. Ponto esse defendido por Müller & Ulram (1995: 160), em que afirmam que “caso a filiação partidária seja dominada por um certo

39 Uma questão que se desdobra desse ponto é justamente que as estruturas de vantagens e desvantagens não só da entrada no partido, mas também dos outros momentos do ciclo de filiação partidária, são em grande medida influenciadas pela forma pela qual se dá a política interna de cada partido. Como já dizia Panebianco (2005: 70), “[d]ecidir quem pode e quem não pode passar a fazer parte da organização (por exemplo, agindo sobre os critérios de admissão ao partido), decidir quem, entre tantos concorrentes, pode ser promovido nas “carreiras” internas e quais são os requisitos para as promoções são ‘atouts’ fundamentais do poder organizativo”.

Ocorre ainda, contudo, que na prática costuma ser comum aos recrutadores de membros, incentivadas pela posição relativa que ocupam, e sobretudo em partidos de massa ou partidos *catch-all*, justamente selecionar pessoas sem um critério de seleção qualitativo claramente definido. Ou, como afirma Duverger (2012: 53), “a seção trata de buscar membros, de multiplicar seu número, de engrossar seus efetivos. Não desdenha da qualidade, mas é a quantidade que lhe importa antes de mais nada” [tradução livre minha].

40 Scarrow cita o caso do PSD alemão como um exemplo de um partido que continuamente usou a quantidade de seus membros em seu discurso político, mas o caso do SPD claramente não é o único no mundo. Para o caso brasileiro, vemos que o próprio MDB já se valeu de tal retórica para construir sua imagem política, costumeiramente chamando-se de “o maior partido do Brasil”.

grupo social, isso terá um impacto na imagem geral desse partido, e essa imagem pode acabar por alienar outros grupos sociais”. Outro fator mais ‘qualitativo’ de se chamar novos membros exclusivamente pelo número de pessoas pertencentes a certos grupos sociais atravessaria a questão de gênero, com partidos fazendo campanhas para que mais mulheres fossem recrutadas para dentro dos mesmos (Short, 1996; Gallagher & Marsh, 2004).

Um segundo motivo em favor da entrada de novos membros seria que membros seriam eleitores mais fiéis ao partido. Essa ideia parece ter fundamento no esquema dos círculos concêntricos de participação política de Duverger. Como vimos, pertencer a um partido, para tal sistema esquemático, exige um nível de comprometimento maior para com o partido que ser meramente um eleitor ou um simpatizante do mesmo. Assim sendo, seria natural de se esperar que membros do partido tendam a votar no partido mais que não-membros⁴¹. Em terceiro lugar, membros seriam ‘multiplicadores de votos’, potencialmente convencendo as pessoas com quem lidam no dia-a-dia a apoiarem eleitoralmente seu partido. Em quarto lugar, membros contribuem financeiramente para com o partido através de suas doações periódicas. De acordo com Duverger, seria a contribuição partidária o grande definidor dos partidos de massa, possibilitando a estes competir eleitoralmente com os partidos de cartel. Em quinto lugar estariam as contribuições não-financeiras aos partidos, como o trabalho voluntário em situações administrativas e/ou a militância política. Reconhece a autora, contudo, que na prática é apenas uma pequena parcela dos membros que costuma a se dedicar a tais atividades e, portanto, que há de existir outras vantagens de recrutamento para justificar a existência de membros inativos. Relacionado ao ponto anterior, em sexto lugar estaria o fato de que por vezes membros oxigenam o partido, apresentando novas ideias e/ou novas formas de se lidar

41 Isso não passa, contudo, de uma hipótese acerca da realidade política que deve ser propriamente testada. O único trabalho de que temos conhecimento que testa justamente esse fato é o estudo exploratório de Speck Braga & Costa (2015), em que se analisou o caso brasileiro. Descobriram os autores que apenas metade dos entrevistados que afirmaram pertencer a um partido político possuíam uma ‘identificação congruente’ (isto é, que gostam de e votam no partido ao qual pertencem). Acreditamos, contudo, que mais estudos devem ser feitos, tanto em solo nacional quanto Brasil afora, para que tenhamos uma base comparativa para melhor avaliarmos tais resultados.

com certas questões políticas⁴². Por fim, a sétima e última vantagem seria o fato de que membros podem potencialmente se converter em candidatos. Contudo, devemos alertar que para reconhecer tal ponto como uma vantagem dependerá, em última instância, da capacidade da hegemonia partidária controlar esses membros carreiristas em ascensão⁴³.

2.2. A participação ou ação partidária

Um fato que possivelmente já tenha ficado claro é que, embora o recrutamento partidário seja um fato momentâneo, os motivos pelos quais partidos aceitam membros bem como membros se filiam a partidos obviamente ultrapassam esse ano imediato do ingresso partidário. Ou seja, as vantagens comparativas que a filiação possa vir a trazer não podem ser realizadas no momento da inscrição do indivíduo no partido, mas é postergada para outros momentos em que esses atores novamente se encontrarão, agora como colegas de partido. É, portanto, uma aposta no futuro, em que os agentes partidários e os membros recém-inscritos depositam expectativas, em variado grau de confiança, de receber quaisquer benefícios que esperam com tal filiação, sejam esses materiais ou não-materiais, seletivos ou coletivos. Definimos essa interação entre membros partidários e seus partidos pelo nome genérico de *ação ou atividade partidária*.

A questão dos estudos de participação partidária é, portanto, parafraseando Sabatier (1992), entender porque indivíduos entram nos partidos e, uma vez dentro dos mesmos, tornam-se ativos. Ou seja, estuda-se a filiação partidária de forma mais ‘substantiva’, avaliando o que o filiado de fato faz

42 A prática de consultar membros para a elaboração de *policies* é algo relativamente passível de consideração pelas elites partidárias. Para estudos de casos concretos em que tal medida foi utilizada vide, por exemplo, Seyd (1999), Scarrow (1999), Scarrow et al (2000), Pennings & Hazan (2001), Young & Cross (2002), Heidar & Saglie (2003b).

43 Vide Panebianco (2005: 52-53) para a discussão proposta pelo autor de membros ‘carreiristas’ em oposição aos membros ‘crentes’. Observe que, para o autor, o que os distingue não é a intensidade ou a quantidade de trabalho realizado por tais tipos ideais de membros - como seria, por exemplo, na distinção entre ‘filiados’ e ‘militantes’ de Duverger (2012) - mas se relaciona mais com os motivos ulteriores dos mesmos para atuar no partido. Em última instância, Panebianco indica que os membros carreiristas estariam mais interessados em incentivos materiais, pensando tão somente no progresso individual através do partido, enquanto que membros ‘crentes’ se contentariam com incentivos solidários ou ideológicos, interessando-se mais pela utilidade coletiva adquirida através do partido.

no partido político. Avaliar a ação partidária, pois, é se perguntar, por exemplo, se os membros pagam ou não contribuições periódicas ao partido; se participam ou não das reuniões partidárias; se se mobilizam durante campanhas eleitorais, auxiliando seus pares; como e que tipo de membros participam do processo de seleção candidatos e de líderes do partido; de que forma e por qual intensidade membros de posições de relativo poder distribuem incentivos seletivos e coletivos aos membros-base; a partir de que objetivos membros decidem gastar seu tempo e energia candidatando-se pelos seus partidos ou, conversamente, como os partidos decidem apostar em certo membro para ser seu candidato em dada eleição; como, por fim, se dá a relação dos membros de um partido entre si e em sua capacidade de realizar os objetivos dos mesmos. Para definirmos, assim, a ação partidária de uma forma geral, podemos dizer que a ação partidária é, portanto, o trabalho mediado pelo partido político, seja feito em nome desse, seja feito através desse, e independentemente da posição estrutural que o indivíduo nele assume⁴⁴.

Três pontos devem ser observados acerca dessa definição inicial. Primeiramente, note que quando dizemos ‘trabalho mediado’ com isso não estamos afirmando que o trabalho realizado pelo membro seja diretamente uma ação política. Como afirmamos, para que uma ação seja considerada uma ação partidária basta que seja mediada pelo partido, independentemente de seu conteúdo; é o caso, por exemplo, de tarefas burocráticas executadas em nome do partido. Em tais casos, essas não são imediatamente tarefas políticas, o que não implica em dizer que são irrelevantes para a sobrevivência e expansão do partido; pelo contrário, seguindo a linha de Michels (1982) poderia se dizer que desempenham esse papel fundamental para sua manutenção⁴⁵.

44 Assim como observado por Duverger para o caso da entrada no partido, notamos que, devido à multiplicidade de formas que pode assumir que a ação partidária pode assumir em sua forma concreta, torna-se difícil de criar uma definição que não seja genérica, ou mesmo um tanto vaga para a ação partidária.

45 Segundo Michels (1982), a burocracia partidária é figura central no desenvolvimento do que foi posteriormente apelidado de ‘partido de massas’ por Duverger (2012). Conforme a linha micheliana, conforme a organização partidária cresce (e com isso o autor se refere sobretudo ao incremento no número de seus membros), a organização partidária se complexifica, necessitando-se cada vez mais desses burocratas para fazer com que o partido continue a funcionar devidamente. Panebianco (2005: 362-367), por outro lado, questiona o modelo proposto por Michels como sendo generalizável, afirmando que falta a Michels e seus seguidores apontar uma relação causal precisa entre taxas de filiação, de um lado, e índices de burocratização ou de complexidade organizativa, de outro. De toda forma, o modelo do ‘político profissional’ de Panebianco

Em segundo lugar, dizemos que a ação partidária é executada ‘em nome de ou através do partido para que se evite cair em uma discussão de para quem é o fruto do trabalho do integrante do partido. Para efeitos de simplificação, assumamos que as ações dos membros partidários e de seus líderes sejam coordenadas, e que para cada ação partidária todos os agentes envolvidos tenham utilidades positivas. Com isso, aproximamos a perspectiva teórica das pesquisas de filiação partidária que se focam seja no filiado, seja no partido⁴⁶, evidenciando a natureza polimórfica da filiação (Heidar, 1994). Claro, nem sempre as ações entre diversos agentes são possíveis de se coordenar. Há casos, por exemplo, em que facções internas do partido acabam usando as diversas etapas do ciclo da filiação partidária para competirem entre si (Hofnung, 1996). Por fim, um caso particular de não coordenação que devemos explicitar é o caso da não decisão. Conforme a teoria neo-institucionalista, não decisões são igualmente decisões (Bachrach & Baratz, 1963). Dessa forma, trataremos a não ação partidária como fruto de uma decisão racional de seu agente e, portanto, uma ação partidária por definição⁴⁷.

O que nos leva à nossa última observação, de que a participação partidária se dá *independentemente da posição estrutural que o indivíduo ocupa*. Isto é, que todo e qualquer membro, seja ele um dirigente do mais alto escalão ou apenas um militante de base, orienta suas

não é completamente distinto do modelo proposto por Michels. Há uma concordância de que os partidos se complexificaram através do tempo enquanto estruturas organizativas, embora ainda haja divergências de como tal fato ocorreu para ambos os autores.

46 Para a linha que estuda os partidos, costuma-se apenas enfatizar certos tipos de ações partidárias, afirmando que estas são benéficas por se constituírem em um ‘trabalho barato’ ao partido de maneira geral (Scarow, 1994; Heidar, 2006) sem se preocuparem, contudo, com o que motivaria tal trabalho. Por outro lado, quando observada a ação partidária através dos interesses pessoais do filiado - por exemplo, através da operacionalização de tipos de incentivos (Clark & Wilson, 1961) - por vezes se perde a dimensão de que nenhuma ação partidária é tomada isoladamente, e em boa medida depende de ações realizadas por outros atores.

47 Um exemplo de estudo que analisa justamente a não ação partidária seria o artigo “*Sleeping or active partners? Danish party members at the turn of the millennium*” de Pedersen et al (2004). Nesse artigo, os autores estudam a figura dos ‘membros adormecidos’, isto é, aqueles que desempenham tarefa alguma no partido, apesar de estarem filiados. Retomaremos a mencionar tal estudo quando analisarmos o caso do desligamento partidário.

decisões a respeito do tipo de ação (ou a não-ação) que tomará a partir dos ganhos individuais que poderia vir a receber⁴⁸. Tal fato seria possível, como Panebianco argumenta, devido ao fato de que:

[Q]ualquer agente organizativo controla uma ‘área de incerteza’, mesmo que pequena.(...) Até mesmo o último dos militantes possui algum recurso relacionado, talvez, à possibilidade, ao menos teórica, de que ele abandone o partido, privando-o de sua participação, ou que dê o seu apoio a uma elite minoritária interna (Panebianco, 2005: 45).

A diferença que terão os diversos agentes do partido, portanto, seria no grau de controle que possuem das zonas de incerteza. Apesar do membro do mais baixo *ranking* possuir controle de zonas de incerteza sob alguma medida (e mesmo que o tenha apenas em sentido potencial), como recorda Panebianco (2005: 45-50), o poder, enquanto relação de troca, se dá de maneira desigual, favorecendo desproporcionalmente aqueles que detêm mais zonas de incerteza, i.e., possuem mais poder. A capacidade dos membros enquanto agentes políticos de agirem, bem como de transformar tal ação em medida tal que favoreça suas motivações individuais, portanto, depende da sua capacidade individual de controlar zonas de incerteza.

A existência da ação partidária enquanto objeto, assim sendo, deriva do fato de que membros não existem de maneira isolada, mas antes, que suas ações se dão de forma inter-relacionada com os demais membros partido. A forma mais simples de se conceber essa relação entre os membros e como eles se diferenciam entre si seria usar um critério de ‘qualidade’ para discriminá-los⁴⁹. O

48 Um estudo clássico que vai por essa linha seria o “The Logic of Collective Action” de Mancur Olson (2009). Resumidamente, diz o autor que o membro individual somente e tão somente contribuirá com o partido desde que os frutos de sua ação sejam superiores aos custos iniciais de fazer tal contribuição em primeiro lugar. Assim sendo, a capacidade das associações (e, em nosso caso específico, dos partidos políticos) de gerar bens coletivos se vê ameaçada por tal inação de seus membros, visto que em última instância a capacidade dos partidos em fornecer bens coletivos é função das ações tomadas individualmente

49 Particularmente, não gostamos do uso indiscriminado do termo ‘qualidade’, devido ao fato de que tal uso possa eventualmente se confundir em uma espécie de julgamento de valores. Como já dizia Duverger (2012: 309) quanto a um tema correlato: “[u]m partido que conta com duzentos deputados não é vinte vezes superior

argumento implícito aqui seria que a filiação partidária seria por natureza polimórfica (Heidar, 1994) e, portanto, estudar os tipos e o nível de comprometimento dos membros seria uma ferramenta útil para compreender a organização partidária como um todo.

Mas o que se quer dizer quando se afirma que um membro possui qualidades distintas de outro? A literatura geralmente se vale de dois critérios para definir o que afinal seria a qualidade de um membro: um critério que podemos chamar de mais ‘objetivo’ (na falta de um melhor termo), definido como a quantidade de horas dedicadas ao partido; o outro, mais ‘subjetivo’, o tipo da atividade realizada. Para o primeiro tipo de análise, pressupõe-se que o nível de comprometimento do membro seja um critério substantivamente suficiente para fazer essa distinção entre os membros. Uma vantagem de se usar tal variável para analisar os membros seria que ela é operacionalmente mais flexível do que, por exemplo, a distinção entre ‘filiados’ e ‘militantes’ de Duverger (2012)⁵⁰. Na Tabela 2 abaixo comparamos casos de distintos países que achamos exemplos de estudos na literatura acerca desse critério de distinção da ação partidária. Contrariamente ao que o senso comum poderia indicar, os dados comparados nos mostram que os filiados brasileiros atuam de forma muito mais intensa do que outros países, sugerindo um grau de institucionalização partidária bem maior do que a literatura costuma apontar (Amaral, 2014: 16). Uma observação que pode ser feita é que a comparação de tais dados é dificultada pelo fato de que cada um utiliza uma métrica própria. Além disso, a escassez de estudo nesse campo específico de pesquisas dificulta a replicabilidade dos resultados das pesquisas de opinião de maneira geral.

ao que reúne somente dez: corresponde a uma realidade sociológica diferente”. Similarmente, um membro que dedica menos tempo ao partido e/ou que faz atividades mais básicas do que outro — ou conversamente, um partido que estimula menos seus membros a atuarem dentro de e através desse —, não deve ser visto como um caso ‘inferior’ a um caso onde o partido possui elevadas e significativas taxas de participação.

50 Como bem observado por Panebianco (2005: 52-53), “[c]onsiderando o trabalho político voluntário, alguns militantes dedicam todo o seu tempo livre ao partido; outros, somente uma parte; outros ainda alternam períodos de maior participação com períodos em que reduzem o próprio empenho, sem por isso se desativarem completamente. Portanto, os limites entre filiados e militantes são incertos. Pode-se falar de uma ‘escala de participação’, não de grupos claramente distintos com características participativas completamente diferentes”.

Tabela 2. Comparação entre países selecionados quanto ao nível de participação partidária

	<i>Proporção de filiados que participaram de ao menos 1 atividade partidária</i>	<i>Proporção de membros ativos⁵¹</i>	<i>Quantidade de Atividades Trabalhadas (mês)</i>
<i>Irlanda</i>	82% (mês)	-	1,5 (mediana)
<i>Dinamarca</i>	-	13%	3 (média)
<i>Noruega</i>	<50% filiados (ano)	-	-
<i>Reino Unido</i>	-	13,67% (média entre partidos)	-
<i>Canadá</i>	61% (ano)	14%	-
<i>Brasil (São Paulo)</i>	80,89% (1 mês)	75,51%	3,38 (média); 3 (mediana)

Fonte: Irlanda, Gallagher & Marsh (2004); Dinamarca, Pedersen et al (2004); Noruega, Saglie & Heida (2004); Reino Unido, Seyd & Whiteley (2004); Canadá, Cross & Young (2005); Brasil, CESOP (2013).

A segunda forma de se conceber a ‘qualidade’ dos membros, mais ‘subjetiva’, como falávamos outrora, consideram que o tipo de atividade e a intensidade das mesmas importam para distinguir os filiados entre si. Nas palavras de Heidar:

Members differ in the amount of time they spend on party activities.

(...) Moreover, there are many types of involvement, (...) [t]hey all give their time - but to different tasks. Lastly, in terms of quality; two members may attend the same meetings but, when one is listening, the other regularly takes the floor (Heidar, 1994: 1).

⁵¹ Tomamos de Pedersen et al (2004) a definição de que um membro é considerado como ativo quando dedica ao partido mais de 5 horas ao mês.

Ou seja, o critério de avaliação aqui não seria tanto uma avaliação do tempo dedicado ao partido, mas ao tipo de atividade executada, implicando-se daí que, para os agentes envolvidos, as distintas formas de ação partidária não possuem todas o mesmo valor intrínseco. Devemos frisar que tal distinção do grau de importância dos distintos tipos de atividade partidária, em última instância, viria dos próprios agentes políticos, e não do pesquisador.

Das inúmeras tarefas que os membros podem fazer nos partidos, a *candidatura* certamente merece lugar de destaque⁵², tanto do ponto de vista da importância que as eleições têm para os partidos políticos como um todo, quanto de um ponto de vista meta-teórico, da magnitude dos estudos eleitorais na literatura da ciência política como um todo. Conforme Hazan & Rahat:

*Candidate selection is also one of the defining functions of a political party in a pluralist democracy and maybe **the**⁵³ function that separates parties from other organizations (...). Moreover, a party's candidates will help define its characteristics - demographically, geographically, and ideologically - more than its organization or even its manifesto.* (Hazan & Rahat, 2010: 6)

Ou de forma mais geral quanto aos partidos, como afirma Sartori (1976: 64, *apud* Hazan & Rahat, 2010: 6), “[a] party is any political group that presents at elections and is capable of placing through elections, candidates for public office”. Como podemos ver, portanto, a competição em eleições é uma das características fundamentais da organização dos partidos políticos em sistemas representativos. Para o caso da compreensão da ação partidária, a candidatura abre, pois, dois

⁵² Cabe, todavia, uma advertência, embora as eleições sejam um aspecto fundamental dos partidos políticos como um todo, não devemos com isso subsumir a existência dos partidos políticos como se essa fosse a única razão de existência desses. Fazer essa simplificação dos partidos políticos seria incorrer no que Panebianco (2005: 6-11) chama de ‘preconceito teleológico’. Parafraseando o autor italiano, afinal, caso os objetivos dos partidos políticos se voltassem única e exclusivamente para as eleições, seria impossível de se explicar a adoção pelos partidos de estratégias que claramente garantem retornos eleitorais negativos.

⁵³ Grifo no original.

distintos ramos de pesquisa que gostaríamos de discutir. Um primeiro deles, como já vínhamos discutindo, viria da análise do cálculo de utilidade caso-a-caso da opção dos membros de se tornarem candidatos de seus respectivos partidos ou, respectivamente, dos dirigentes partidários aceitarem que certos membros se candidatem sob sua legenda. Tais estudos acabam por avaliar os sistemas de incentivos e as ambições individuais dos pré-candidatos seja de maneira geral (por exemplo, Schlesinger, 1966; Copeland, 1989; Fox & Lawless, 2005; Lawless, 2012), seja a partir de uma compreensão de desvantagens comparativas de minorias sociais de participarem do jogo político (Lawless & Fox, 2004; 2005; 2015).

Outro exemplo de agenda de pesquisa busca entender os caminhos organizativos que conduzem o processo de escolha dos candidatos de determinado partido. É o tipo de pesquisa que apresentaremos em nosso Capítulo 3, através de uma maneira alternativa de se analisar a seleção de candidatos. Hazan & Rahat (2010), por exemplo, dividem tal estudo em quatro esferas: i) da candidatura, i.e., quem é apto a se tornar candidato do partido; ii) do *selectorate*, i.e., quem seleciona o candidato dentre os diversos pré-candidatos; iii) do local da escolha, i.e. o grau de descentralização do processo de seleção de candidatos; e iv) do método de seleção, i.e. se o partido utiliza um sistema de votação ou um de apontamento. Um exemplo de estudo brasileiro que vai em tal direção seria o de Braga (2008). Analisando 5 partidos (PP, DEM, PMDB, PSDB e PT) sob o contexto paulista, observa a autora que, na prática, todos os casos o processo de seleção de candidatos é fortemente compelido por uma estrutura *top-down*. Tal processo se daria sobretudo pela intervenção em diretórios e até mesmo a reestruturação desses em comissões provisórias, organizações estas mais fáceis de serem controladas pelas elites das instâncias federativas superiores, como, aliás, também observa Guarnieri (2011). Mesmo para o caso do PT, cujo estatuto aponta para um sistema de seleção mais inclusivo, observa a autora que apresenta este partido os critérios mais restritivos de quem pode se tornar candidato e, portanto, nesse aspecto, é o partido de caráter mais restritivo.

2.3. O desligamento partidário

A filiação partidária, como vimos, não se limita ao ato do ingresso do indivíduo no partido, mas também uma questão de permanência do membro no mesmo. Assim sendo, se a etapa anterior lidava com a permanência através de um critério de ‘qualidade’, i.e., o tipo de e a intensidade de dedicação ao trabalho que o membro dá ao partido, a última etapa do ciclo estaria relacionada com uma medida ‘temporal’ da permanência partidária, isto é, por quanto tempo os indivíduos se manteriam nos partidos, e quais os motivos que levariam a seu desligamento.

Assim como o recrutamento partidário possui um custo intrínseco de entrada, cuja parte de seu processo apelidamos de ‘rito de passagem’, a saída do partido contará com um tipo de custo similar, doravante o custo de saída. De uma maneira mais geral, como observa Bartolini (1983: 207), *“to maintain, increase **or even decrease**⁵⁴ the levels of membership and activism is, from the leadership perspective, and organizational effort, which might or might not be rewarded in terms of money, work, and time”*. Tal custo intrínseco envolvido na decisão em favor do desligamento partidário, todavia, não só é existente para o caso dos líderes partidários, os quais têm poder de controle por sobre o contingente partidário, mas igualmente presente para cada membro filiado ao partido. Afinal, o membro possui também suas vontades e agendas próprias, e sair do partido é igualmente uma forma de realizá-las, caso assim lhe convenha. Estudar o desligamento partidário, assim, significa também estudar por que os agentes continuam incorrendo nos custos envolvidos na permanência no partido, bem como quais seriam os eventuais custos e benefícios de sua saída.

Quiçá o motivo mais óbvio para se pensar porque indivíduos saem de seus respectivos partidos políticos seria o crescente descontentamento destes para com os mesmos. De fato, van Haute (2009) parece ter notado uma crescente tendência de insatisfação dos membros para com os próprios partidos, fato similar podendo ser encontrado em Speck et al (2015) para o caso brasileiro. Todavia, embora possamos imaginar que a insatisfação para com o próprio partido seja uma condição necessária para o desligamento partidário — ou, sob a perspectiva dos partidos políticos, a

⁵⁴ Grifo nosso.

insatisfação dos dirigentes partidários que detêm da capacidade de desligar membros para com alguns de seus filiados —, certamente não é esta uma condição suficiente para que a saída seja concretizada.

Uma implicação interessante disso é o caso em que a permanência no partido pode se configurar um resultado subótimo da escolha do indivíduo. Como a saída do membro de seu respectivo é dada não só pela comparação utilidade de sua permanência vis-à-vis de sua saída, mas daquela com a utilidade da saída mais os eventuais custos de saída, é possível que a utilidade de não permanecer no partido seja superior à de permanecer, ou mesmo que a utilidade da permanência seja negativa, e mesmo assim o membro pode optar por não se desligar do partido. Tal opção se daria, portanto, pela percepção de tal indivíduo de que o custo inicial de sair do partido seja maior do que continuar no mesmo.

Tal relação explicaria, em grande medida, a existência da figura que Pedersen et al (2004) chamam de *sleeping members*. Tais ‘membros adormecidos’ seriam, segundo os autores, membros que não só deixaram de participar das atividades partidárias, mas que cortaram todo tipo de relação para com o partido, sendo que o único vínculo que possuem para com seus partidos é seu nome inserido na relação de filiados. O fato de membros continuarem no partido mesmo não obtendo nenhum benefício direto ou indireto em tal permanência é fruto, portanto, da inércia, isto é, da incapacidade de vencer os custos de saída do partido. A existência de tais tipos de membro, todavia, obviamente depende anteriormente da formação de instituições internas do partido e/ou do ambiente em que o partido está inserido, que propiciam que tais listas sejam criadas em primeiro lugar. Em cenários onde o partido não possui um controle mínimo de seus membros faz com que a ação partidária seja, em si, critério definidor de sua permanência. Dessa forma, assim como Duverger (2012: 91) tinha observado acerca do ingresso partidário, a distinção de ‘membros’ e ‘ex-membros’ é, por muitas vezes, demasiadamente tênue.

Um fato a se observar é que, ao contrário das etapas anteriores do ciclo, em que podemos conceber uma interação entre membros e líderes do partido, no caso do desligamento partidário, a decisão é tomada unilateralmente, seja o caso da expulsão de um membro, seja da desfiliação voluntária desse. De fato, percebemos que conforme caminhamos pelas etapas do ciclo da filiação partidária, maior o grau de independência dos agentes entre si. Pegue o caso do recrutamento partidário, onde, em situações normais, esperamos que a filiação seja feita desde que ambas as partes mutuamente concordem com a filiação. Em seguida, temos o caso da ação partidária, em que mesmo que uma ação possa ser feita visando tão somente o benefício próprio, devido ao *locus* onde tal ação é feita, terá essa consequência para os demais membros do partido. Todavia, para o caso do desligamento partidário, como dissemos, basta que um dos lados decida pelo desligamento, bem como que os custos do desligamento não sejam relativamente excessivos, que este será feito. Ao contrário das outras etapas, pois, a coordenação das ações não é necessária para essa fase final do ciclo da filiação.

Historicamente, a questão do desligamento partidário pode ser enquadrada na tradição de pesquisas que vem desde o final dos anos 1960 da chamada crise da filiação partidária. Olhando as taxas de filiação partidária de maneira geral, repararam diversos autores que estas pareciam estar decaindo por quase toda a Europa (Dennos, 1966; Selle & Svåsand, 1991; Katz & al, 1992; Tan, 1997; Whiteley, 2009; 2011; Scarrow, 2010; 2014a; van Biezen et al, 2012; dentre outros). Tal noção de ‘crise’ da filiação partidária se tornou tão forte no contexto europeu, que dificilmente é possível se estudar a filiação partidária sem que tal tese seja mencionada, seja para aceitá-la, seja para rejeitá-la. Uma forma de se entender as premissas dessa visão seria que dado que a democracia se tornou ‘impensável’ sem os partidos políticos (Schattschneider, 2017 [1942]), e que os partidos políticos são o meio pelo qual indivíduos exercem sua cidadania (Putnam, 2000), é compreensível que a súbita queda nas taxas de filiação possa ser interpretada como uma crise no sistema partidário como um todo.

Já outros autores afirmam que tal noção de crise não é um consenso nem ao menos sob o contexto europeu, sendo entendida como uma visão ‘pessimista’ da evolução partidária (Kölln, 2014), bem como que tal processo de queda de filiações está longe de ser irreversível (Hetherington, 2001; Albertazzi, 2016), com vários casos de sucesso de captação de novos membros. Para essa linha “anti-crise” de pesquisa, portanto, o problema está observar o fato de que dados partidos em dados países em dados anos passaram a perder os membros e generalizar tal fato como uma crise sistêmica dos partidos como um todo (Ignazi, 1996). Para Daalder (1992), a raiz de tal problema está na qualificação de tipos específicos de partidos como naturalmente ‘bons’ ou ‘ruins’; interpretação essa vinda de um tipo de leitura do prognóstico de Duverger (2012), interpretação essa vinda de uma leitura errônea do prognóstico de duvergeriano da expansão dos partidos de massa, carregado muitas vezes de uma forte noção de que seriam os partidos de massa o modelo ideal de partido político. Partidos políticos, afinal, estão em constante adaptação ao ambiente ao qual estão inseridos (Panebianco, 2005), não sendo possível identificar certo tipo de partido como o tipo quintessencial dos partidos políticos. Por fim, podemos notar ainda que esse embate todo de que se há ou não uma crise nos partidos políticos depende em grande maneira de se o pesquisador adota uma teoria idealista ou realista da democracia representativa (Heidar, 1994).

Seja como for, é fato ainda que, de maneira geral, em muitos dos países da Europa Ocidental há uma significativa queda das taxas de filiação partidária (Katz et al, 1992; Scarrow, 2010; Whiteley, 2011). Mas quais seriam as causas dessa súbita diminuição de membros? Whiteley (2011) condensa as hipóteses levantadas pela literatura, elencando quatro fatores principais que estariam afetando as taxas de filiação. Primeiramente, sob a perspectiva do partido, a criação e evolução do financiamento público de campanha deu uma garantia financeira aos partidos, fazendo com que dependessem menos do financiamento através dos membros, não mais sendo necessário seu recrutamento contínuo. Em segundo lugar, sob a perspectiva dos membros, o aumento do descrédito em relação aos partidos políticos tradicionais, aliada a novas formas de participação política (ONGs,

manifestações virtuais, abaixo-assinados, participações *policy-oriented*, etc) fariam com que os indivíduos deixassem de procurar os partidos políticos como meio de manifestação política. Em terceiro lugar, ainda quanto os membros, que o tempo das pessoas teria se tornado mais escasso, aumentando os custos de participação política de maneira geral. Por fim, que com a evolução dos métodos de comunicação e, por conseguinte, de campanha política, a necessidade dos partidos de terem seus membros como “embaixadores na comunidade” teria sido significativamente diminuída.

Recobrando a noção que discurremos logo em nossa primeira seção, a respeito do fato de que não distinguir logicamente as três etapas do ciclo acaba por dificultar a interpretação do fenômeno da filiação partidária como um todo. Vemos, assim, que o primeiro argumento de Whiteley, quanto o financiamento público, é na verdade um argumento no tocante do ingresso partidário; dado que existe o financiamento público, os líderes partidários são menos motivados a recrutar novos membros. Não diz nada a respeito, porém, acerca dos membros que já estavam no partido. Caso esse argumento esteja correto, a taxa de filiação partidária teria diminuído tão somente por uma falta de renovação dos membros, sendo que os membros antigos, aparentemente, não teriam motivos de sair ou de serem expulsos do partido⁵⁵. O segundo argumento, do descrédito dos partidos perante os olhos da sociedade, pode, sim, ser uma variável explicativa tanto para não filiados decidirem por não se filiar, quanto por filiados se desligarem. Neste caso, todavia, tal variável seria mais uma condição necessária do que suficiente; como vimos outrora, a permanência do partido pode ser uma escolha subótima, a depender do custo de saída do partido. Por fim, os dois últimos argumentos, da falta de tempo dos indivíduos na sociedade contemporânea e da evolução dos métodos de campanha são, na verdade, argumentos a respeito da ação partidária, e pouco diz acerca do ingresso ou do desligamento partidário, variáveis essas que, sim, afetariam a taxa de filiação partidária de dado país.

⁵⁵ Cabe ainda a observação de Hofnung (1996), de que o financiamento público não é condição suficiente para explicar a queda na taxa de filiados. Conclui o autor, ao estudar o caso israelense, de que mudanças na organização interna do partido são muito mais influentes do que a existência ou não do financiamento público.

O que podemos concluir daqui é que para entender os índices de desfiliação devemos estudar os motivos propriamente ditos do desligamento partidário. Isso não quer dizer, todavia, que cada fase do ciclo da filiação partidária seja uma mônada independente. Pelo contrário, é muito provável que na prática os custos e benefícios de cada fase se misturem para os atores envolvidos. Devemos, contudo, enquanto pesquisadores, saber distinguir tais elementos, e aí que o conceito de ciclo da filiação se vê benéfico enquanto ferramenta de pesquisa.

a nosso ver, a maneira ideal de se estudar o desligamento partidário propriamente falando, assim sendo, seria justamente comparar os indivíduos que deixam os partidos com aqueles que permanecem nos mesmos. Idealmente, a melhor forma seria ter registros de entradas e saídas de membros de seus respectivos partidos, análise esta que faremos em nossa Capítulo 4. Alternativamente, pode o pesquisador utilizar *surveys* que façam perguntas a respeito do desligamento partidário. Quanto a esse último tipo de pesquisa, temos conhecimento de apenas uma pesquisa de opinião que realize tal pergunta, sendo esta uma pesquisa acerca de valores da cidadania realizada em 2004 pelo *International Social Survey Programme (ISSP)*⁵⁶. Tal *survey* foi o mesmo utilizado por Whiteley (2011) em sua tese do declínio dos filiados pelo mundo todo. A pergunta específica que estamos interessados questionava o seguinte:

People sometimes belong to different kinds of groups or associations. For each type of group, please indicate whether you: i) belong and actively participate, ii) belong but don't actively participate, iii) used to belong but do not any more, or iv) have never belonged to it. (ISSP, 2012).

⁵⁶ Coincidentemente, esse é o ano em que passou a se efetivamente registrar a saída dos membros de seus partidos, no caso brasileiro, o que possibilita uma melhor comparação dos dados do *survey* com as figuras oficiais. Mais informações a respeito da mudança institucional brasileira quanto ao desligamento partidário podem ser vistas no Capítulo 4.

Sendo que as opções de associações disponíveis eram partidos políticos; associações profissionais e sindicatos; igrejas e grupos religiosos; grupos desportivos, culturais ou de lazer; quaisquer outras associações voluntárias. Nosso foco, naturalmente, é voltado para as opções relativas a partidos políticos. A Tabela 3 (abaixo) trata exclusivamente dos respondentes brasileiros, em que vemos a distribuição do tipo de engajamento civil dos entrevistados para com os partidos políticos.

Tabela 3: Status da filiação partidária no Brasil segundo o survey do ISSP

<i>Status da Filiação</i>	<i>Frequência Absoluta</i>	<i>Frequência Relativa</i>
<i>Pertence e Ativamente Participa</i>	56	2,83%
<i>Pertence mas Não Participa</i>	73	3,68%
<i>Costumava Pertencer</i>	147	7,42%
<i>Nunca Pertenceu</i>	1706	86,07%
<i>Total</i>	1982	100,00%

Fonte: ISSP Citizenship 2004 (ISSP, 2004).

Comparando os dados encontrados pelo ISSP com outras fontes de dados encontramos algumas discrepâncias um tanto curiosas. Primeiramente, quanto à taxa de filiação partidária, vemos uma proporção significativamente menor do que as estatísticas oficiais reportam (cerca de 10,62% do Eleitorado⁵⁷ para os dados oficiais e 6.51% dos respondentes do questionário do ISSP). Tais resultados, todavia, são significativamente superiores aos encontrados por Speck et al (2015), onde apenas 3% dos respondentes declararam pertencer a algum partido político. Curioso ainda notar que, quanto a ação partidária, os resultados do ISSP diferem em muito dos encontrados pelo CESOP,

⁵⁷ Isto é, uma relação de 16.794.803 filiados para um eleitorado de 147.302.344, segundo os dados relativos à Agosto de 2018.

apontando que 56,58% dos filiados participam das atividades partidárias (contrariamente a mais de 80% como encontrado pelo outro estudo). O fato mais marcante, todavia, é justamente quanto ao desligamento partidário. Após removermos os títulos eleitorais repetidos do banco de dados do TSE (e, com isso, os indivíduos que saíram mais de uma vez do mesmo partido), verificamos que o tribunal registra que apenas 0,9% do Eleitorado é composto por ex-membros de partidos, contra 7,42% do encontrado pelo ISSP.

Podemos conjecturar diversas teorias do porquê tamanha diferença entre o que o TSE registra acerca do desligamento partidário, sem, contudo, podermos definitivamente testar tais teorias no momento. Uma primeira opção seria a simples hipótese de que, de alguma forma, os *surveys* do ISSP e do CESOP tiveram algum tipo de viés de pesquisa. Speck et al (2015), conjecturam se brasileiros não teriam dificuldade em revelar aos entrevistadores que participam, sim, de partidos políticos. Outro problema, como melhor descreveremos em nosso capítulo 4, é que o TSE somente passou a acuradamente registrar a saída de membros dos partidos a partir de 2003, com a criação do sistema online de registro de filiados, o Filex⁵⁸. Ou ainda, podemos imaginar que há pessoas que acreditem que tenham saído do partido, mas que devido às regras específicas do TSE acerca do desligamento partidária, são ainda contabilizadas como filiados regulares. Por fim, poderíamos acusar a diferença nas datas em que tais *surveys* foram realizados, e conjecturar que ambos tratam de realidades bem distintas. Para checarmos tais teorias, todavia, mais pesquisas seriam necessárias, o que não é o escopo do presente estudo.

3. Observações Finais

O objetivo central do presente capítulo foi introduzir nosso objeto de pesquisa, o ciclo da filiação partidária. Como vimos, a filiação partidária, a depender do enfoque que damos, pode ser entendida como três objetos distintos: o recrutamento partidário, a ação partidária e o desligamento partidário. Tentamos dialogar o máximo possível a geração de tal conceito com o que a literatura tem

⁵⁸ Atualmente substituído pelo sistema FiliaWeb desde 2009.

feito ao longo dos anos. O que almejamos aqui foi menos uma avaliação exaustiva do que a literatura chegou a produzir por todas essas décadas — tarefa essa certamente impossível de se realizar com o escopo de pesquisa que temos atualmente — , e mais um diálogo com a mesma, buscando evidenciar como nossa chave analítica, o ciclo da filiação partidária, pode ser útil para a compreensão do fenômeno da filiação de maneira geral.

Concluída essa primeira parte, a seguinte etapa da presente pesquisa consiste em apresentar ao leitor modelos de pesquisa possíveis de serem feitas acerca da filiação partidária, sempre sob o contexto brasileiro. A principal vantagem de se estudar o caso brasileiro, como falamos na Introdução, consiste sobretudo na publicidade de informação acerca dos membros dos partidos brasileiros. O fato de o Brasil ser um país de proporções continentais, com uma taxa de filiação partidária relativamente alta, bem como uma aparente elevada taxa de participação dos membros em seus respectivos políticos, contribuem para tornar o Brasil um caso particularmente promissor.

Como as pesquisas acerca da filiação partidária no Brasil ainda são muito incipientes, o enfoque dos capítulos seguintes se dão sobretudo na descrição dos dados de maneira geral. Pelo mesmo motivo da novidade desse tipo de pesquisa no Brasil, planejamos os futuros capítulos a serem lidos de maneira relativamente isolada, cada qual tratando de uma etapa específica da filiação partidária. No futuro, imaginamos que pesquisadores serão mais aptos a analisar conjuntamente mais de uma dessas etapas, fornecendo uma compreensão mais robusta de nosso objeto.

Capítulo 2 - O Recrutamento Partidário sob o Contexto Brasileiro

1. O Recrutamento partidário enquanto objeto de pesquisa

Como vimos no capítulo anterior, a entrada no partido é a primeira etapa no ciclo da filiação partidária, tendo importância tal que por vezes é usada incorretamente como sinônimo perfeito do termo ‘filiação’. A filiação, contudo, não se limita ao ato de ingresso (a entrada) no partido, mas também é uma questão de permanência: uma vez dentro do mesmo, passa a ser relevante o que ele vai fazer no partido (a ação partidária), e se optará por sair deste ou não (o desligamento partidário). Essas três etapas formam, em conjunto, o que nomeamos de ‘ciclo da filiação partidária’.

A primeira etapa do ciclo da filiação, portanto, é a que chamamos de “recrutamento ou ingresso partidário”, que pode ser definida como o momento em que um indivíduo passa a fazer parte de um partido político. Algumas observações devem ser feitas para que tal definição seja melhor compreendida. Primeiramente, e muito embora haja diversas formas pelas quais o ingresso partidário é concretizado (Heidar, 2006), a forma mais usual que esta é feita seria a filiação individual, isto é, a filiação feita quando um indivíduo entra em acordo com agente(s) de um partido político, passando a fazer parte de seus *ranks*. Assim, quando falarmos em recrutamento partidário, deve-se subentender que estamos falando de filiação individual. Note ainda que o recrutamento é definido exclusivamente como este ato de aceite do indivíduo de se tornar membro do partido. O tipo de atividade que o membro neófito exercerá uma vez dentro do partido, seus direitos e deveres, entre tantas outras questões estão fora dessa etapa do ciclo da filiação⁵⁹. Claro, isso não significa dizer que os recrutadores e os novos membros são ignorantes dessas questões durante o ato do recrutamento. Nosso ponto é tão somente que, de um ponto de vista analítico, é útil se estudar o ingresso partidário

⁵⁹ De fato, essas questões são matéria do que definimos como a *ação partidária*. No capítulo seguinte (Capítulo 3) avaliaremos tal dimensão da filiação partidária a partir de uma das tantas atividades que o membro pode fazer dentro do partido, a candidatura a cargos eletivos.

de maneira independente⁶⁰. Por fim, se, sob condições normais, o recrutamento partidário é um acordo, isso significa dizer que todos os agentes envolvidos concordam com tal ato. Novamente, para simplificar nosso modelo, suponhamos que tal relação se dê entre dois agentes, o recrutado, de um lado, e o recrutador, de outro. Para simplificar ainda mais essa relação, suponhamos que a utilidade do recrutador seja a mesma do que a de cada membro de seu partido⁶¹. Assim sendo, quando estes dois agentes (recrutado e recrutador) se encontram, avaliam ambos, cada qual por sua perspectiva, a utilidade que o ingresso traria a eles. Podemos dizer, então, que o ingresso ocorre tão somente quando ambos os agentes avaliam que a utilidade do ingresso é maior do que a do não-ingresso.

Temos, assim, os elementos constitutivos da definição de recrutamento partidário. Vimos que durante o ingresso partidário, recrutados e recrutadores têm expectativas quanto ao que cada um pode oferecer um ao outro, apesar de não termos noção exata até então do que seria o que procuram. Uma primeira forma de se avaliar tais interesses seria observar internamente as utilidades de cada agente político. Para os membros, é comum a literatura se valer da teoria dos incentivos de Clark & Wilson (1961) para explicar porque estes se filiarão a partidos. Os tipos ideais de incentivos seriam três: incentivos materiais (i.e., os que mais facilmente podem ser transformados em uma medida monetária), os incentivos solidários (i.e., aqueles provenientes da socialização do indivíduo), e incentivos ideológicos (incentivos atrelados a um sentido de dever ser do mundo). Como argumenta Panebianco (2005), todavia, membros não são motivados tão somente por motivos coletivos (motivos esses usualmente de tipo solidários e/ou ideológicos), mas também por incentivos. Um partido que mantém uma boa relação para com seus membros, portanto, saberia distribuir estes dois tipos de incentivos. Já para os partidos políticos, Scarrow (1994) faz uma lista extensiva dos motivos que levariam os partidos a recrutar ou não novos candidatos dentro de seus *ranks*. Os motivos mais

⁶⁰ Ou, em outras palavras, podemos dizer que embora as etapas do ciclo da filiação partidária sejam interdependentes, isto não quer dizer que elas não sejam ontologicamente distinguíveis entre si. De fato, nós temos a expectativa de que tal interdependência exista, por isso mesmo que falamos em um *ciclo* da filiação partidária, termo este que evoca a interrelação de suas partes.

⁶¹ Em contraposição, Panebianco (2005:369-370), por exemplo mostra como por vezes o incentivo ao recrutamento eleitoral é dado por disputas de facções internas de um partido político.

comumente levantados pela literatura, contudo, são dois: o fato de que o filiado é fonte de trabalho barato ao partido, e que ele dá uma contribuição monetária periódica ao partido.

Uma alternativa para se entender a utilidade dos agentes políticos seria estudar as instituições que operam no *locus* ao qual estão estes inseridos. Há ainda duas vertentes no estudo institucional dos partidos. Um tipo de foco seria estudar as instituições externas ao partido, isto é, seu “ambiente” (Panebianco, 2005). Incluir-se-ia nesse tipo de pesquisa as análises de legislação e de política comparada, vistos por exemplo, em Duverger (2012), Katz et al (1992), Van Biezen et al (2012), dentre outros. Ou então, pode-se estudar as próprias instituições internas do partido, formais ou informais. Um exemplo de tal linha seriam os estudos que analisam os estatutos partidários, como fizeram Norris (2004), Hazan & Rahat (2010), Ribeiro (2013), dentre outros.

O presente capítulo, portanto, é uma investida no sentido de analisar o efeito das instituições externas no recrutamento partidário brasileiro. Mais especificamente, investigamos mais a fundo a observação de Speck (2013, 2014) de que o recrutamento partidário no Brasil segue a lógica do ciclo eleitoral. Cabe ainda a observação de que as análises aqui apresentadas de forma alguma devem ser entendidas como conclusivas a respeito da investigação para o caso brasileiro; acreditamos, todavia, que nosso trabalho aqui é abrir frente para uma agenda de pesquisa que ainda vem sendo pouco explorada em solo nacional.

2. Características institucionais do Brasil relativas ao recrutamento partidário

Como pautamos em nossa Introdução, o objetivo principal de nossa pesquisa não deve se limitar a meramente acrescentar mais um caso para ser analisado em conjunto com os demais estudos de filiação partidária, uma mera curiosidade a ser colocada em comparação com casos mais ‘sérios’. Fornecemos três argumentos para o estudo específico do caso brasileiro. Primeiramente, servindo ainda não só para o Brasil, que o estudo de casos que fogem do contexto europeu ajuda a quebrar essa narrativa de ‘crise da filiação partidária’ (Tan, 1997; Whiteley, 2009; 2011; van Biezen et al,

2012; dentre outros) como se fosse generalizável para sistemas partidários em todo o mundo. Em segundo lugar, o que salta aos olhos de quem analisa os dados de filiação brasileiros é a intensa e crescente taxa de filiação partidária, em 2017 chegando a 16.723.142 filiados, ou cerca de 11,45% do Eleitorado. Buscar entender o que explica uma filiação tão intensa, ainda mais em um país de eleitorado tão expressivo, torna o caso brasileiro particularmente interessante. Por fim, que o Brasil possui uma série de dados ‘objetivos’⁶² de filiação partidária muito mais consistente do que os encontrados por exemplo na Europa. Desde o estabelecimento da Lei nº 4.740 de 15 de Julho de 1965 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos, ‘LOPP’) os partidos brasileiros são obrigados a entregar a segunda-via das fichas de inscrição aos seus respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, que então enviam os dados ao TSE. O caso brasileiro, portanto, possui a vantagem comparativa de não se precisar ir até cada partido político requisitar que forneçam seus dados, livrando-se de todos os vieses de coleta de dados inerentes desse processo van Biezen et al (2012)⁶³.

Potencialmente, o maior problema da administração dos dados de filiação no Brasil seria a capacidade dos Tribunais Regionais de fiscalizar e administrar os respectivos diretórios locais dos partidos acerca das informações de seus filiados. Teoricamente, podemos conjecturar que durante a ditadura militar, tal trabalho fosse relativamente mais fácil, havendo então apenas dois partidos no Brasil. Com o retorno ao multipartidarismo, e da explosiva criação e extinção de partidos que foi vista nas primeiras décadas do retorno à democracia, todavia, devemos supor que esse problema tenha se intensificado. Assim, o TSE, através da Resolução 21.574 de Novembro de 2003, criou seu primeiro sistema próprio de registro eletrônico de filiação partidária, o Filex. A maior vantagem de

62 Van Haute (2011) separa os tipos de dados coletados acerca da filiação partidária em duas categorias, dados ‘subjetivos’ e dados ‘objetivos’. Os dados subjetivos são provenientes de questionários de pesquisas de opinião, onde se pergunta se o entrevistado faz ou não parte de algum partido político. Já os dados ‘objetivos’ são os registros dos partidos de sua relação de filiados.

63 O que não significa, contudo, que esses dados componham efetivamente o que chamamos na ciência de dados de um *banco de dados* propriamente dito. De fato, como apresentaremos na seção seguinte, boa parte de nossas energias foram voltadas justamente a transformar esses dados brutos fornecidos pelo TSE em um banco de dados capaz de ser investigado para nossas análises.

tal sistema, pois, foi diminuir o trabalho exercido pelos TREs, fazendo com que os partidos eles mesmos enviassem eletronicamente ao TSE os dados de seu contingente partidário⁶⁴. Já em 2009 o TSE lançou a segunda versão de seu sistema de controle de dados, o FiliaWeb, a partir da Resolução 23.117 de 20 de agosto de 2009. A vantagem do sistema FiliaWeb em relação ao Filex seria que o partido a todo momento administraria os dados dos filiados dentro de tal sistema, sob o que chamam de ‘lista interna do partido’. Sob esse novo sistema os partidos devem, durante os meses de Abril e Outubro, atualizar o registro da relação de filiados, selecionando a opção de consolidação dos dados no próprio sistema. Caso o partido falhe em mandar a versão consolidada da relação de seus filiados em tais meses, o TSE subentende que nenhuma alteração no contingente partidário foi feito, e utiliza o último registro oficial de filiados disponível.

Resumindo, a acurácia e a facilidade de controle da relação de filiados parece ter aumentado progressivamente desde que foi primeiramente implementada com a LOPP. Quando analisada a opinião geral acerca de tais dados, entretanto, seja de leigos ou de especialistas, vemos que certa desconfiança nos dados é constante. Como aponta Speck (2014), pesquisadores por vezes temem que tais dados apresentem diversas inconsistências, desde a simples omissão de informações, a perda de dados através das décadas, até a manipulação direta das listas pelos partidos políticos. Evidências anedóticas de indivíduos que supostamente estão filiados a partidos políticos sem seu conhecimento aparecem ocasionalmente, sobretudo em épocas eleitorais. Além disso, as dificuldades encontradas pelos TREs durante o início dos registros de filiados, além da turbulenta história da criação e extinção dos partidos poderiam ter criado algum tipo de viés nos dados.

64 Outra vantagem da criação do sistema Filex foi a de começar a se cobrar o registro de quando indivíduos se desligassem de seus respectivos partidos. Como vimos anteriormente, a exigência legal de um período mínimo de filiação para que um cidadão concorra a um cargo eletivo qualquer acabou por criar a necessidade da publicidade da informação acerca das filiações partidárias. Não havia até então, contudo, exigência alguma para que os partidos registrassem o desligamento de seus membros. Como veremos no Capítulo 4, foi a partir exatamente da implementação de tal sistema que os partidos começaram a efetivamente registrar a desfiliação de seus membros.

Especificamente quanto ao ponto da fraude nas filiações, Speck (2014) parece se mostrar bastante incrédulo quanto a sua existência. Ao longo de seu texto, vemos que o autor fornece distintas razões do porquê desconfiaria das evidências de fraude, sendo elas: i) as informações pessoais dos cidadãos não são exatamente fáceis de se obter, exigindo algum esforço por parte do recrutador em obtê-las; ii) dado o expressivo volume de filiações e os custos implícitos da fraude do item (i), seria mais provável que as filiações fraudadas, quando existentes, representem uma pequena parcela das filiações; e, por fim, iii) que a variância na quantidade de filiações por dia pareceria ocorrer de forma natural. Com isso, conclui o autor que as fraudes, se existentes, não deveriam ser expressivas, e portanto que o estudo da filiação partidária no Brasil não deveria ser tolhido.

A despeito de no geral sermos simpáticos a esse argumento levantado por Speck (2014), em nosso ponto de vista é possível se dar um argumento ainda mais extremado: caso realmente haja casos de fraudes nas filiações partidárias, seria este um fato para motivar o estudo da filiação partidária, não o contrário. Encontrar os mecanismos institucionais que incentivassem tais ações seria, portanto, interessante tanto de um ponto de vista teórico quanto empírico. De toda forma, as filiações registradas são de pessoas reais, contando para todo motivo legal e, na pior das hipóteses, teriam sido feitas sem seu consentimento⁶⁵. Para o presente trabalho, trabalharemos nossas análises, portanto, sem levantar a hipótese da fraude, embora pessoalmente também acreditemos que estas devam, quando muito, ser mínimas. Apesar de não termos dados melhores para justificar nossa intuição, também não se deve tomar como conclusivas evidências anedóticas mostradas na mídia.

Podemos ainda mudar nossa perspectiva e conjecturar: supondo-se que haja fraude, por que ela ocorreria, e em qual momento seria esta mais propensa de ter ocorrido? Por exemplo, dado que os partidos brasileiros comumente não colhem de seus membros contribuições financeiras, o motivo

⁶⁵ Como mostramos no Capítulo 1, práticas assim não são totalmente incomuns em outros países. Heidar (2006), por exemplo, mostra como o *Labour Party* britânico passou a utilizar uma estratégia de filiação passiva com os membros sindicais, fazendo com que estes automaticamente se filiassem no *Labour* a não ser que especificamente preenchessem um documento requisitando o impedimento de seu ingresso. Como parcela do imposto sindical é destinado ao *Labour*, tal medida foi pensada para aumentar os fundos monetários do partido, que estavam se esvaziando dada a queda na sua taxa de recrutamento.

para se fraudar eleições aparentemente não seria econômico. A resposta definitiva para tal pergunta parece-nos difícil de ser obtida, visto que não há como identificar afinal quais filiações foram ou não fraudadas; muito menos qual seria o número total de filiações fraudadas se é que existentes. Nada obstante, temos uma conjectura do que poderia incentivar a fraude, baseando-nos na evolução da legislação eleitoral brasileira. Durante o regime militar, nas várias edições da legislação eleitoral havia uma cláusula⁶⁶ de que para constituir diretório em dado município, o partido deveria ter um número mínimo de filiados, relativo ao número de habitantes do município. Note-se ainda que o partido somente pode competir em dado distrito se e somente se tiver um diretório no mesmo. Temos aí, portanto, um incentivo para que partidos recrutem membros por quaisquer meios disponíveis, mesmo que para isso o façam sem seu consentimento. Embora tal incentivo já estivesse presente na época do bipartidarismo brasileiro, somos levados a crer que o incentivo se daria de forma mais intensa nos primeiros anos da época de redemocratização do Brasil, quando se retomou ao sistema multipartidário⁶⁷. A partir dos anos 80, com novos partidos surgindo, podemos imaginar que se gerou uma corrida para atender a todos os preceitos legais para competir nas eleições. Esse requisito do número mínimo de filiados para a criação de diretórios teria sido extinguido apenas em 1995, com a criação da Lei dos Partidos Políticos (9.096/95). Ocorre, todavia, que esse período de 15 anos foi um dos mais turbulentos de nosso sistema político-partidário, em que partidos pululavam a política nacional, e novos partidos sendo constantemente criados e subsequentemente extinguidos⁶⁸. Nosso palpite, portanto, seria que foi nesse intervalo de tempo do retorno do multipartidarismo brasileiro à criação da Lei dos Partidos Políticos que os partidos teriam tido o maior incentivo para fraudar as filiações. Não temos números exatos para comprovar, mas pelo que pudemos observar nas

66 Lei 4.740/1965, Art. 32; Lei 5.682/1971, Art. 35; Lei 6.676/1979, Art. 35.

67 Vide Figura 2 do Capítulo 4, seção 2, para um esquema mais completo da evolução institucional do sistema político partidário brasileiro no que tange à filiação partidária.

68 Através de uma avaliação rápida dos registros do TSE, verificamos que nada menos do que 56 partidos chegaram a ser efetivamente criados durante os anos de 1980 e 1995, 15 destes existindo até hoje.

evidências anedóticas mostradas na mídia acerca de fraudes, estas costumam ser apontadas como tendo sido realizadas exatamente nesse período de 1980 a 1995. Seja como for, estudos mais profundos devem ser realizados para melhor se avaliar tal problema⁶⁹.

A hipótese central que norteia os estudos de filiação partidária no Brasil é que o ingresso partidário seguiria a lógica do ciclo eleitoral (Speck, 2013, 2014). Tal hipótese é derivada da constatação empírica da regularidade do recrutamento, em que em anos não-eleitorais novos membros são recrutados muito mais do que em anos eleitorais. O autor teria verificado que o número de ingressos partidários cresce em anos não-eleitorais, sobretudo antes das eleições locais. O principal objetivo desse capítulo, portanto, é avaliar essa hipótese de Speck, buscando trabalhar com mais dados descritivos da evolução do recrutamento partidário.

3. Operacionalização dos dados

A base de dados primária que utilizamos são os dados individuais de filiação partidária disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Embora o TSE se responsabilize por administrar e coletar os dados de filiação dos partidos políticos, pouco os Tribunais fazem para tratar tais dados coletados, estando, assim, em um estado muito bruto. Os dados de filiação sequer estão, por exemplo, condensados em um único banco de dados, mas estão separados através dos atuais 35 partidos e 27 unidades federativas, o que totaliza 945 bancos distintos⁷⁰. A primeira tarefa que tivemos de fazer para analisar a filiação, pois, foi de transformar esses dados em um banco de dados consolidado propriamente dito. Como se trata de um banco de dados que registra dezenas de milhões de filiações acumuladas através de décadas, além de atravessar dezenas de partidos, é de se esperar

⁶⁹ O grande empecilho para tal estudo, como mostraremos no fim de nossa seção 3, é que o TSE não disponibiliza informações da filiação partidária de partidos que foram extinguidos, fundidos ou absorvidos por outros. Perdemos, assim, informações acerca da maior parte dos partidos que chegaram a existir durante esse período-chave.

⁷⁰ Até o presente momento, todavia, ao se baixar todos os arquivos relativos à filiação partidária constatará o pesquisador que o TSE registra somente 944 bancos distintos. Ocorre que o Partido da Causa Operária (PCO) até 2017 não possuía diretórios no estado de Tocantins.

que erros de registro tenham sido eventualmente gerados; o que não inviabiliza, todavia, a análise de tais dados como um todo. Tivemos de corrigir eventuais erros de digitação, mas no geral tais erros surpreendentemente foram relativamente incomuns. Certamente há, todavia, um limite do que podemos realizar por conta própria.

Podemos dividir as variáveis do banco consolidado em cinco grandes temas: 1) a identificação do filiado (“Nome do Filiado”, “Número da Inscrição”); 2) o partido ao qual está filiado (“Nome do Partido”, “Sigla do Partido”); 3) sua localização geográfica (“Unidade Federativa”, “Nome do Município”, “Código do Município”, “Seção Eleitoral”, “Zona Eleitoral”); 4) o *status* da Filiação (“Tipo do Registro”⁷¹, “Situação do Registro”, “Motivo do Cancelamento”); e 5) datas do ciclo da filiação (“Data da Entrada”, “Data da Regularização”⁷², “Data da Desfiliação”, “Data do Cancelamento”⁷³). Para o caso da entrada no partido, A única grande mudança que tivemos de fazer foi uma seleção mais criteriosa a respeito das datas de entrada e saída dos filiados em seus respectivos partidos. Como vimos, o registro *per se* de filiados se dá oficialmente desde 1965; os partidos políticos registrados pelo TSE, todavia, se limitam aos partidos contemporaneamente existentes. Assim sendo, optamos por contar as datas de ingresso a partir da data de fundação de cada partido.

Um potencial problema que encontramos em tais dados é que não há um registro completo a partir da evolução do sistema partidário brasileiro. Caso um partido seja incorporado ou fundido a outro, todos os registros de filiação antigos serão transportados para o último partido. No caso da incorporação de um partido em outro, por exemplo, não há como discriminar de que partido originalmente era um membro que entrou em um período anterior à dita incorporação, se do partido

71 O “Tipo de Registro” separa as filiações em ‘oficiais’ e ‘sub judice’. Para a presente pesquisa, todavia, serão consideradas tão somente as filiações oficiais.

72 Como não trabalharemos com as filiações sub judice também não trabalharemos com a data de sua eventual regularização.

73 Em nome da simplicidade, unimos a “Data da Desfiliação” e a “Data do Cancelamento” em uma única variável, “Data da Saída”. Nos raros casos de informações conflitantes entre tais datas (o que, teoricamente, não deveria ocorrer), optamos por utilizar a data mais antiga das duas.

incorporador ou do partido incorporado. Similarmente, caso um partido deixe de existir sem se incorporar a nenhum outro resultará em tais registros serem simplesmente eliminados. Isso potencialmente pode acarretar em um certo viés, a depender do desenho de pesquisa. Como as pesquisas que aqui fazemos são mais relacionadas às macro-dinâmicas do ciclo de filiação partidária não acreditamos que tal problema seja tão significativo para o nosso caso. Tal problema ainda assim merece ser devidamente colocado em questão.

4. *Análise descritiva do recrutamento partidário*

Devido ao fato de que a exploração dos dados acerca da filiação partidária ainda é em grande medida inédita para o caso brasileiro, achamos razoável atermos em maior detalhe a dados gerais, mais descritivos, acerca de nosso objeto. Esperamos, dessa forma, que a presente pesquisa sirva de guia para estudos posteriores.

O primeiro fato a se notar ao trabalhar com os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral é que os registros de filiação partidária fornecidos são de cidadãos que chegaram a fazer parte de algum partido político no período recortado (1980-2017). Isto é, inclui-se não só os indivíduos que atualmente fazem parte de um partido, mas também há o registro de pessoas que chegaram a fazer parte de um partido e que eventualmente deixaram o mesmo⁷⁴. O fato elementar que isso implica é que o número de entradas em nosso banco de dados é superior ao de filiados. Na *Tabela 1* (abaixo) vemos como as entradas de nosso banco se dividem quanto a este quesito, olhando a partir da variável ‘Situação do Registro’. Como podemos ver, a grande maioria dos registros do TSE constam pessoas ainda filiadas a seus respectivos partidos, chegando a 76.61% dos registros. Os ex-filiados compõem, outrossim, significativa parcela de nosso banco: 23.36% quando somados os

⁷⁴ Embora afirmamos que quanto a *entrada* de membros não há grandes motivos para distorções e vieses nos dados, seguindo a linha de raciocínio proposta por Speck (2014), vemos que quanto o registro da *saída* de membros há um claro recorte temporal feito a partir da Resolução 21.574 de 27 de Novembro de 2003 do TSE. Entraremos em mais detalhes no Capítulo 4, onde trataremos propriamente do desligamento partidário, mas podemos adiantar que o registro dos desligamentos tem um crescimento explosivo após a criação de tal Resolução.

registros ‘Cancelado’ e ‘Desfiliado’⁷⁵. Por fim, ‘Sub judice’ (0.04%) se refere a filiações partidárias que estão sob alguma disputa jurídica, usualmente problemas envolvendo a dupla filiação, cujas filiações, portanto, ainda devem ser validadas.

Tabela 1. Situação do Registro das Filiações Partidárias 1980-2017

<i>Situação do Registro</i>	<i>Frequência Absoluta</i>	<i>Frequência Relativa</i>
<i>Regular</i>	16.723.142	76,61%
<i>Cancelado</i>	4.636.180	21,24%
<i>Desfiliado</i>	461.569	2,12%
<i>Sub judice</i>	8.632	0,04%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Como a data de entrada dos membros é detalhada em nível diário, é possível explorar tal variável de várias maneiras interessantes. A forma mais elementar de olharmos para nossos dados seria ver a evolução do número de filiados por ano, evolução esta vista em nossa Figura 1. Ao observar os mesmos dados, Speck (2014) afirma que a lógica do ciclo da filiação brasileira seguiria a lógica do ciclo eleitoral. Segundo o autor, partidos recrutariam seus membros mais em anos *não-eleitorais* do que *eleitorais*, bem como que o ciclo das eleições *locais* motivaria o recrutamento mais do que o ciclo das eleições *nacionais*. Isto é, podemos dizer que há duas lógicas distintas de recrutamento (eleição *versus* não eleição) divididos ainda em duas modalidades (local *versus* nacional).

Reconstruindo o argumento de Speck, podemos dizer, portanto, que há quatro modalidades de recrutamento partidário no Brasil, a depender da etapa que se está no ciclo eleitoral: i) anos pré-eleições locais; ii) anos de eleições locais; iii) anos pré-eleição nacional; e iv) anos de eleição

⁷⁵ Explicaremos a distinção desses termos no Capítulo 4, quando tratarmos propriamente do desligamento partidário.

nacional. Essas etapas do ciclo da filiação estão ordenadas na expectativa que temos, caso a hipótese do ciclo eleitoral esteja correta, do volume de filiação obtido em dada época. Ou seja, espera-se que em anos pré-eleições locais haja o maior número de filiações, enquanto que os menores índices serão encontrados nos anos de eleição nacional. As *Figuras 2 a 5* representam cada uma dessas distintas lógicas de recrutamento.

Figura 2: Número de Novos Filiados em Anos Pré-Eleições Locais

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 3: Número de Novos Filiados em Anos de Eleições Locais

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 4: Número de Novos Filiados em Anos Pré-Eleição Nacional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 5: Número de Novos Filiados em Anos de Eleição Nacional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Ao separarmos cada lógica de recrutamento em um distinto gráfico, podemos ver ainda que, no geral, as taxas de filiação têm na verdade diminuído nos últimos anos. A única exceção aqui seria o salto de ingressos em ano de eleição local em 2016, mas tal fato pode ser explicado por uma questão exógena: foi este o ano em que foi criada a Emenda Constitucional 91 de Fevereiro de 2016, alavancada pelo então deputado carioca Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Tal Emenda criava uma janela de 30 dias para que se realizassem migrações partidárias sem o perigo da perda de mandato. Note ainda que para, os anos pré-eleição nacional, o ano de 1988 foi o ano cujos ingressos foram as maiores. Esse também é um ano excepcional, pois foi concomitantemente um ano de eleições locais.

Figura 6: Número de Novos Filiados por Mês em Anos Eleitorais e Não Eleitorais

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Poder-se-ia questionar o sistema de classificação dos anos eleitorais proposto e afirmar, por exemplo, que de Pré-Eleição Local seriam na verdade melhor entendidos como anos de Pós-Eleição Nacional. Este seria o cerne da hipótese de Speck (2014) de que o ciclo de filiação partidária segue o ciclo eleitoral. Para responder essa indagação, é necessário investigar a evolução mensal dos ingressos partidários. Novamente, compararemos aqui também anos eleitorais com anos não-eleitorais. Como podemos ver pela *Figura 7* (acima), a maior diferença entre anos eleitorais e não-eleitorais seria a intensa taxa de filiação durante os meses de Setembro e Outubro. O salto de fé que somos obrigados a dar aqui é supor que essas filiações ocorrem *por causa* da legislação eleitoral⁷⁶.

Outro fato que podemos observar é que o número total de recrutamentos por mês em anos não-eleitorais é sempre superior aos feitos em anos não-eleitorais. Isto é, mesmo quando desconsideramos as filiações feitas “de última hora” para atender os requisitos eleitorais, os anos

⁷⁶ Outro indício de que essa relação seja verdadeira será melhor demonstrado no Capítulo 3. Como veremos, há uma alta correlação entre se tornar candidato e i) ter sido recrutado em ano eleitoral, ii) ter sido recrutado em Setembro.

não-eleitorais, no geral, são o momento preferido dos partidos em recrutar novos membros. Por fim, notamos que há um aumento, tanto em anos eleitorais quanto em anos não-eleitorais, de ingressos partidários nos meses de Março e Abril. No esquema de classificação original de Speck (2014), seria dito que esse crescimento poderia se dar, em anos eleitorais, devido ao momento de seleção das candidaturas. Todavia, vemos que este não parece ser o caso, dado que tal crescimento também é presente nos anos não-eleitorais.

Podemos precisar ainda mais nossa análise e verificar a variação no recrutamento partidário por dia de cada mês. Os resultados obtidos podem ser vistos na *Figura 7* (abaixo). Novamente, separamos os dados em anos eleitorais e não-eleitorais. A primeira coisa que nos salta os olhos é a evolução de ingressos partidários nos meses de Setembro e Outubro. Mais uma vez corroborando a tese da relação com o ciclo eleitoral, vemos que a quantidade de ingressos cresce exponencialmente ao longo de Setembro, tendo ainda uma expressiva quantidade de ingressos na primeira semana de Outubro. Como as eleições ocorrem no primeiro Domingo de cada vez, podemos supor que seriam estes os membros que esperam até o limite da data fixada em lei para ingressar em seus partidos. Outro fato a se observar seria que, para os outros meses, variação diária de ingressos não é tão distinta em anos eleitorais e não-eleitorais. Outrossim, durante os meses de Fevereiro, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro, o volume total de ingressos em anos não-eleitorais é superior do que o de anos eleitorais para cada dia do mês. Não foi possível verificar, para anos eleitorais, um fenômeno de “*jumping the bandwagon*” após as eleições. Poderia se esperar que com o fim das eleições cidadãos quisessem ingressar em um partido político como forma de manifestação de apoio ao partido ao qual votou, mas este não parece ser o caso. Ainda quanto aos anos eleitorais, vemos um súbito crescimento de ingressos durante os meses de Março e Abril. Como já explicamos ao analisarmos os dados anuais, tal fato se dá por um *outlier* do ano de 2016, quando a EC 91/16 foi aprovada, estabelecendo a chamada “janela partidária”. Por fim, vemos que em anos não-eleitorais há um pico de ingressos partidários em Dezembro. Como veremos no Capítulo 4, ocorre um pico

similar com os desligamentos partidários. Ou seja, parece haver um indício de que há um conjunto de pessoas migrando de partido justamente no fim do ano de anos não-eleitorais.

Figura 7: Número de Novos Filiados por Dia e Mês em Anos Eleitorais e Não Eleitorais

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Podemos analisar ainda o dia da semana em que os membros se juntaram ao partido. Como se pode ver pela *Figura 8*, partidos costumam recrutar seus membros sobremaneiramente durante às quintas e sextas-feiras, com baixos níveis de recrutamento durante o fim de semana, e uma distribuição equilibrado no restante dos dias. Por mais curiosa que possa parecer tal relação, desconhecemos algum tipo de instituição, seja formal ou informal, que possa explicar tal fenômeno, todavia.

Figura 8: Número de Filiados por dia da Semana

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Outra forma ainda que podemos ver como o ingresso de filiados varia ao longo do tempo seria analisar não a quantidade de novos filiados, mas o número total de filiados em dado período⁷⁷. Dado que temos as datas de entrada e saída dos filiados, podemos estimar o número total de filiados em dado período. Os resultados dessa análise podem ser vistos na *Figura 8*. Em tal figura, mostramos o número total de filiados por ano. Desenhemos ainda duas retas, “ID Único” e “ID Repetido”. Com “ID Único” queremos dizer removemos do total de membros de dado as n filiações que um indivíduo de mesmo ID⁷⁸ para além de sua primeira filiação. Com isso queremos capturar o número total de filiados, excluindo-se as migrações partidárias. Logo, com “ID Repetido” queremos dizer que não tiramos nenhuma observação ao somar o total de filiações.

Figura 8: Número de Filiados por dia da Semana

⁷⁷ Agradecemos a Sérgio Simoni Jr pelo *insight* para fazer tal análise.

⁷⁸ Ou seja, de mesmo Título Eleitoral.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Como podemos ver pela Figura 8, com exceção de 2017, que teve uma ligeira queda do número total de filiados, o número de filiados no Brasil esteve em constante expansão desde 1988. Observa-se ainda que durante os anos não eleitorais, e sobretudo os que precedem eleições locais, a inclinação da reta aumenta, indicando um maior volume de filiações em dados anos. Por fim, nota-se que até o ano de 2003 as linhas do ID Repetido e ID Único na realidade se sobrepõem. Como veremos no Capítulo 4, isto resulta de um problema sério do banco de dados do TSE, que não registra nenhum desligamento partidário antes de 2003. Adiantando o argumento que faremos lá, partidos somente passam a registrar a saída de seus membros quando o TSE criou seu primeiro sistema eletrônico de registro das filiações, o Filex.

Tabela 2. Evolução do Número de Filiados em comparação com o Eleitorado

<i>Ano</i>	<i>Eleitorado</i>	<i>Filiações Únicas</i>	<i>Tx. Filiados/ Eleitorado</i>	<i>Tx. Crescimento Eleitorado</i>	<i>Tx. Crescimento Filiados</i>	<i>Tipo Ano</i>
2002	115.344.489	9.293.752	8,06%	-	-	Eleição Nacional
2003	116.725.157	11.480.893	9,84%	1,20%	23,53%	Pré-Eleição Local
2004	121.375.456	11.803.235	9,72%	3,98%	2,81%	Eleição Local
2005	122.744.666	12.080.796	9,84%	1,13%	2,35%	Pré-Eleição Nacional
2006	125.764.981	12.246.267	9,74%	2,46%	1,37%	Eleição Nacional
2007	127.464.143	13.778.187	10,81%	1,35%	12,51%	Pré-Eleição Local
2008	130.456.808	14.116.483	10,82%	2,35%	2,46%	Eleição Local
2009	132.054.280	14.300.365	10,83%	1,22%	1,30%	Pré-Eleição Nacional
2010	135.539.919	14.294.712	10,55%	2,64%	-0,04%	Eleição Nacional
2011	136.535.043	15.557.490	11,39%	0,73%	8,83%	Pré-Eleição Local
2012	140.461.838	15.475.675	11,02%	2,88%	-0,53%	Eleição Local
2013	141.699.132	15.565.505	10,98%	0,88%	0,58%	Pré-Eleição Nacional
2014	142.825.280	15.561.841	10,90%	0,79%	-0,02%	Eleição Nacional
2015	144.191.247	16.364.120	11,35%	0,96%	5,16%	Pré-Eleição Local
2016	146.275.020	16.807.850	11,49%	1,45%	2,71%	Eleição Local
2017	146.470.266	16.774.130	11,45%	0,13%	-0,20%	Pré-Eleição Nacional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Por fim, a *Tabela 2* (acima) resume alguns dos dados descritivos que viemos discutindo, além de trazer informações novas a respeito do eleitorado. É razoável de se imaginar que conforme o eleitorado cresce, o universo de potenciais novos membros dos partidos também cresceria e, assim, poder-se-ia imaginar que o número de filiados também aumentasse. Quando comparamos as taxas de crescimento do eleitorado e dos filiados, todavia, não parece haver correlação clara. A evolução da taxa de filiados está muito mais relacionada com os movimentos do ciclo eleitoral, conforme visto ao longo de nossa exposição, do que com a evolução do eleitorado. Enquanto que o eleitorado cresce lenta mas progressivamente, a taxa de crescimento da filiação partidária depende, em última instância, do momento em que se está em relação ao ciclo eleitoral. Olhando agora para a taxa do número de filiados dividido pelo número do eleitorado, observamos que embora a tendência geral seja de crescimento, há alguns momentos de estagnação ou de ligeira queda da mesma. Observa-se ainda que tais anos seriam anos eleitorais que, conforme vimos, têm a tendência de ter um menor número de ingressos.

5. Modelando o recrutamento partidário

Nessa seção faremos uma primeira incursão para criar um modelo que explique a entrada nos partidos políticos no contexto brasileiro. A desvantagem que a entrada nos partidos tem perante as variáveis que trabalharemos nos capítulos seguintes (a candidatura e a saída do partido) é que não possuímos o contrafactual em nosso banco de dados, isto é, não possuímos informações de indivíduos que decidiram por não entrar no partido, seja por terem desistido do ingresso, seja por terem sido rejeitados, seja por sequer terem tentado entrar em um partido. Devemos, portanto, ajustar nosso modelo conforme a natureza de nossa variável. Nossa variável dependente, assim, é a quantidade de filiações ocorridas no período de um mês. Como vimos em na seção anterior, os meses que mais recrutam membros varia a depender de se o ano é eleitoral ou não. Caso agregássemos os dados anualmente, portanto, perderíamos informações importantes para nossa teoria. Similarmente

uma variação diária acabaria por dispersar demasiadamente nossos dados, dificultando a captura dos efeitos que desejamos. Similarmente, o período aqui analisado vai de 1994⁷⁹ a 2017. O motivo para tal se deve ao fato de que foi a partir de 1994 que as eleições se estabilizaram no sentido de que passou a haver uma intercalação de anos eleitorais e não eleitorais, além da separação das eleições em locais e gerais. Por fim, observe-se que estudamos ingressos partidários em um sentido mais geral aqui, ou seja, independentemente de se esta foi feita pelo mesmo indivíduo ou não. Ou seja, como mostrado através da discussão da *Figura 8*, estamos contabilizando aqui as migrações partidárias. Na *Figura 9* (abaixo) vemos o número de filiações concretizadas por ano. Os picos súbitos no número de ingressos partidários, como demonstramos através das análises descritivas que viemos trabalhando ao longo do capítulo, são dos meses de Setembro de anos não eleitorais. Os últimos dois picos são de 2016, quando foi aprovada a janela partidária proposta pelo deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Figura 9: Número de filiações partidárias por mês (1994-2017)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

⁷⁹ Agradecemos aos professores Guy Whitten, Lorena Barberia e Andrew Phillips por fazerem apontamentos gerais para nosso modelo.

Em seguida, temos de verificar a ordem de integração de nossas variáveis, isto é, observar se nossas variáveis são ou não estacionárias. A estacionariedade dos dados é uma das premissas que se faz ao se realizar modelos de séries temporais. Em termos gerais, a estacionariedade é a condição de que a probabilidade de um evento ocorrer permaneça relativamente constante em cada período t de tempo. A *Tabela 3*, abaixo, discrimina as distintas variáveis que testamos por sua ordem de integração. Uma integração de ordem zero, $I(0)$, indica que a variável é estacionária, $I(1)$, que é estacionária após se fazer a primeira diferença⁸⁰ nos valores da variável, e assim por diante. Para lidar com a estacionariedade de nossa variável, optamos por subtrair a tendência (*trend*) da mesma⁸¹. A principal vantagem de se trabalhar com variáveis *detrended* é que estas mantêm sua distribuição original, ao contrário, por exemplo, de quando se tira a primeira diferença. Assim sendo, apesar de efetivamente estarmos mudando a variável estudada, alterando-se a interpretação que fazemos da mesma, ao menos é possível de se observar o mesmo padrão visto na variável original.

*Tabela 3: Ordem de Integração das Variáveis Temporais*⁸²

Variável	Augmented Dickey-Fuller	Phillips-Perron	KPSS
Quantidade de Ingressantes	I (0)	I (0)	I (0) com <i>trend</i>
Quantidade de Ingressantes (Detrended)	I (0)	I (0)	I (0)
Dummies Mensais	I (0)	I (0)	I (0)
Dummies Eleição	I (0)	I (0)	I (0)
Eleitorado	I (1)	I (1)	I (1)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

⁸⁰ Isto é, calcular-se um Δ de $Y(t) - Y(t-1)$, onde t é a unidade temporal.

⁸¹ O cálculo exato se dá subtraindo a média de uma variável em cada uma de suas observações. A função que utilizamos pode ser vista em: <https://rdrr.io/rforge/pracma/src/R/detrend.R>. Último acesso: 20/11/2018.

⁸² Os valores exatos dos testes de estacionariedade podem ser encontrados no Apêndice.

Abaixo apresentamos 3 modelos estatísticos distintos para o ingresso partidário. A variável dependente para todos os casos é a mesma, a quantidade de novos ingressantes por mês, *detrended*. Nossa unidade de análise é a quantidade de novas filiações, no Brasil todo, por todos os partidos, por mês. O primeiro modelo avalia o ingresso partidário de 1994 a 2017. Já para o Modelo 2 passamos a analisar os dados a partir de 1996, época essa que teoricamente não teria motivos para haver a suposta fraude de inscrição de novos membros. Por fim, o Modelo 3 avalia os ingressos a partir de 2003, incluindo também o Eleitorado como variável independente. Seria esse também o período em que os dados de filiação partidária passaram a ser mais precisos, com os registros de filiação passando a ser conduzidos e administrados eletronicamente.

O primeiro ponto a se notar é que, no geral, os coeficientes de nossos modelos não se alteram muito em cada modelo, mostrando sua robustez. O R-Quadrado ajustado para o modelo de 1994-2017 foi de 39.27%, para o de 1996-2017 de 43.38%, e o modelo de 2003 a 2017 teve um R-Quadrado de 46.9%. Os resíduos para cada um dos três modelos parecem ser *white-noised* (isto é, sem autocorrelação serial), muito embora haja um pico a se preocupar no *lag* 48 para cada um dos modelos. Os gráficos de *Acf* e *Pacf* podem ser encontrados no Apêndice.

Avaliando agora os resultados dos nossos modelos, note-se que o intercepto para cada um dos modelos é negativo. Como os valores para Setembro de anos pré-eleição local são muito superiores aos demais, eles acabam elevando a média da análise, puxando a maioria dos dados para um valor mais baixo. Os *lags* temporais, mesmo quando estatisticamente significativos, possuem efeito marginal mínimo. A primeira diferença do Eleitorado, utilizada apenas no modelo de 2003, não se mostrou estatisticamente significativa; seu efeito marginal, similarmente, é mínimo. As variáveis que melhor explicam a variação do modelo seriam as *dummies* para o mês de Setembro e Outubro, além da *dummy* para anos antes das eleições locais. Devemos recordar que para nossas duas séries de variáveis sazonais (i.e., os meses e o tipo de ano eleitoral) devem ser interpretadas vis-à-vis

a base contida no intercepto (Janeiro, para as variáveis mensais, e anos de Eleição Nacional, para as variáveis quadrienais). Assim sendo, em relação a Janeiro, as *dummies* mensais não mostraram significância estatística no geral, com exceção de Setembro e Outubro. Vemos ainda que para o modelo de 1996-2017, a variável Outubro cruza o eixo zero, isto é, não temos como ter certeza do sentido de seu efeito em Y. Similarmente, para as variáveis do tipo do ano eleitoral, somente a *dummy* de anos eleição local mostrou significância estatística. Os resultados dos modelos correspondem ao que viemos avaliando através de nossos dados descritivos, em que vimos que o momento em que o recrutamento partidário se intensifica é justamente durante Setembro e o começo de Outubro de anos pré-eleição local.

Figura 10: Modelos Time Series Recrutamento Partidário

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Observemos agora como nossos modelos se comportam para prever a evolução do recrutamento partidário como um todo. Como podemos ver, no geral, o Modelo 3 parece se comportar melhor para prever o resultado da quantidade de ingressos, seguido do Modelo 2 e enfim

o Modelo 1. Esse resultado era esperado dado o R-Quadrado de cada um de nossos modelos. O aumento do poder preditivo dos modelos se dá pelo fato de que a variação dos dados passou a ser mais similar ao longo dos anos. Um caso curioso a se observar é que cada um de nossos modelos parece subestimar o número de ingressantes em Setembro de anos pré-eleitorais, além de sobrestimar outros meses de maneira geral. Note ainda que em cada modelo os 12 primeiros meses não são previstos, dada a inclusão do *lag* temporal de 12 períodos. As linhas em cor (respectivamente, vermelho, azul e verde) representam os resultados previstos pelo nosso modelo, enquanto as linhas negras representam a quantidade de filiação dada de fato a cada mês.

Figura 11: Previsão Modelo 1 - 1994 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 12: Previsão Modelo 2 - 1996 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura X: Previsão Modelo 3 - 2003 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

6. Notas Finais

No presente capítulo apresentamos o primeiro dos três ensaios empíricos do ciclo da filiação partidária, conforme havíamos discutido em nossa seção teórica. O objetivo deste e dos demais capítulos não se trata de exaurir a questão da filiação partidária, mas sim mostrar aplicações práticas deste campo de pesquisa. O recrutamento partidário, como vimos, pode ser entendido como o processo que passa do momento em que o recrutado e do recrutador aceitam com que a filiação seja concretizada até os procedimentos administrativos-burocráticos necessários para efetivamente realizá-la. Separamos, pois, explicitamente o ingresso partidário da ação partidária, objeto este do capítulo seguinte. Decidir se unir a uma associação política e, uma vez na mesma, decidir participar de alguma de suas atividades são, dessa forma, escolhas independentes entre si. Isso não implica em dizer, todavia, que não possa haver algum tipo de relação entre cada etapa do ciclo.

Também como havíamos discutido em no Capítulo 1, o estudo que fizemos aqui foca especificamente no caso brasileiro. O motivo por detrás não se deve a mera curiosidade nacionalista, mas de condições específicas que tornam tal caso distinto: i) relativamente alta taxa de filiados por eleitores; ii) dados públicos acerca da filiação, com registros desde 1965; iii) pertencer a um contexto diferente do europeu, usualmente dominante em tais análises; e iv) a ausência de estudos sistemáticos acerca do tema. Diferentes caminhos podem ser tomados para investigar o caso brasileiro, mas por hora decidimos por focar em análises mais básicas, apresentando os dados ao público geral.

A hipótese que tratamos de verificar foi a de Speck (2013, 2014), que afirma que o recrutamento partidário no Brasil é movimentado pelo ciclo eleitoral. Ao olhar para nossos dados descritivos, essa hipótese parece se confirmar. Seja qual for a ordem dos fatores, se os cidadãos buscam os partidos para serem recrutados, ou se partidos que buscam cidadãos para recrutarem, o fato é que o ingresso partidário no Brasil se concentra em Setembro e início de Outubro. Esse

período marcaria a data limite que a legislação eleitoral estipula para que candidatos possam concorrer a cargos eletivos, quando estes passariam a ter 12 (ou 6, posteriormente) meses de filiação. No Capítulo 3 exploraremos mais essa questão ao olhar para o tempo de filiação dos membros.

Fizemos no presente capítulo três modelos de *times series* distintos para testar a variação mensal do ingresso partidário. A diferença de cada modelo seria o tempo analisado, recortando-se de 1994 a 2017 para nosso primeiro modelo, de 1996 a 2017 para o segundo e de 2003 a 2017 para o último. Os resultados obtidos em cada modelo não diferem drasticamente entre si. Confirmando o que observamos com a análise dos dados descritivos, os meses de Setembro e Outubro, além de anos pré-eleição local são as variáveis que melhor explicam a variância na taxa de ingressos nos partidos brasileiros.

Uma última observação que deve ser feita é que não inserimos em nosso modelo os partidos políticos de forma geral. Tal prática foi, certamente, intencional. Como o motor principal de nossa análise era a checar a relação entre o recrutamento partidário e o ciclo eleitoral, as variações internas de cada partido para tal fato não são essenciais para testar nossa teoria. É possível de se imaginar, por exemplo, que um ou outro partido específico não siga a lógica eleitoral para recrutar novos membros. Ou ainda, que membros que buscam ingressar em determinado partido sejam intrinsecamente diferentes dos demais, e igualmente fujam dessa lógica eleitoral. Nosso ponto aqui, portanto, não é que a dimensão partidária na questão do recrutamento seja irrelevante, mas sim que nosso foco era testar uma teoria mais geral. Outrossim, a avaliação dos partidos políticos demandaria dedicação exclusiva, e fazer este nosso trabalho inicial facilitará estudos futuros.

Capítulo 3 - A Candidatura enquanto Ação Partidária

1. A ação partidária enquanto objeto de pesquisa

Definimos o ciclo da filiação partidária como sendo composto pelo recrutamento partidário, ação partidária e desligamento partidário. O recrutamento, como vimos em nosso Capítulo 2, resume-se ao momento de aceite de um novo membro no corpo de um partido político; o desligamento partidário, como veremos no Capítulo 4, é o momento em que este mesmo indivíduo se desliga do partido, seja por vontade própria, seja por ter sido expulso. A ação partidária, assim, pode ser vagamente entendida como ‘tudo que está entre’ o ingresso e o desligamento partidários. Como vimos em nosso Capítulo 1, ao analisar a literatura acerca da ação partidária, podemos defini-la como o trabalho feito pelo membro mediado por seu partido político, seja feito de ou através deste, e independentemente da posição estrutural que o indivíduo nele assume.

Por questões analíticas, podemos simplificar a relação entre os membros partidários como uma interação entre dois tipos de agentes: membros-base, de um lado, e dirigentes partidários, de outro. Todavia, indivíduos simplesmente não entram em partidos políticos; tal entrada, como apontamos no capítulo anterior, envolve um custo, seja para o novo membro, seja para aquele que o está recrutando. Para compensar tal custo, assim sendo, cada parte espera algum tipo de contrapartida da outra. Como o ingresso partidário é apenas um ato de aceite, é durante a ação partidária, portanto, que tal contrapartida poderá ser realizada.

Quanto aos membros-base dos partidos, espera-se deles apoio financeiro e “trabalho barato” (Scarrow, 1994; Heidar, 2006), trabalho este que pode ser utilizado em uma multiplicidade de tarefas, desde o recrutamento de novos membros, ao auxílio em campanhas políticas, a execução de tarefas administrativas em um sentido mais geral, etc. Já quanto aos dirigentes partidários, espera-se

deles o uso de incentivos seletivos, dado que os bens coletivos muitas vezes não são o suficiente para estimular a ação partidária (Olson, 2009: 61; Panebianco, 2005: 48-49). A natureza de tais incentivos seletivos, por sua vez, obviamente dependerá dos tipos de incentivos (Clark & Wilson, 1961) que originalmente motivaram os membros-alvo a entrar em seus respectivos partidos políticos em primeiro lugar. Um estudo empírico mais recente que aponta no sentido do *insight* de Olson seria o de Granik (2005), que a partir de seus *surveys* observou que membros cujos incentivos de entrada são de solidariedade tendem a responder melhor a incentivos de participação, enquanto aqueles que apenas desejavam manter uma conexão com o partido a partir de sua filiação tendem a ser mais inativos.

Deve ser reconhecido ainda que, para o caso da ação partidária, assim como para toda e qualquer escolha feita por agentes racionais, segundo a teoria neo-institucionalista (Bachrach & Baratz, 1963), o que poderia ser chamado de uma “não ação” deve, em si, ser considerado uma ação partidária. Isto é, dado os custos e benefícios relativos de dada ação partidária em dado período de tempo, é perfeitamente racional a ação de optar por não realizar tal ação caso os benefícios dessa não compensam seus custos; tal opção por não agir desta forma particular sendo classificada, em si, como uma ação político-partidária. Um exemplo clássico da não-ação em um ambiente organizativo seria de membros de uma organização qualquer (mas pensando especialmente nos partidos políticos para o nosso caso específico) *free-riding*, coletando assim os bens coletivos que o partido lhes propicia. A questão dos estudos de ação partidária é, portanto, parafraseando Sabatier (1992), entender porque indivíduos entram nos partidos e, uma vez dentro, tornam-se ativos.

Um tipo específico de ação partidária, objeto principal do presente capítulo, seria a candidatura a cargos eletivos. Estudar a candidatura dentre as incontáveis ações partidárias possui suas vantagens. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que as eleições são aspecto fundamental para os partidos políticos, sendo este aspecto o grande diferenciador dos partidos políticos de outras

organizações sociais⁸³ (Hazan & Rahat, 2010: 6). Em segundo lugar, estudar os candidatos permite-nos dialogar com ainda outro tipo de literatura, o estudo das formas de seleção de candidatos nos partidos políticos. Chamado outrora de “o jardim secreto da política” (Gallagher & Marsh, 1988), nosso enfoque na candidatura enquanto mecanismo pelo qual o filiado atua, fornece-nos uma chave única de interpretação de tal “jardim”. Contrariamente a outros estudos, que podem tão somente observar tal fenômeno de forma indireta, tais como a análise de estatutos partidários (Norris, 2004; Hazan & Rahat, 2010; Ribeiro, 2013; von dem Berg et al, 2013; dentre outros) ou *surveys* motivacionais (Fox & Lawless, 2005; Lawless, 2012; dentre outros). Tais linhas de pesquisa, todavia, comumente são vítimas de críticas devido a alguns problemas intrínsecos ao seu desenho de pesquisa. Quanto à análise de estatutos partidários, pode-se contra argumentar que esta não capta a “verdadeira” relação dos partidos políticos para com seus membros, isto é, que há instituições informais não descritas nos estatutos partidários influenciando a forma pela qual os candidatos são escolhidos. Já quanto aos *surveys*, há o problema de que estes são conduzidos *ex post facto*, observando-se a escolha do filiado de se candidatar somente após esta ter ocorrido.

Estudar o caso brasileiro, portanto, fornece-nos a vantagem de podermos cruzar as informações da relação de filiados do país com o banco de candidaturas políticas, ambos os bancos disponibilizados publicamente pelo TSE. Dessa forma, podemos observar características individuais dos filiados, e buscar padrões que explicariam o porquê de alguns acabarem concorrendo para cargos eletivos enquanto outros não.

2. Características institucionais do Brasil relativas à candidatura

83 Temos de tomar cuidado, todavia, de não cairmos em um preconceito teleológico (Panebianco, 2005: 6-11). Não estamos afirmando, com isso, que ganhar (ou mesmo participar de) eleições seja o único motivo de existência dos partidos políticos. Pelo contrário, diz a experiência que muitas associações partidárias se desenvolveram pensando em fins outros além das eleições representativas como, por exemplo, os partidos revolucionários. É fato, todavia, que partidos políticos se diferenciam de outras associações, sobretudo de outras associações políticas, justamente pelo fato de terem a possibilidade de fazer com que seus membros concorram a cargos eletivos.

Como estamos estudando a candidatura, vejamos quais são, no Brasil, as condições para que uma pessoa possa ser eleita. Segundo a Constituição brasileira, são condições de elegibilidade: i) a nacionalidade brasileira (devendo ainda o candidato ser brasileiro nato em caso de presidentes e vice-presidentes); ii) o pleno exercício dos direitos políticos; iii) o alistamento eleitoral estar em dia; iv) o domicílio eleitoral na circunscrição; v) estar filiado a um partido político; vi) idade mínima para concorrer a cada cargo, de acordo com a lei⁸⁴; Deve ainda o candidato tanto ter tido como domicílio eleitoral na circunscrição a ser competida quanto ter se filiado a seu partido no mínimo 6 meses antes do pleito⁸⁵.

O fato de que é condição de elegibilidade o pertencimento do candidato a um partido político faz com que o Brasil seja um caso particularmente interessante de ser analisado. Dado que não há candidaturas independentes no Brasil, isso faz com que a relação de candidatos nada mais seja do que um subconjunto da relação de filiados no país. Estudar a candidatura sob a perspectiva da filiação partidária, portanto, implica em analisar as características dos indivíduos e do ambiente no qual operam que fazem com que alguns indivíduos sejam selecionados para competir em pleito, enquanto outros não. Não havendo a possibilidade de uma pessoa concorrer como independente, em tese, significaria aumentar o poder dos dirigentes partidários vis-à-vis os membros-base que almejam competir eleitoralmente.

Outro ponto das condições de elegibilidade que merece atenção é o tempo mínimo de filiação que o candidato tem que ter para ser apto a competir em pleito. Como observado em nosso Capítulo 2, corroborando estudos anteriores (Speck, 2013; 2014), ao analisar o ingresso partidário, vemos que o recrutamento de membros segue o ciclo eleitoral. Quando analisamos tão somente o ingresso, contudo, não éramos capazes de afirmar se esse pico de recrutamento indicava que esses membros seriam ativos no partido a ponto de se candidatarem; uma hipótese que Speck (2013), por

⁸⁴ Idade mínima de 35 anos para os cargos de presidente e vice-presidente; 30 anos para governador e vice; 21 anos para juízes de paz, deputados (nacional, estadual e distrital), prefeitos e vices; e 18 anos para vereadores.

⁸⁵ Modificação feita pelas Leis 13.165/2015 e 13.488/2017, sendo o tempo mínimo para ambos de 12 meses nas eleições de 1994 a 2014.

exemplo, lança é que esses novos membros podiam estar meramente acompanhando uma elite política específica que chegou a entrar em um novo partido. A análise da ação partidária aqui complementa bem o estudo do recrutamento partidário, ao comparar candidatos com os demais membros podemos verificar há quanto tempo esses pertencem ao partido. Caso os candidatos apenas cumpram com o mínimo estabelecido por lei, poderemos concluir que as observações acerca do ingresso partidário estejam corretas, e que o recrutamento partidário segue, sim, a lógica do ciclo eleitoral. Quiçá mais importante ainda será a análise do tempo médio de filiação dos candidatos por cargo concorrido.

Claro, para podermos fazer ambas essas análises, precisamos antes descobrir uma forma de combinar os bancos de dados de filiação partidária e de candidatura. Trataremos na seção seguinte do procedimento que fizemos para tal, bem como o sucesso de tal empreendimento. Uma última nota que devemos fazer é que estamos tratando no presente capítulo unicamente da *candidatura*, e esta ainda enquanto parte do mecanismo geral do ciclo da filiação partidária. Por mais relevante que sejam temas como a quantidade de votos que tais candidatos receberam, ou ainda, se conseguiram ou não se eleger, estes temas não serão tratados aqui. Isto não significa que ignoramos suas eventuais consequências, tal operacionalização se deu unicamente por uma questão de recorte de pesquisa.

3. Operacionalização dos dados

Como vimos, dada a dificuldade de se estudar a ação partidária em razão da multiplicidade de formas que pode assumir, decidimos por nos centrar em uma de suas dimensões, a disputa por cargos públicos. A principal vantagem do estudo de tal objeto, sob a perspectiva de operacionalização e busca dos dados, é o fato de as candidaturas políticas serem igualmente um objeto público, cujas bases de dados também são administradas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A questão central, portanto, é descobrir uma forma de se combinar a informação que temos em ambos os bancos. Algumas observações a respeito das instituições políticas brasileiras são

importantes de serem feitas para que se entenda como a combinação de tais bancos seja possível. De acordo com o código eleitoral brasileiro, é proibida a figura da candidatura livre, isto é, para se candidatar a um cargo eletivo é necessário que o candidato esteja filiado a um partido político. Ou seja, podemos dizer que a relação de candidatos é efetivamente um subconjunto da relação de filiados no Brasil. A principal questão passa a ser, assim, como podemos mesclar esses bancos, quais são as variáveis em comum que possibilitam essa comparação, bem como quais delas incluir o identificador que realizará nosso *merging*. O problema que temos de resolver aqui, pois, remete à velha discussão de falsos-positivos *versus* falsos negativos: adicionemos variáveis insuficientes em nosso identificador e corremos o risco de juntar informações de indivíduos distintos; adicionemos variáveis em demasia e corremos o risco de excluir casos que efetivamente são do mesmo indivíduo. Uma primeira tentativa foi comparar o Nome do Filiado com o Nome do Candidato⁸⁶, todavia, acabamos por perceber que em vários casos o registro dos filiados não é feito acuradamente, escapando ao funcionário do partido a anotação de um sobrenome ou outro do mesmo. Como forma de contornar tal problema, e para aumentar a confiabilidade de nosso identificador, passamos a utilizar como variável de controle do nosso cruzamento o primeiro nome do indivíduo indicado em ambos os bancos. Dessa forma, acabamos por utilizar o Título Eleitoral e a Sigla do Partido como variáveis para unir nossos bancos, bem como o Prenome e a Unidade Eleitoral⁸⁷ como variáveis controle.

Deve-se notar ainda que, atualmente, o TSE disponibiliza dados desagregados ao nível dos candidatos individuais somente a partir das eleições de 1994, i.e., 14 anos após o limite que demos como aceitável para a análise dos dados de filiação partidária quando discutimos acerca do ingresso

⁸⁶ Cabe observar que utilizamos o nome de batismo para comparar os filiados de ambos os bancos. Ou seja, a comparação entre os nomes se deu independentemente do “Nome de Urna”, isto é, os apelidos que os políticos adotam quando concorrem a cargos eletivos.

⁸⁷ Isto é, a Unidade Federativa, para as eleições cuja circunscrição é o estado, ou o Município, para as eleições cuja circunscrição são os mesmos. Para o caso das disputas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, cuja circunscrição eleitoral é o país todo, tivemos de remover tal variável como método de checagem de nosso *merge*.

partidário. Percebemos, contudo, que há algum problema específico com a base de candidatos de 1996, visto que conseguimos achar somente 42 candidatos correspondentes em nosso banco de filiados. Para nossas análises descritivas e nosso modelo estatístico, portanto, passaremos a trabalhar com os dados gerados a partir de 1998, portanto.

Através da Figura 1 (abaixo) resumimos os resultados de nossos cruzamentos em um *waffle plot*. Recordemos que, tanto para os dados de candidatura quanto de filiação, cada unidade de observação se refere a uma filiação/candidatura realizada e, portanto, nesta imagem estão incluídos indivíduos que se filiaram/candidataram em mais de um partido/eleição. Separamos nossas unidades de análise em três categorias: membros (i.e., membros-base, aqueles que não competiram por cargos eletivos no período analisado), candidatos (membros do partido que participaram das eleições), e candidatos esperados (uma projeção dos candidatos que não conseguimos alcançar com nosso cruzamento). Como podemos ver, mesmo quando incluimos os candidatos esperados, a grande maioria de filiados no Brasil não competiram a qualquer cargo eletivo (84.6%). Dos candidatos, 10.1% são candidatos que conseguimos cruzar informações com o banco de filiados, e os 5.36% restantes são candidatos cujas informações não conseguimos obter. Ou, em outras palavras, conseguimos capturar 65.25%⁸⁸ dos candidatos disponíveis no banco do TSE, do período de 1994 a 2016.

⁸⁸ Embora tal taxa de sucesso seja significativamente maior do que a obtida em nossas tentativas iniciais, é fato que cerca de 35% dos dados eleitorais ainda não estão sendo capturados. Tal problema é intensificado pelo fato de que parece haver uma correlação positiva na probabilidade de se combinar os dados de candidatura e filiação e o ano que a eleição foi realizada. Isto é particularmente verdadeiro para o ano de 1996, em que tivemos de tirar inteiramente de nossas análises, mas de 1994 ao começo dos anos 2000 vemos uma taxa de sucesso significativamente menor. Buscaremos, no futuro, formas alternativas de se lidar com tal problema, contudo há um limite do que conseguimos fazer sem a intervenção do TSE para limpar seus dados.

Figura 1: Waffle Plot do Conjunto de Filiados no Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

4. Análise descritiva da candidatura enquanto ação partidária

Assim como fizemos em nosso Capítulo 2, dedicaremos um espaço maior para a análise de dados descritivos. Como os estudos de filiação partidária no Brasil são raros e, mais ainda, como é inédita essa combinação de dados de candidatura com os de filiação partidária, acreditamos ser necessário explorarmos um pouco mais os dados encontrados.

Figura 2. Frequência de Candidaturas por Mês - Candidatos e Não-Candidatos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A Figura 2, acima, mostra a frequência relativa de ingressos partidários por mês, desagregada pela variável *dummy* ‘cand’. Esta variável separa os filiados em membros que acabaram se candidatando por seu partido (*cand* = 1, linha tracejada), e membros que não foram selecionados para a candidatura (*cand* = 0, linha sólida). Sendo este gráfico uma análise de recrutamento partidário, muito bem poderíamos incluí-lo em nosso Capítulo 2; todavia, por se tratar especificamente da candidatura partidária, decidimos alocá-lo para o presente capítulo. Como podemos ver, tanto candidatos quanto não-candidatos são recrutados sobremaneiramente nos meses de Setembro e Outubro. Como vimos, tais meses são essenciais para se cumprir o tempo mínimo de filiação partidária, caso um membro seja escolhido para participar das eleições. Todavia, pode ser observado que o recrutamento de candidatos se concentra muito mais no período de Setembro-

Outubro do que os não-candidatos. Consequentemente, em todos os outros meses, os não-candidatos possuem uma frequência de ingresso maior do que os candidatos.

Figura 3. Boxplot do Tempo de Filiação (anos) por Tipo de Candidatura

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Já a Figura 3 (acima) mostra *boxplots* do tempo (em anos) que os membros do partido tiveram de ficar filiados no partido antes de poderem concorrer a um cargo eletivo. A linha tracejada em vermelho indica quando este tempo de filiação seria de 1 ano, i.e. o tempo mínimo exigido para se candidatar, de acordo com a Lei das Eleições. Como seria de se imaginar, cargos de maior influência possuem um tempo de filiação mediano maior do que cargos de menor *status* político. Assim sendo, vemos que para se candidatar à presidência da República, um candidato deveria estar filiado no partido por um tempo mediano de 13 anos⁸⁹. Candidatos à vice-presidência tem um tempo mediano de filiação de 9 anos; ambos senadores e governadores têm um tempo mediano de 7 anos; 1ºs e 2ºs suplentes-senadores, vice-governadores, prefeitos, vice-prefeitos, com um tempo mediano

⁸⁹ Agregamos os dados aqui pelos partidos políticos, não pelos indivíduos.

de 5 anos; vice-prefeitos, deputados federais e deputados estaduais com 3 anos de filiação mediana; e, por fim, vereadores e deputados distritais com apenas 1 ano de filiação. É possível, assim, supor que o tempo de filiação tem algum impacto no *selectorate* na hora de decidir que membro participará das eleições. Algumas questões interessantes podem ser tiradas desse gráfico. Por exemplo, embora a tendência geral seja de que cargos de unidades federativas superiores tendam a demandar um maior tempo de dedicação de seus membros antes que possam concorrer a tais cargos, essa relação não é tão direta quanto se poderia esperar. De fato, as diferenças de tempo mediano de filiação em muito lembram a estrutura hierárquica especulada por Miguel (2003: 117)⁹⁰ quanto o carreirismo político no Brasil. Podemos imaginar que o *selectorate* não escolhe os membros que farão parte das eleições de forma aleatória, e que parece haver algum processo de seleção, ao menos no que toca no tempo de filiação dos membros. Interessante notar ainda que o tempo mediano de filiação partidária para os cargos de vereador e deputado distrital são de exatamente 1 ano, ou seja, o tempo mínimo exigido até 2015 por lei para poder concorrer a qualquer cargo público. Por fim, a grande presença de *outliers* pode ser resultado de variáveis intervenientes, merecendo estudos mais aprofundados posteriormente.

90 A ordem de *status* político entre os distintos cargos seria, para Miguel (2003): vereador < prefeito (cidade pequena) < prefeito (cidade média) = deputado estadual < deputado federal < prefeito (cidade grande) = senador < governador < presidente. Note que o autor não analisa os cargos de vice e de suplente.

Figura 4. Tempo Médio de Filiação (anos) por Cargo Municipal

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Buscando resolver esse problema dos *outliers*, na Figura 4 observamos o tempo médio⁹¹ de filiação dos membros que concorreram para algum cargo municipal. Escolhemos os cargos municipais dado ao fato de que Miguel (2003) diferencia o *status* da prefeitura a partir do tamanho do município. A hipótese que temos aqui é que se o tempo de filiação importa para a pré-seleção de candidatos, e se municípios maiores realmente representam um maior *status* para o político, seria de se esperar que quanto maior o município, maior seria o tempo de filiação. O resultado que encontramos, todavia, é distinto de nossas suposições iniciais. Primeiramente, observando tão somente o caso dos vereadores, é possível se notar uma relação inversa do que esperávamos: quanto maior o município, menor o tempo médio de filiação do vereador. É possível que isso se dê devido ao impacto da magnitude do distrito. Quanto maior o município, mais vereadores terá sua câmara⁹².

⁹¹ Chamamos a atenção para o fato que enquanto usávamos o tempo *mediano* para a Figura 1, passamos agora a usar o tempo *médio* na Figura 2.

⁹² Resolução 21.702 PET 1442 do STF.

Assim sendo, para dar conta do maior número de cargos a ser competidos, é possível, por exemplo, que os partidos em municípios de maior porte tenham menos rigor na seleção de candidatos, ao menos quanto ao critério de tempo de filiação. Tal hipótese, entretanto, não é possível de ser testada com as informações que atualmente dispomos. Mais curiosa ainda seria a relação que se dá do tempo de filiação com os cargos executivos. Como podemos ver pela Figura 2, dos municípios de até 50.000 habitantes, quanto maior o município, menor o tempo médio de filiação dos candidatos. Todavia, a relação se inverte após este marco de 50.000 habitantes, e passamos a encontrar o comportamento esperado por nossa hipótese.

Como vimos, a questão do tempo de filiação é essencial para a candidatura, com cargos tendo tempos de filiação distintos conforme seu *status* relativo. Vereadores e Deputados Distritais, como mostrado na Figura 3, têm, pela mediana, apenas 12 meses de filiação, enquanto Presidentes teriam 13 anos. A Lei 13.165/15, entre outras matérias, diminui o tempo de filiação mínimo para a candidatura de 12 meses para apenas 6 meses. Seria de se esperar, portanto, que os cargos cujos tempos medianos de filiação são o mínimo esperado por lei tenham seus tempos diminuídos a partir do estabelecimento desta. Como somente tivemos uma eleição após a promulgação da Lei 13.165 durante o período que estudamos (1998-2016), não podemos fazer um teste estatístico mais formal para testar essa hipótese; nada nos impede, contudo, de fazer uma análise descritiva desses dados. Vemos na Figura 5 a densidade Kernel do tempo de filiação dos candidatos por ano. Como o ano de 2016 foi um ano de eleições locais, separamos apenas os dados de vereadores, omitindo os deputados distritais. Olhando para as distribuições, confirmamos tal hipótese, e de fato em 2016 surge um pico de candidatos a vereador cujo tempo de filiação é de apenas 6 meses.

Figura 5. Densidade Kernel do Tempo de filiação (anos) por Ano Eleitoral (eleições locais)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Conseguimos aprender outros fatos interessantes a respeito dos vereadores, todavia. Por exemplo, que há um segundo pico de candidatos cujo tempo de filiação é de 5 anos no partido. Outrossim, que existe um terceiro (ou quarto, para 2016) de vereadores que têm entre 7 e 10 anos de filiação, e que tal pico está na realidade se deslocando à direita com o passar dos anos. Consequentemente, quando olhamos uma medida mais estática, como a média ou a mediana, vemos que o tempo de filiação dos vereadores, apesar do que afirmamos anteriormente, no geral aumentou ao longo dos dados. Em 2000, o tempo médio de filiação dos candidatos a vereador era de 3,85 anos, enquanto a mediana era de 1 ano. Já em 2004, houve um leve decréscimo, com uma média de 3,56 e mediana de 1 ano. Já em 2008 a situação se inverte, com uma média de 4,5 e mediana de 2 anos. Em 2012 os vereadores passaram a ter um tempo de filiação médio de 4,27 anos e de 1 ano de mediana, e em 2016 de média 4,32 e mediana 1 ano.

Passemos a olhar a ação partidária por uma questão de gênero. Quando olhamos para dados populacionais no geral, vemos que as mulheres são apenas cerca de 41.75% do total de filiados, bem como 22.9% dos candidatos⁹³. Poderíamos esperar, assim, que no que tange o tempo de filiação, dada a dificuldade estrutural de mulheres de participarem na política (Araújo, 2005; Coffé et al, 2010), fato similar ocorreria, com mulheres levando mais tempo do que homens para se candidatar a um mesmo cargo.

Figura 6: Tempo Mediano de Filiação dos Candidatos por Gênero e Cargo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Quando olhamos o tempo de filiação por gênero, todavia, vemos que, na mediana, candidatos e candidatas têm um tempo de filiação relativamente similar. Separamos o tempo de filiação por gênero e tipo de cargo concorrido na *Figura 6* (acima). Os únicos cargos que se mostram diferentes seriam o de presidente (homens com uma mediana de 13 anos, mulheres 9 anos) e vice-presidente (homens 9 anos e mulheres 5). Ocorre, todavia, que o número absoluto de indivíduos que

⁹³ A proporção de candidatas mulheres é dado direto do TSE. Se observarmos os candidatos que conseguimos mesclar com o banco de filiados, tal proporção passa a ser de 21.6%.

competiram para tais cargos é naturalmente menor do que para os outros cargos, possivelmente explicando o porquê de serem os únicos em que se pode verificar uma distinção entre os gêneros.

Figura 7. Densidade Kernel do Tempo de filiação (anos) por Gênero e Cargo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do TSE.

Temos, entretanto, de tomar cuidado com estatísticas estáticas, pois muitas vezes ocultam a real distribuição populacional. Pensando nisso, na *Figura 7* (acima) plotamos a densidade Kernel do tempo de filiação dos candidatos, separado por gênero e tipo de cargo. Mais uma vez, todavia, não encontramos grandes diferenças entre os gêneros quando analisamos cada tipo de cargo. Curiosamente, para os cargos que mencionamos anteriormente, presidência e vice-presidência, vemos que a distribuição para os homens é ligeiramente mais uniforme, enquanto que mulheres apresentam distribuições multimodais. Seja como for, não esperamos encerrar a discussão do papel do gênero no tempo da candidatura. Encontramos aqui algumas pistas que podem iluminar estudos futuros, mas testes propriamente ditos devem ser feitos para melhor se compreender este fenômeno.

5. Modelando a candidatura enquanto ação partidária

5.1. Variáveis de Interesse da Candidatura

Antes de passarmos para a análise de nosso modelo, façamos uma breve descrição das variáveis que utilizamos para modelar a candidatura no contexto brasileiro. Nossa variável dependente, *Candidatura*, é uma variável binária (i.e., assume apenas valores 0 ou 1), indicando se um membro do partido, em dado ano eleitoral, participou ou não das eleições por seu partido.

Tempo de Filiação. Variável contínua, mensurada em anos. Como vimos em nosso Capítulo 2, o recrutamento partidário segue a lógica do ciclo eleitoral, com membros se filiando seguindo a legislação eleitoral do tempo mínimo que um candidato deva pertencer a seu partido político. Como vimos, isso é especialmente verdadeiro para cargos de menor alcance político, como vereadores. Dado que há um maior número de pessoas competindo para tais cargos, esperamos que o Tempo de Filiação afete negativamente a chance de o membro se candidatar.

Filiou-se em ano Eleitoral. Variável *dummy*. Variável controle que segue uma lógica similar ao raciocínio que nos levou a incluir a variável *Tempo de Filiação*. Se a hipótese de Speck (2014) for correta, e os membros recrutados nos meses-chave para a lógica eleitoral realmente estiverem concorrendo a cargos eletivos, então o fato de um membro ser recrutado em um ano **não** eleitoral aumentará as chances de concorrer a um cargo eletivo. Explicando de outra maneira, imaginemos dois tipos de novos membros de um partido: um que entrou no partido em um ano não-eleitoral e outro que entrou em um ano eleitoral. Enquanto que o membro que entrou em um ano não-eleitoral tem chance de estar legalmente apto a concorrer a uma eleição (e supondo que entrou no partido no máximo no mês de Setembro/Octubre), o que teoricamente aumentaria suas chances de concorrer a algum cargo eletivo no ano subsequente; o recruta que entrou em um ano-eleitoral terá de esperar 2

anos para que possa concorrer às eleições, possivelmente diminuindo as chances de fazê-lo, se a lógica da filiação partidária incisivamente se der em função do ciclo eleitoral.

Filiou-se no Mês de Setembro/Outubro. Variável *dummy*. Variável controle que segue a mesma lógica das duas variáveis anteriormente apresentadas. Caso os membros que são recrutados sob a lógica do ciclo eleitoral realmente disputem cargos nas eleições imediatamente subsequente, poderemos esperar que o fato de terem sido recrutados nesse período decisivo influencie suas chances de se candidatar a um cargo eletivo qualquer.

Migração Partidária. Variável binária. Assume 1 quando o membro do partido veio de outro partido e 0 quando o partido ao qual está filiado é o primeiro partido ao qual se filiou. Olhando as pesquisas de migração parlamentar (Melo, 2004; Santos, 2006; Freitas, 2008), vemos que costuma-se separar metodologicamente membros “fiéis” (representantes que não migraram de partido) de “infiéis”. A literatura, assim, espera de forma geral que políticos acabem migrando de partido, ajustando suas estratégias de acordo com o cenário político-partidário que enfrentam. Membros comuns do partido, i.e. aqueles que não se candidatam, todavia, teriam menos incentivos de migrar de partido. Assim sendo, esperamos uma correlação positiva entre migrar de partido e se candidatar a um cargo eletivo.

*Gênero*⁹⁴. Variável categórica. Uma preocupação crescente na literatura é como as estruturas políticas discriminam a participação política de atores devido a seu gênero (Araújo, 2005; Coffé et al, 2010). Para o caso específico do Brasil, vemos que embora haja leis que estimulariam a participação feminina na política, na prática, tal participação é consideravelmente baixa. Um dos problemas enfrentados por mulheres na política brasileira seria que suas candidaturas não passariam de “candidaturas laranja” com uma quantidade de recursos pequena ou nula fornecida pelos seus partidos para auxiliar sua eleição. Tais mulheres seriam lançadas como candidatas unicamente para

94 Utilizamos o pacote “*genderBR*”, de Fernando Meirelles, para prever o gênero dos filiados. Tal pacote utiliza os dados do Censo brasileiro para prever o gênero dos indivíduos, estabelecendo uma probabilidade a partir do número de pessoas de dado gênero que possuem dado nome.

atender a demanda legal de haver uma representatividade mínima de mulheres nas eleições (Barreira & Gonçalves, 2010). Desta forma, esperamos que o fato de um membro se identificar pelo gênero feminino faça com que se diminua as suas chances de concorrer a um cargo eletivo.

*Ideologia do Partido*⁹⁵. Variável categórica. Mais do que simples máquinas eleitorais, partidos políticos são associações de indivíduos que buscam certos objetivos mais gerais⁹⁶. Ainda que não possamos simplificar a realidade a ponto de afirmar que a ideologia não seja o principal motor a explicar a busca dos objetivos e a forma pela qual o partido se organiza (Panebianco, 2005:8-11), é fato ainda que a ideologia tem seu impacto na organização como um todo (Enyedi & Linek, 2008). Incluímos tal variável, portanto, como forma de controle de tais possíveis efeitos.

*Quantidade de Membros (log)*⁹⁷. Variável contínua. De um ponto de vista normativo, o tamanho do partido afeta a forma pela qual o partido se organiza de uma maneira mais geral, o que, por sua vez, altera sua estrutura de incentivos (Olson, 2009; Michels, 1962; Panebianco, 2005, Scarrow (1994), van Biezen et al (2002), dentre outros). Para o caso da ação partidária é possível, assim, que o tamanho do partido afete a forma pela qual o partido distribui seus incentivos seletivos, sendo a candidatura em destes. Tiramos o *log* dessa variável para diminuir sua amplitude e, assim, melhor ajustar seus efeitos.

95 Utilizamos majoritariamente a categorização de Power & Zucco (2011) como base de nossa classificação ideológica. Como os autores trabalham somente com partidos que elegeram representantes no Congresso Nacional, contudo, tivemos de fazer algumas alterações para compartimentar os partidos que não atendem esses requisitos. Para tal, usamos as classificações de outros autores (Fernandes, 1995; Coppedge, 1997; Madeira et al, 2013; Madeira et al, 2015; Mainwaring et al, 2000; Rodrigues, 2009; Wiesehomeier & Benoit, 2007) para complementar a classificação de Zucco (2011).

96 Ainda que tais objetivos pareçam ser buscados cada vez com menos intensidade a medida que os partidos se institucionalizam (Michels, 1962, Panebianco, 2005:100-118). Apesar disso, aponta ainda Panebianco (2005) que a busca por tais objetivos nunca desaparece *completamente*, contrariamente a o que parece afirmar Michels através de sua lei de ferro das oligarquias.

97 Ao contrário dos modelos gerados para as outras duas etapas do ciclo da filiação partidária (o ingresso e o desligamento) modelamos tal variável de uma forma contínua, e não categórica. Podemos fazer isso aqui porque nossas análises se dão em pontos fixos no tempo (i.e., as eleições), tornando possível o cálculo da idade do partido em dado período de tempo. O mesmo ocorre para a variável *Idade do Partido*.

*Sigla do Partido*⁹⁸. Variável categórica. Variável de controle para as demais variáveis partidárias.

Idade do Partido. Variável contínua. De uma maneira mais geral, podemos esperar que partidos mais antigos estão mais enraizados socialmente e mais adequados às regras do jogo, fazendo com que se aumente as chances de tal partido lançar um de seus membros em uma eleição qualquer *vis-à-vis* um partido recentemente criado. Além disso, pesquisas anteriores (Sundberg, 1997) apontam como a idade do partido pode ser uma variável significativa para explicar etapas diversas da organização interna dos partidos políticos.

Época de criação do Partido. Variável categórica. Divide os partidos políticos a partir do contexto político-institucional em que foram criados.

Vide o Capítulo 4 para maiores informações acerca das mudanças institucionais ocorridas desde a redemocratização.

Época de criação do Partido. Variável categórica. Divide os partidos políticos a partir do contexto político-institucional em que foram criados. É relativamente comum na literatura de organização partidária a ideia de que partidos novos venham a ter organização e estratégias políticas significativamente distintas dos partidos tradicionais, muitas vezes adotando-se inclusive uma postura claramente anti-partidária (Schedler, 1996; Sundberg, 1997; Sikk, 2012). Quanto ao caso brasileiro, vemos em Ribeiro (2013) que, com a exceção do PT, a estrutura organizativa dos partidos oriundos dos partidos do período militar em muito se assemelha à estrutura detalhada pela LOPP. Seguindo essa lógica, hipotetizamos que a organização interna dos partidos políticos é afetada pela época em que este foi criado⁹⁹. Observa-se que, de um ponto de vista teórico, tal efeito se daria

98 Como estudamos as eleições de 1998 a 2016, tivemos de remover os seguintes partidos, dado que ainda não tinham competido em eleições: NOVO, REDE, PMB. Tivemos de remover também o PCO por estar fortemente associado à não-candidatura.

99 Esta medida, contudo, é apenas uma *proxy* para a organização partidária. Idealmente, seria necessário analisar a estrutura interna de todos os partidos políticos brasileiros, seguindo o sistema proposto por Ribeiro (2013). Como este não é o objetivo do presente ensaio, decidimos por nos contentar com nossa *proxy*. Trabalhos futuros, assim, deverão ser feitos para corrigir eventuais distorções que possamos ter gerado.

independentemente da Idade do Partido ou de sua Ideologia. Conforme Panebianco (2005: 309-316), o período de formação é uma das variáveis que podem afetar a organização partidária como um todo. A divisão dos períodos que fizemos resulta da evolução da legislação brasileira no que tange a filiação partidária. Seriam esses períodos: i) Era LOPP (1980-1994); ii) Era Lei dos Partidos (1995-2003); iii) Era Filex (2003-2009); e iv) Era FiliaWeb (2009 - presente).

População do Município. Variável categórica. Controle adicionado devido ao fato de que municípios de maior número populacional lançam possuem mais candidatos disputando cargos eleitorais do que municípios de menor parte.

IDHM. Variável contínua. Seguindo o raciocínio de Speck (2013) de que há uma associação entre taxa de ingresso no partido e a população, controlamos igualmente para o IDHM do município¹⁰⁰ para o caso da candidatura.

Região Federativa. Variável categórica. Variável de controle para as demais variáveis de ambiente.

5.2. Analisando os modelos de Candidatura

Como temos uma variável binária (a candidatura partidária) como nossa variável dependente, bem como estamos interessados no que altera a chance de um membro se candidatar, acabamos por utilizar um modelo *logit* para estudar o nosso caso. Devido ao tamanho de nosso banco de dados, não era possível se computar diretamente nossos modelos estatísticos. Nossa solução foi fazer um *bootstrapping*, criando 300 amostras com reposição, de tamanho de 10% do banco original. Outro problema que tivemos foi que parte de nossas variáveis de interesse são variáveis partidárias, tendo alto índice de autocorrelação de seus termos com a variável Sigla do Partido. Para que não deixássemos de incluir nenhuma dessas variáveis, fizemos 2 modelos distintos, um em que incluímos apenas a legenda partidária (Modelo 1, *Figura 8*), outro em que incluímos as variáveis partidárias,

¹⁰⁰ Utilizamos os valores referentes ao IDHM de 2010.

com exceção da legenda (Modelo 2, *Figura 9*). Para melhor compreensão de dos resultados, transformamos os coeficientes para razão de chance (*odds ratio*). Lembramos ainda que, para a análise de coeficientes em *odds ratio*, deve-se verificar se o intervalo de confiança dos coeficientes cruza ou não o eixo 1¹⁰¹. Para facilidade de leitura, omitimos do Modelo 1 as siglas partidárias. Caso necessário, os valores exatos dos coeficientes de nossos modelos podem ser encontrados no Apêndice.

Figura 8. Modelo 1 - Logit da Candidatura com Sigla do Partido

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

¹⁰¹ A razão de se analisar os dados em relação ao eixo 1, e não em relação ao eixo 0, como se é feito em análises de OLS simples, dá pela própria natureza da razão de chance. Uma razão de chance de 1 significa que a razão entre um evento ocorrer e não ocorrer é de 50-50, isto é, 50% de chance para cada evento. Em termos práticos, uma variável cruzar o eixo 1 significaria que não podemos ter certeza se esta altera a chance de um evento (no caso, a candidatura) de forma positiva ou negativa.

Figura 9. Modelo 2 - Logit da Candidatura com variáveis partidárias

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Como podemos ver, ambos os modelos não diferem muito no que tange ao sentido e amplitude geral dos coeficientes de cada variável. O pseudo-R quadrado de Nagelkerke para ambos os modelos ficou em torno de 0,148. A grande diferença entre ambos seria a amplitude do intervalo de confiança do Intercepto, sendo consideravelmente maior no Modelo 2 do que no Modelo 1. Um tanto surpreendente, a variável que mais explica a alteração na chance de um membro se candidatar por seu partido é o fato dele ter vindo de outro partido (Migração Partidária), aumentando as chances de se candidatar, pela média dos coeficientes de nosso *bootstrap*, em torno de 2.21 vezes (Modelo 2) e 2.32 vezes (Modelo 1). Como discutimos na sub-seção anterior, tal resultado é razoável de ser esperado. Políticos e membros-base do partido possuem conjuntos de utilidade bem distintos entre si. Enquanto políticos veem um ganho real em migrar de partido (podendo se imaginar como sendo a própria candidatura este ganho que recebem), outros membros teriam muito menos razões para

serem “infiéis” aos seus partidos ¹⁰². Ter sido recrutado em Setembro/começo de Outubro seria outra variável que afeta fortemente a candidatura, com uma média de razão de chance de cerca de 1.5 vezes para ambos os modelos. Similarmente, ter sido recrutado em ano Eleitoral diminui as chances de se tornar candidato, com uma razão de chance de 0.61 em média. Ou seja, mais uma vez se ressoa aqui o *insight* de Speck (2013), de que o ingresso partidário no Brasil segue a lógica do ciclo eleitoral. Por sua vez, o Tempo de Filiação médio dos filiados faz com que se tenha uma chance 0.95 de se tornar candidato. Isto se deve ao fato de que a maior parte dos postos disputados são de vereadores que, como vimos, tem o tempo de filiação mediano sendo o mínimo requerido por lei, puxando assim o valor dos resultados. Outra variável a se explorar seria o gênero, sendo que as mulheres tem uma chance 0.49 menor do que homens de concorrer a um cargo eletivo.

Olhemos para as variáveis ambientais. A Região do cargo disputado se comportou como esperado, com membros pertencentes a regiões de maior população tendo mais chances de se candidatar, quando em comparação ao Centro-Oeste. Curiosamente, tal questão se inverte para o Tamanho do Município, com municípios menores tendo menores chances de terem seus membros transformados em candidatos. Note ainda que em nenhum momento os intervalos de confiança de cada categoria do tamanho municipal se cruza, mostrando bem a dinâmica de tal variável. O IDHM, todavia, não mostrou significância estatística, o que não significa necessariamente que deveríamos retirá-lo de nosso modelo.

Analisando as variáveis partidárias, presentes apenas no Modelo 2, vemos que tanto membros de partidos de esquerda (razão de chance 1,08) e de direita (1,10) possuem uma chance de se lançarem candidatos maior do que em relação a membros de partidos de centro. Todavia, como o intervalo de confiança de partidos de esquerda e de direita se cruzam, não conseguimos capturar

102 O que parece ocorrer na prática não só no Brasil é que muitos membros, mesmo não mais se sentindo conectados ao partido ao qual estão filiados, decidem por continuar dentro de seus partidos. Discutiremos mais acerca do desligamento partidário no capítulo seguinte (Capítulo 4). Resumindo nosso argumento, vemos que o cálculo de utilidade que o membro faz para decidir se sai de seu partido não se dá somente pela comparação de custos e benefícios de se manter em seu partido vis-à-vis de não estar no mesmo, mas também avaliam o custo que é passar pelo procedimento burocrático de se desligar. O ganho para um membro comum de entrar em um novo partido, portanto, é relativamente baixo, explicando sua permanência no mesmo.

exatamente a diferença entre esses dois pólos do campo ideológico. Por sua vez, a Época de Criação do partido também se mostra significativa estatisticamente, mostrando em linhas gerais que partidos criados em épocas mais antigas têm maior chance de levar seus filiados a se candidatar. Os controles Idade do Partido e pelo log do Número de Filiados, todavia, não apresentaram significância estatística.

6. Notas Finais

No presente capítulo estudamos a ação partidária no contexto brasileiro. Enquanto que o recrutamento partidário consiste em uma análise mais ‘quantitativa’ do papel do filiado dentro de seu partido (i.e., o número de ingressantes no partido), a análise da ação partidária viria, como diria Heidar (1996), de uma análise mais ‘qualitativa’, analisando os distintos tipos de tarefas que o indivíduo, uma vez dentro do partido, pode realizar. Para analisar o caso brasileiro, optamos por estudar um único tipo de ação partidária, a candidatura política. Tivemos três princípios que nos guiaram para tal escolha. Em primeiro lugar, a complexidade de se analisar múltiplas atividades distintas, que levaria a uma análise mais superficial do fenômeno. Em seguida, nossa predisposição pessoal em utilizar dados públicos, visto que estes tornam a replicação dos dados mais acessível. Por fim, o fato de que a candidatura não é só mais uma atividade partidária, mas a tarefa por excelência dos partidos políticos (Sartori, 1976).

Um dos grandes desafios da ciência política seria de se compreender o “jardim secreto” (Gallagher & Marsh, 1988) da política partidária, isto é, as regras institucionais, formais ou informais, que fazem com que membros dos partidos sejam selecionados para concorrer para cargos eleitorais (Hazan & Rahat, 2010). Devido à falta de objetos mais adequados, a literatura internacional acaba por se contentar com o estudo de estatutos partidários (Ribeiro, 2013; von dem Berg et al, 2013), ou de *surveys* com agentes políticos (Fox & Lawless, 2005; Lawless, 2012). O caso brasileiro fornece uma oportunidade única de se estudar tal fenômeno. Isso se deve ao fato de

que, no Brasil, tanto os dados de filiação partidária quanto de candidatura são públicos, possuindo ainda variáveis em comum, o que possibilita a combinação de tais bancos. O fato de que o Brasil não permite candidaturas independentes torna o caso brasileiro ainda mais atrativo de ser analisado. Nosso esforço principal, portanto, foi de justamente organizar e juntar tais dados. A principal preocupação que temos é que a taxa de sucesso da combinação dos dados foi moderada, sendo que cerca de 35% dos candidatos, do período de 1994 a 2016, não estão sendo capturados por nosso script. Como isso se dá em maior grau para anos mais antigos, tememos que isso pode gerar algum tipo de viés em nossa análise.

Ecoando os resultados do estudo que fizemos em nosso Capítulo 2, verificamos que o tempo de filiação é variável fundamental para se entender a dinâmica político partidária brasileira. De acordo com a Lei das Eleições (Lei 9.504/97), para poder concorrer a um cargo eletivo, o candidato deve ser filiado a um partido político por um período mínimo de 12 meses. Posteriormente, com a Lei 13.165/15, esse tempo mínimo passou a ser de somente 6 meses. A seleção de candidatos, assim, parece seguir a lógica de tal legislação. Enquanto que candidatos a deputados distritais e vereadores possuem um tempo mediano de 12 meses de filiação (i.e. o tempo mínimo dito por lei), cargos como o de presidente são reservados a membros que estão no partido em um tempo mediano de 13 anos. Questões que merecem estudos mais dedicados do que pudemos conduzir seria a relação da organização partidária com a questão de gênero e o tamanho do município. Embora fizemos uma primeira incursão para avaliá-las, não conseguimos capturar as variáveis intervenientes que estão afetando seus resultados. Um possível caminho a se seguir seria separar as candidaturas de “sucesso” e “fracasso”, isto é, avaliar as candidaturas a partir da quantidade de votos obtida e se esses votos foram suficientes para eleger tal candidato.

Analisando o conjunto de resultado dos nossos modelos, percebeu-se que a variável que mais aumentaria a chance do membro se candidatar seria o fato dele ter vindo de outro partido. Olhando o cenário institucional brasileiro, em que políticos costumam migrar de legenda, fazendo

cálculos a depender do contexto político (Freitas, 2008), faz sentido para o político arcar com o custo de desligamento, enquanto membros base permaneceriam em seus partidos¹⁰³. O fato de o membro ter se candidato no mês de Setembro/começo de Outubro, bem como de ter sido recrutado em ano não-eleitoral também se mostram positivamente relacionadas com a candidatura. Isso reforça novamente a afirmação de Speck (2013) de que o ciclo da filiação e o ciclo eleitoral andam em conjunto no Brasil.

Quanto a passos futuros, a principal tarefa a se seguir seria almejar aumentar o índice de acerto da união dos bancos de dados de candidatura e filiação partidária. Há um limite natural que temos, todavia, dependendo no limite da capacidade do TSE de melhor adequar seus dados. Conforme discutimos no Capítulo 2, percebemos uma necessidade de se investigar melhor a organização interna dos partidos brasileiros. A razão principal disso é que não dispomos até então de boas ferramentas analíticas para comparar os partidos uns com os outros. Utilizamos nesse estudo algumas *proxies* que julgamos adequadas, contudo são estas ainda assim insuficientes. Por fim, não conseguimos aqui testar propriamente o efeito da mudança do tempo mínimo de filiação feito pela Lei 13.165/15. Isso se dá pelo fato que, dado o período que analisamos (2000-2017), ocorreu-se apenas uma eleição sobre as novas regras eleitorais. Não temos muito o que fazer quanto a este caso, a não ser aguardar que mais eleições sejam dadas, para que possamos propriamente estudar seu impacto institucional.

103 Veremos no Capítulo 4 como a candidatura também está ligada com o desligamento partidário.

Capítulo 4 - A Saída do Partido

1. O desligamento partidário enquanto objeto de pesquisa

Como vimos em nosso *Capítulo 1*, a filiação partidária pode ser entendida não só como uma questão de entrada de membros no partido, mas também a permanência desses no mesmo. No *Capítulo 3*, apresentamos a forma mais comum de se estudar a permanência dos membros, o tipo e o grau de intensidade de atividade que o membro executa em seu respectivo partido. No presente capítulo tratamos da permanência partidária em si mesma, ou melhor, de seu inverso, o desligamento partidário.

A pesquisa acerca do desligamento partidário em larga medida está associada à suposta crise da filiação partidária (Tan, 1997; Whiteley, 2009; 2011; Scarrow, 2010; van Biezen et al, 2012; dentre outros). Whiteley (2011) condensa bem as hipóteses levantadas pela literatura, elencando três fatores principais que, para o autor, estariam afetando as taxas de filiação. Primeiramente, sob a perspectiva do partido, a criação e evolução do financiamento público de campanha deu uma garantia financeira aos partidos, fazendo com que dependessem menos do financiamento através dos membros, não mais sendo necessário seu recrutamento contínuo. Sob a perspectiva do membro, e em segundo lugar, o aumento do descrédito em relação aos partidos políticos tradicionais, aliada a novas formas de participação política (ONGs, manifestações virtuais, abaixo-assinados, participações *policy-oriented*, etc) fariam com que os indivíduos deixassem de procurar os partidos políticos como meio de manifestação política. Por fim, ainda quanto os membros, que o tempo das pessoas teria se tornado mais escasso, aumentando os custos de participação política de maneira geral.

Uma linha mais cética de pesquisa afirma que tal noção de crise não é um consenso nem ao menos sob o contexto europeu, sendo entendida como uma visão ‘pessimista’ da evolução partidária (Köln, 2014), bem como que tal processo de queda de filiações está longe de ser irreversível

(Hetherington, 2001; Albertazzi, 2016), com vários casos de sucesso de captação de novos membros. Para essa linha de pesquisa “anti-crise”, portanto, o problema está observar o fato de que dados partidos em dados países em dados anos passaram a perder os membros e generalizar tal fato como uma crise sistêmica dos partidos como um todo (Ignazi, 1996). Para Daalder (1992), a raiz de tal problema está na qualificação de tipos específicos de partidos como naturalmente ‘bons’ ou ‘ruins’; interpretação essa, diz o autor, vinda de uma leitura errônea do prognóstico de duvergeriano da expansão dos partidos de massa.

O principal problema dos argumentos levantados por Whiteley (2011), todavia, seria que apesar de tratar da queda da taxa de filiação, nenhum de seus pontos lida propriamente com o desligamento partidário. Tal confusão se dá, portanto, por não se distinguir analiticamente as etapas do ciclo da filiação partidária. De fato, em um plano teórico podemos conceber que o que essas variáveis afetam mais seria o recrutamento partidário, com o argumento da escassez de tempo afetando inclusive a participação partidária. O único argumento que poderia ser operacionalizado no desligamento partidário seria a diminuição da confiança da população nos partidos políticos. Devemos observar, todavia, que: i) tal variável não seria condição necessária para o desligamento partidário, e ii) dever-se-ia provar que o descrédito da população para com os partidos se transfere também para aqueles que já estavam filiados nos mesmos. Como discutimos no Capítulo 1, a questão fundamental do desligamento partidário seria entender justamente o que faz com que o membro (ou, por ventura, o dirigente que expulsa um membro) em incorrer no custo de sair do partido ao invés de simplesmente se tornar inativo.

A questão primordial de se entender no desligamento partidário, portanto, é entender por que o membro se desliga do partido, ao invés de se tornar um *sleeping member* (Pedersen et al, 2004). Um membro pode, portanto, não ter disposição ou tempo de realizar nenhuma tarefa dentro do partido, ou mesmo não mais confiar ou querer pertencer ao mesmo, e ainda assim permanecer filiado, dado que não deseja incorrer nos custos de seu desligamento. No Brasil, dado que não há

grandes custos em permanecer no partido (por exemplo, sendo raros os partidos que cobram taxas de adesão aos seus membros), conjecturamos que o custo de informar o partido e o Tribunal Regional de que se deseja sair de seu partido seja maior do que o de continuar no mesmo. Embora necessitemos de mais dados para testar tal hipótese, Speck et al (2015) observam que há uma parcela dos filiados que dizem preferir ou mesmo que votam em partidos. É possível que esses filiados continuem no partido justamente devido ao custo de sair do mesmo.

Assim como nos capítulos anteriores, portanto, nosso trabalho principal aqui é esquematizar os fundamentos gerais do desligamento partidário para o caso específico brasileiro. No presente capítulo, mais do que nunca, uma atenção deve ser dada acerca da confiabilidade dos dados do TSE, e o que devemos fazer para solucionar dados problemas. Adiantando um questão que veremos lá para frente, o grande problema é que os partidos políticos brasileiros somente passaram a efetivamente registrar a saída de seus integrantes a partir de 2003, isto é, mais de duas décadas após o limite razoável que encontramos para o recrutamento partidário, cuja análise foi feita a partir dos anos 1980. Por fim, correndo o risco de nos repetirmos em demasia, advertimos que não pretendemos que as análises e modelos apresentados abaixo esgotem o tema do desligamento partidário no Brasil, mas que, pelo contrário, devem ser vistos como um marco inicial para uma ampla agenda de pesquisas a se desenvolver no futuro.

2. Características institucionais do Brasil relativas ao desligamento partidário

Um ponto de preocupação constante que percebemos ao longo de nossos capítulos seria a questão da validade dos dados disponibilizados pelo TSE. Embora concordemos com Speck (2014) sobre o fato de que os supostos vieses dos dados sejam por muitas vezes exagerados, vemos que, para o caso específico do desligamento partidário, alguns ajustes devem ser feitos para que a análise dos dados seja feita corretamente. O problema principal seria que apesar de que desde a Lei 9.096/1995 (Lei Eleitoral) se tenha previsto a sistematização de registros da saída dos membros de

seus respectivos partidos, foi somente com a criação do primeiro sistema eletrônico de manutenção das listas de filiados (Sistema Filex) que os partidos políticos passaram a efetivamente anotar seus desligamentos partidários. Sem regras que incentivassem os partidos a registrarem a saída de seus membros, tais registros raramente ocorriam e, de fato, houve apenas 3664 registros de desligamento partidário dentre o período de 1980 a 2002, ou de cerca de 166 saídas ao ano, em média. Vejamos como a evolução das taxas de desligamento se dá caso incorporamos o conjunto de dados que vai dos anos 1980 a 2018.

Figura 1: Número de desligamentos partidários por ano

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Como podemos ver pela *Figura 1* (acima), o registro dos desligamentos partidários passa a efetivamente ser feito tão somente após a criação do Sistema Filex. Em comparação, a transição do sistema Filex para o sistema FiliaWeb (feito em 2009 através da Resolução 23.117) não parece ter

tido impacto no aumento das taxas de desligamento. De fato, o que houve foi uma ligeira queda de desfiliações durante o período de transição dos sistemas.

Em comparação, em 2003 ocorreram 19.450 desligamentos, seguido de 77.665 em 2004 e 93.421 em 2005, e assim cresceu sucessivamente. O motivo dessa súbita explosão de desfiliações a partir de em 2003, ao contrário do que se poderia imaginar, não deve ser entendida como uma ‘crise’ no sistema político brasileiro, mas antes possui uma explicação mais simples, sendo este o ano em que os partidos passaram a propriamente registrarem o desligamento de seus membros. Ou seja, os registros dos desligamentos passaram a ser feitos, como dissemos, com a introdução do Filex. Tal sistema teria sido desenvolvido pelo próprio Tribunal, sendo implementado efetivamente em Fevereiro de 2004. A criação do sistema online, como é de se esperar, diminuiu o trabalho exercido pelos partidos na administração de suas listas, mas sobretudo o trabalho dos Tribunais Regionais, que constantemente eram obrigados a enviar registros de novos filiados ao TSE. Já em 20 de Agosto de 2009 o TSE publicou uma nova resolução, 23.117, na qual estabelece a criação do sistema atual de filiação partidária, o FiliaWeb, bem como criou disposições para que os partidos migrassem do sistema Filex para o novo sistema. A partir de Abril de 2010 o FiliaWeb passou a ser usado exclusivamente, sendo o sistema Filex definitivamente aposentado. Na *Figura 2* (abaixo) fazemos um esquema resumindo a evolução institucional que apresentamos aqui¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Este quadro pode ser visto como um esquema simplificado da evolução institucional geral que apresentamos na Introdução.

Figura 2: Evolução Legislativa sob a Óptica da Filiação Partidária

Fonte: Elaboração própria.

3. Operacionalização dos dados

Assim como em nossos capítulos anteriores, nossa fonte de dados primária é a relação de filiados disposta pelo Tribunal Superior Eleitoral. Como já outrora estabelecemos, dividimos nosso banco em 5 temas: 1) a identificação do filiado (“Nome do Filiado”, “Número da Inscrição”); 2) o partido ao qual está filiado (“Nome do Partido”, “Sigla do Partido”); 3) sua localização geográfica (“Unidade Federativa”, “Nome do Município”, “Código do Município”, “Seção Eleitoral”, “Zona Eleitoral”); 4) o *status* da Filiação (“Situação do Registro”, “Motivo do Cancelamento”); e 5) datas do ciclo da filiação (“Data da Entrada”, “Data do Cancelamento”, “Data da Saída”).

Para o caso específico do desligamento partidário, encontramos dois potenciais problemas, com os quais lidamos à medida do possível. Primeiramente, para estudar o desligamento partidário é necessário fazer certos ajustes quanto às variáveis relativas às datas do ciclo de filiação partidária. Como vimos em nossa seção anterior, até o fim de 2003 os partidos não eram obrigados a registrar a saída de seus membros, raros sendo os casos em que tais registros foram efetivamente feitos. Dessa

forma, a análise que o leitor verá nas próximas seções se refere somente aos dados de filiação registrados após a criação dos sistemas de registro eletrônico da filiação partidária.

Outro problema que parece sempre nos atormentar se refere à identificação do partido do filiado. Como vimos, o procedimento do TSE para quando um partido seja incorporado ou fundido a outro é de unir os dados dos partidos originais, perdendo-se, assim, informação do período anterior a essa incorporação. Um caso ainda mais drástico se dá na hipótese da extinção dos partidos políticos, em que o Tribunal simplesmente deixa de divulgar informações acerca de tais partidos. Tal problema, todavia, é relativamente menor no estudo do desligamento partidário quando comparamos ao estudo das etapas anteriores do ciclo. Como analisamos somente os registros realizados após 2003, e como as maiores mudanças no sistema partidário ocorreram no período anterior ao aqui estudado, esse viés em relação aos partidos parece diminuir significativamente pelo que pudemos perceber.

4. Análise descritiva do desligamento partidário

Como muitos dos dados a respeito do desligamento partidário no Brasil são inéditos, reforçamos a necessidade de criar uma seção para a análise descritiva de tais dados. Sendo o grande problema do tratamento dos dados do desligamento uma questão temporal, vejamos primeiramente a evolução do desligamento partidário através do tempo. Tal evolução pode ser vista em nossa *Figura 3*.

Figura 3: Quantidade de Desligamentos Partidários por Ano¹⁰⁵

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Observando nossos dados até 2011, vemos que havia até então uma clara tendência (*trend*) temporal, cujas taxas de desligamento começaram a explodir particularmente no ano de 2007, e passou-se a repetir esse comportamento explosivo em anos não-eleitorais. A partir de 2012 a taxa de desligamento parece voltar à média, tendo, contudo, um novo crescimento súbito nos anos de 2015 e 2016. Algumas observações gerais devem ser feitas. Em primeiro lugar, e curiosamente, que a migração partidária (Freitas, 2012) não parece ser o principal motor de explicação das taxas de desligamento, visto que tais taxas cresceram justamente no período posterior que fez as migrações minguarem, a partir do estabelecimento da Resolução 22.526 do TSE, que dispõe sobre a fidelidade partidária. Também vemos que o desligamento partidário, assim como a entrada no partido, cresce especialmente em anos não-eleitorais (Speck, 2014). Notou Speck em seu estudo que boa parte dos novos ingressos partidários eram explicados pela lógica do ciclo eleitoral, com membros se juntando ao partido sobretudo nos meses de Setembro e Outubro, isto é, atentando-se para o tempo mínimo de filiação para poder se candidatar. Como há mais candidatos em eleições locais do que nacionais, nota

¹⁰⁵ Os dados do desligamento foram coletados até Abril de 2018.

ainda o autor que a filiação se intensificava justamente em anos pré eleições municipais. Todavia, essa narrativa não parece explicar totalmente o caso do desligamento partidário, como vemos pela *Figura 4*.

Figura 4: Desligamentos Partidários divididos pelo Ciclo Eleitoral

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Para uma melhor visualização da dinâmica dos desligamentos do ciclo eleitoral, separamos na *Figura 4* o ciclo em cada uma de suas quatro fases. Como podemos ver, a dinâmica dos anos pré-eleições locais se comporta tal como a dinâmica dos ingressos partidários analisados por Speck (2014), com uma intensificação dos desligamentos ocorrendo justamente nos meses de Setembro e Outubro, muito embora também haja um segundo pico considerável no mês de Dezembro. Vemos também um leve crescimento em Setembro/Outubro ano anterior às eleições nacionais e estaduais. Contrariamente o que vimos no Capítulo 2 com os ingressos, contudo, o mês em que mais desliga filiados nesse caso é em Dezembro. Note-se ainda que o maior volume de desligamentos de todo o ciclo eleitoral, em termos absolutos. Ou seja, esse cenário é um tanto diferente do que encontramos

no caso do recrutamento partidário. Todavia, como já tínhamos antevisto naquele capítulo, Dezembro de anos não-eleitorais é também o mês que há um súbito crescimento de ingressos partidários. Ou seja, podemos supor que membros costumam migrar de partido nessa época. Já para os anos eleitorais, vemos que os desligamentos ocorrem sobretudo em Março e Abril para as eleições locais, e sobretudo em Janeiro durante o ano de eleições nacionais. Para o ano de eleições locais, vale recordar que há o *outlier* de 2016 puxando os resultados para cima. Este ano foi o ano em que foi promulgada a “janela partidária”, através da EC 91/16.

Outro ponto importante em relação aos dados do TSE é que os registros de filiação partidária são mantidos mesmo quando um membro se desliga do partido. Consequentemente, há um maior número de entradas no banco do que de filiados regulares. Fazemos uma exploração inicial de tais dados em ambas as tabelas abaixo, em que alteramos ligeiramente a disposição fornecida pelo TSE para uma forma que consideramos ser mais intuitiva. A *Tabela 1* trata da situação do registro das entradas no banco. Dessa forma, define-se como *situação regular* os cidadãos atualmente inscritos em um partido, sendo estes 77,36% dos registros durante o período de 1980 a 2018. Tanto *cancelado* (20,46%) quanto *desfiliado* (2,14%) indicam que um cidadão já não é mais membro do partido, tal distinção sendo feita para controle interno do TSE. Segundo manuais de utilização do FiliaWeb (TRE-MG, 2008:33), a situação normal do desligamento se dá quando tanto o partido quanto o TSE reconhecem o desligamento do membro, registrando-se tal caso como *cancelado*. Caso somente o TSE aponte o desligamento, este ainda será tratado como cancelado, todavia caso somente o partido reconheça tal desligamento (e independentemente o motivo de tal desligamento, i.e., quer pela saída voluntária do membro, quer por sua expulsão), o registro será dado como *desfiliado*. Por fim, ‘*Sub judice*’ (0.04%) se refere a filiações partidárias que estão sob alguma disputa jurídica, usualmente problemas envolvendo a dupla filiação, cujas filiações, portanto, devem ainda ser validadas.

Tabela 1: Situação do Registro

<i>Situação do Registro</i>	<i>Frequência Absoluta</i>	<i>Frequência Relativa</i>
Regular	16.723.142	77,36%
Cancelado	4.422.900	20,46%
Desfiliado	461.569	2,14%
Sub judice	8.632	0,04%
Total	21.616.243	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Já a *Tabela 2* mostra o motivo pelo qual o cancelamento do membro ocorreu. Vemos, assim, que a razão de desligamento mais comum é o *cancelamento judicial* (41,49%). São assim classificados sobretudo os casos em que TSE identifica a dupla filiação, ou então outros casos resolvidos judicialmente. No período prévio à criação da Lei 12.891 de 2013, eram canceladas judicialmente todas as filiações aos partidos os quais um mesmo indivíduo estivesse filiado, independentemente de quando quaisquer dessas filiações tenham ocorrido. A partir do estabelecimento dessa lei, contudo, a filiação mais recente é mantida, e as demais são prejudicadas. Em seguida temos o *cancelamento pelo eleitor* (32,97%), i.e., a saída voluntária do membro. Originalmente, o Cancelamento Automático (21,29%) seria usado em caso de: i) morte, ii) perda dos direitos políticos, ou iii) outras formas previstas pelo estatuto. A partir da Lei 12.891/2013, todavia, foram acrescentadas aí as filiações canceladas em virtude de uma nova filiação tomando seu lugar. Recordando que antes dessa lei, ambas as filiações seriam canceladas judicialmente. Por fim, vemos que poucos partidos optam por expulsar seus membros compondo apenas 1,83% dos casos. Isso pode ser um indicativo de que os custos da expulsão (Bartolini, 1983) sejam comparativamente altos aqui.

Tabela 2: Motivo do Desligamento do Partido

<i>Motivo do Desligamento</i>	<i>Frequência Absoluta</i>	<i>Frequência Relativa</i>
Cancelado judicialmente	1.835.182	41,49%
Cancelado a pedido do eleitor	1.458.027	32,97%
Cancelamento Automático	1.040.140	23,52%
Cancelado a pedido do Partido	89.551	2,02%
Total	4.422.900	100.00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Já a *Figura 5* mostra a evolução dos distintos tipos de desligamento partidário ao longo dos anos. Como podemos ver, até o estabelecimento da Lei 12.891/2013 o *Cancelamento judicial* era a forma prevalente de desligamento partidário, ou seja, os membros partidários, quiçá pelo desconhecimento dos procedimentos legais corretos, buscavam automaticamente entrar em um novo partido, cancelando assim ambas suas filiações. Outro modo de desligamento prevalente em todo o período foi o *Cancelamento pelo Eleitor*, em contrapartida ao *Cancelamento pelo Partido*, raramente feito, e tendo seus picos nos anos de 2007 e 2012. Isso potencialmente possa vir a significar que o custo de saída voluntária do membro seja menor do que o custo de expulsão do partido¹⁰⁶. A classificação *Desfiliado* permanece relativamente baixa em todo o período, tendo seu pico em 2011, sendo este, contudo, o ano em que os desligamentos partidários aumentaram de modo geral.

¹⁰⁶ Para sabermos certamente se esse é o caso, todavia, deveríamos ter acesso ao contra-factual dos casos em que membros desejam sair mas não o fazem, bem como dos casos em que o partido quer expulsar um membro mas não o expulsa. Isto é, os casos em que, seja qual for o agente (partido ou membro), que $U_p > U_n$ - Csai.

Figura 5: Motivos Desligamento por Ano

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

O modo de desligamento mais difícil de se compreender é o *Cancelamento Automático*. Como vimos, a partir da Lei 12.891 de 2013, quando um indivíduo se filia a um novo partido, sua filiação de um partido anterior é cancelada automaticamente; o registro de ‘cancelamentos automáticos’, todavia, ocorre desde 2010. Magalhães (2009) nos dá uma pista desse problema. Segundo a autora, "Concernente aos prazos, o eleitor e os partidos políticos envolvidos em dupla filiação possuem 20 dias para apresentação de defesa e/ou manifestação (...). Caso a anotação não seja feita nessa data, as filiações serão canceladas automaticamente pelo sistema". Poderíamos levantar a hipótese, portanto, de que com o sistema FiliaWeb as duplas filiações passariam a ser canceladas sob o registro de ‘cancelamento automático’. Além disso, a Resolução 22.166 de 2006 estabelece o cruzamento de dados do registro de filiados do TSE com o de óbitos do INSS, para retirar do registro de filiados os membros falecidos. Segundo tal Resolução, o registro dos membros falecidos seria cancelado automaticamente pelo sistema. Há dois problemas com essas hipóteses levantadas aqui. Primeiramente, apesar de a Resolução do TSE ter sido criada em 2006, não há

registros de cancelamentos automáticos até 2010. É capaz, então, que ou tenham sido cancelados na rubrica ‘cancelamento judicial’, ou que somente a partir da criação do sistema FiliaWeb que o TSE passou a cruzar tais informações. Em segundo lugar, se as duplas filiações deixaram de ser canceladas judicialmente para serem canceladas automaticamente, isso não explicaria a concomitância, entre 2010 e 2013, de ambos os tipos de registro. É possível, assim, que outras formas de desfiliação estão em operação aqui, necessitando-se de uma pesquisa em mais profundidade para entender esse fenômeno.

Figura 6: Densidade Kernel do Tempo de Permanência dos Membros

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Como vimos, o desligamento partidário é um problema de *permanência no partido*. Olhemos, portanto, justamente para o tempo de permanência dos membros em seus respectivos partidos. Para gerarmos tal variável, duas operações foram feitas. Caso os membros se desligaram de seus partidos, calculamos a distância temporal entre a data de entrada e saída do mesmo. Caso o

membro seja um filiado regular, tiramos a diferença entre a data de entrada do membro e a data de obtenção dos nossos dados¹⁰⁷. Na Figura 5 (acima) plotamos a densidade Kernel do tempo de permanência dos membros, em anos. Dividimos ainda a densidade para os membros que pertenceram a algum partido no passado (migrou = 1), plotada em azul, e os membros que nunca vieram de outro partido. A curva em negro representa a totalidade dos registros de filiados, sem a discriminação se o membro migrou ou não de outro partido.

Primeiramente, vemos que a curva dos não-migrantes (mediana = 14,49 anos, média = 15,42 anos) muito se parece com a curva total do tempo de permanência (mediana = 12,51 anos, média = 14,17 anos). Isto se dá por um motivo mecânico, dos 21.821.998 registros de filiação, apenas 2.861.128 (i.e., cerca de 13,11%) migraram de partido. Assim sendo, a curva geral do tempo de permanência é afetada principalmente pelos não-migrantes. O pico dessas duas curvas, além da curva dos migrantes, entretanto, dá-se ao redor de 4 anos de filiação. A diferença principal da curva dos não-migrantes (mediana = 4,06 anos, média = 5,91 anos) em relação às outras duas, portanto, seria que seu pico é significativamente maior do que a das outras. Ou seja, há muito mais migrantes saindo do partido ao redor dos 4 anos do que não-migrantes.

Como estamos olhando o desligamento de membros, uma análise útil de ser feita seria o saldo de membros ingressando no partido *versus* que se estão se desligando. É o que vemos na Figura 7 (abaixo). Os três anos cujo saldo de membros foram os menores são 2010 (-23.351 membros), 2009 (16.529) e 2017 (59.852). 2010 foi ainda o único ano que apresentou um saldo negativo de membros. Já os anos com os maiores saldos foram 2003 (2.320.928 membros), 2007 (1.995.709) e 2011 (1.367.623). 2003 ser o ano com o maior saldo é compreensível, dado que foi o primeiro ano em que se passou a de fato registrar os desligamentos partidários, como vínhamos discutindo. Nota-se ainda que a tendência geral encontrada é a diminuição do saldo de membros. Ademais, o saldo parece estar relacionado mais uma vez com o ciclo eleitoral, com picos ocorrendo justamente em anos pré eleição local.

¹⁰⁷ Para o desligamento, atualizamos pela última vez nosso banco de dados no dia 24/03/2018.

Figura 7: Saldo de Filiados por Ano

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

5. Modelando o desligamento partidário

5.1. Variáveis de Interesse do Desligamento

Temos, assim, as bases para criarmos um modelo estatístico do desligamento partidário para o caso específico brasileiro. Definimos nossa *variável dependente*, portanto, como o *desligamento partidário*, sendo essa uma variável da família Binária, assumindo o valor de 1 para quando o membro se desfilia do partido, e 0 do contrário. Estamos interessados, pois, nas variáveis explicativas que afetariam a probabilidade de um membro tal se desfiliar de seu partido. Descrevemo-las abaixo.

Migração Partidária. Variável binária. Olhando as pesquisas de migração parlamentar (Melo, 2004; Santos, 2006; Freitas, 2012), vemos que costuma-se separar metodologicamente membros “fiéis” (representantes que não migraram de partido) de “infiéis”. Parece, assim, que a

chance de um indivíduo ter migrado de partido no passado aumenta as chances de fazê-lo em outras ocasiões.

Tempo de Permanência. Variável contínua, mensurada em anos. Caso a teoria geral do desligamento que propomos seja correta, e mantidas constantes outras alterações, esperamos que quanto mais tempo o membro permaneça no partido menor serão os incentivos deste de deixá-lo¹⁰⁸. Imaginamos, assim, em última análise, que membros que estão em seus partidos por um período prolongado de tempo ou têm contínuos benefícios de permanecer nele, ou os custos de sair do mesmo são maiores do que os de permanência. Assim sendo, seriam os membros novos do partido os que teriam mais chance de sair do partido.

Tipo do Ano de Recrutamento. Variável binária, assumindo 1 caso o membro tenha entrado em seu partido durante um ano eleitoral e 0 do contrário. Como vimos em nossa seção anterior, o argumento principal de Speck (2014) é que o recrutamento partidário no Brasil segue uma lógica que vai de acordo com o ciclo eleitoral. Podemos supor, portanto, que as estruturas de incentivos que mobilizaram o ingresso dos membros são distintas caso estes foram recrutados em anos eleitorais ou não-eleitorais. Assim sendo, supomos que igualmente distintas serão as estruturas que tratarão da permanência ou não desses mesmos membros em seus partidos.

População do Município. Variável categórica. Dado que Speck (2013) percebeu que o recrutamento partidário se dá no Brasil muito mais intensamente em municípios de pequeno porte, replicamos a utilização da mesma variável para verificar a existência de um padrão similar no caso do desligamento partidário. Como estamos interessados mais no tamanho da população em um sentido *lato*, faz pouco sentido teórico discutirmos a mudança que o acréscimo de 1 novo cidadão em dado município impactaria no desligamento partidário, explicada aí a transformação de nossa variável em categórica.

¹⁰⁸ O que não implica, por sua vez, no nível de atuação partidária deste mesmo indivíduo, objeto que deve ser tratado separadamente, mas tão somente na chance de sua permanência no partido.

IDHM. Variável contínua. Seguindo o raciocínio de Speck (2013) de que há uma associação entre taxa de ingresso no partido e a população, controlamos igualmente para o IDHM do município¹⁰⁹.

*Gênero*¹¹⁰. Variável categórica. Uma preocupação crescente na literatura é como as estruturas políticas discriminam a participação política de atores devido a seu gênero (Araújo, 2005; Coffé et al, 2010). Para o caso específico do Brasil, vemos que embora haja leis que estimulariam a participação feminina na política, na prática, tal participação é consideravelmente baixa. A forma pela qual tal variável afetaria nova variável dependente é um tanto ambígua. De um lado, poderíamos imaginar que desencantadas com essa estrutura adversativa para com sua participação, mulheres tenderiam a ter uma taxa de desligamento maior do que homens. É necessário, contudo, conjecturar-se acerca da estrutura de incentivos fornecida aos agentes dado o seu gênero. Assim sendo, seguindo a linha de raciocínio da regularidade das chamadas “candidaturas laranja”, supomos que os custos de saída sejam comparativamente altos em relação aos custos de permanência e, portanto, mulheres tenderiam mais a se tornar “membros adormecidos” (Pedersen et al, 2004). Acreditamos, portanto, que mulheres tenderiam a sair do partido menos do que homens.

*Ideologia do Partido*¹¹¹. Variável categórica. Mais do que simples máquinas eleitorais, partidos políticos são associações de indivíduos que buscam certos objetivos mais gerais¹¹². Ainda que não possamos simplificar a realidade a ponto de afirmar que a ideologia não seja o principal motor a explicar a busca dos objetivos e a forma pela qual o partido se organiza (Panebianco,

¹⁰⁹ Utilizamos os valores referentes ao IDHM de 2010.

¹¹⁰ Utilizamos o pacote “*genderBR*”, de Fernando Meirelles, para prever o gênero dos filiados.

¹¹¹ Utilizamos a categorização de Power & Zucco (2011) como base de nossa classificação ideológica. Como os autores trabalham somente com partidos que elegeram representantes no Congresso Nacional, contudo, tivemos de fazer algumas alterações para compartimentar os partidos que não atendem esses requisitos.

¹¹² Ainda que tais objetivos pareçam ser buscados cada vez com menos intensidade a medida que os partidos se institucionalizam (Michels, 1962, Panebianco, 2005:100-118). Apesar disso, aponta ainda Panebianco (2005) que a busca por tais objetivos nunca desaparece *completamente*, contrariamente a o que parece afirmar Michels através de sua lei de ferro das oligarquias.

2005:8-11), é fato ainda que a ideologia tem seu impacto na organização como um todo (Enyedi & Linek, 2008). Incluímos tal variável, portanto, como forma de controle de tais possíveis efeitos.

Tamanho do Partido. Variável Categórica¹¹³. A ideia de que o tamanho do partido afeta a organização partidária (e, conseqüentemente, também a estrutura de incentivos à permanência no partido, conforme esperamos) não é exatamente nova, sendo formulada desde Michels (1962), passando ainda por autores como Olson (2009), Panebianco (2005:350-353), Scarrow (1994), van Biezen et al (2002), dentre outros. Segundo tal linha de pesquisa, quanto maior o tamanho do partido, mais complexa seria sua organização, o que transformaria sua estrutura de incentivos.

Época de criação do Partido. Variável categórica. Divide os partidos políticos a partir do contexto político-institucional em que foram criados. É relativamente comum na literatura de organização partidária a ideia de que partidos novos venham a ter organização e estratégias políticas significativamente distintas dos partidos tradicionais, muitas vezes adotando-se inclusive uma postura claramente anti-partidária (Schedler, 1996; Sundberg, 1997; Sikk, 2012). Quanto ao caso brasileiro, vemos em Ribeiro (2013) que, com a exceção do PT, a estrutura organizativa dos partidos oriundos dos partidos do regime militar em muito se assemelha à estrutura detalhada pela LOPP. Seguindo essa lógica, hipotetizamos que a organização interna dos partidos políticos é afetada pela época em que foram criados. Observa-se que, de um ponto de vista teórico, tal efeito se daria independentemente da Idade do Partido ou de sua Ideologia. Conforme Panebianco (2005: 309-316), o período de formação é uma das variáveis que podem afetar a organização partidária como um todo. A divisão dos períodos que fizemos resulta da evolução da legislação brasileira no que tange a filiação partidária. Seriam esses períodos: i) Era LOPP (1980-1994); ii) Era Lei dos Partidos (1995-2003); iii) Era Filex (2003-2009); e iv) Era FiliaWeb (2009 - presente).

¹¹³ Dado que estamos estudando uma série de tempo mais limitada, bem como que não temos um ano de referência para analisar precisamente o número de filiados em certo período, decidimos por transformar tal variável em uma variável categórica. Classificamos como “partidos pequenos” os que estão abaixo do primeiro quartil do número médio de filiações do partido, como “partidos grandes” os que estão acima do terceiro quartil, e “partidos médios” o restante. Analisando a quantidade de filiados anualmente para o período de 2003 a 2018 não encontramos grandes mudanças de partidos indo de uma categoria para outra.

*Candidatura*¹¹⁴. Variável binária. A inclusão de tal variável foi feita para servir como *proxy* da condição de um membro ser ou não político. A suposição, assim, é que os custos e benefícios da permanência partidária são distintos para não políticos e políticos, estes últimos, como indica a literatura de migração (Melo, 2004; Santos, 2006; Freitas, 2012) potencialmente tendo maior disposição a “trair” seu partido¹¹⁵.

Região Federativa. Variável categórica. Variável de controle para as demais variáveis de ambiente.

Sigla do Partido. Variável categórica. Variável de controle para as demais variáveis partidárias.

5.2. Analisando os modelos de Desligamento

Como temos uma variável binária (o desligamento partidário) como nossa variável dependente, bem como estamos interessados no que altera a chance de um membro se desfiliar, acabamos por utilizar um modelo *logit* para estudar o nosso caso. Um problema que nos deparamos foi que dado o elevado número de entradas em nosso banco de dados, não dispomos de recursos computacionais suficientes que dêem conta do processamento de um modelo de tamanha magnitude. Nossa solução foi de fazer um processo de *bootstrapping*, criando 300 amostras, com reposição, contendo 10% do total de nosso banco¹¹⁶, calculando as regressões a partir desses subconjuntos de nossos dados. Fizemos ainda dois modelos, um incluindo a variável *Sigla do Partido* e outro

¹¹⁴Variável produzida através da combinação do banco de filiados com o banco de candidatos, ambos do TSE, conforme descrevemos em nosso Capítulo 3.

¹¹⁵Muito embora tal “traição”, como indica Freitas (2012) é uma via de mão dupla, e para um político sair de um partido outro necessita aceitá-lo. Há, portanto, uma lógica partidária na troca de legendas.

¹¹⁶O tamanho de nossas amostras bem como a quantidade de amostras feitas claramente é um processo um tanto arbitrário, utilizado para gerar variância em nossos resultados. Colocar em 10% o tamanho do banco foi também uma tática conservadora de nossa parte, visto que, com tamanhos maiores das amostras, esperar-se-ia por um efeito mecânico que os efeitos de nossas variáveis fosse igualmente maior. No futuro, pode-se testar rodar nosso modelo com diferentes tamanhos de amostras, mas, no momento, focamos aqui em realizar testes mais básicos.

omitindo. Como algumas de nossas variáveis-chave tinham alto índice de auto-correlação com a sigla partidária, e sendo tais variáveis de nosso interesse teórico, decidimos por criar esses dois modelos separados. Nossos achados podem ser vistos na Figura 7 e Figura 8 (abaixo). Os resultados foram transformados para razão de chance, possibilitando uma melhor leitura dos mesmos.

Figura 8: Modelo 1 - Incluindo Sigla do Partido e excluindo variáveis partidárias

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 9: Modelo 2 - Incluindo variáveis partidárias e excluindo Sigla do Partido

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Para ambos os modelos, o pseudo R-quadrado girou em torno de 0.31 para os métodos de McFadden e de Cox & Snell, bem como em torno de 0.45 para o método de Nagelkerke. Como nossos resultados estão em razão de chance, devemos interpretar uma razão de chance de 1 como sendo o equivalente a uma variável não tendo efeito estatístico (i.e., aumenta em 1 vez a chance de o desligamento partidário ocorrer), uma razão de chance menor do que 1 seria um efeito negativo (i.e., diminui-se as chances de se ter um desligamento, quando controlado por uma variável *ceteris paribus* as demais), e uma razão de chance maior do que 1 indica um efeito positivo na chance de o membro se desligar.

A principal mudança na inclusão de nossas variáveis controle seria a diminuição da razão de chance do intercepto, indo de 2,47 (d.p. = 0,03) para 1,17 (d.p. = 0,02). A variável que mais chama atenção em ambos os modelos seria a *dummy* que testa se o membro veio de outro partido, com uma razão de chance média 5 vezes maior de sair do partido. Conforme esperávamos, o fato de o indivíduo ter sido recrutado em ano eleitoral diminui a chance de sair do partido, i.e., ele ter sido recrutado em ano não-eleitoral aumenta suas chances. Tal fato talvez possa ser explicado devido a

candidatos comumente trocando de partidos de uma eleição para outra. Esse argumento é corroborado pelo fato de que ter se candidatado pelo partido aumenta em torno de 1,5 vezes a chance do membro se desligar. Vemos ainda que mulheres tendem a se desligar menos do partido do que homens. Tal fato pode estar relacionado à autocorrelação entre ser homem e se candidatar a um cargo público, dado que mulheres ainda sentem dificuldade de entrar no espaço público (Araújo, 2005). Por fim, a ideologia do partido parece afetar levemente a chance de um indivíduo se desligar, membros de partidos de esquerda tendo a chance de sair do partido 1,05 vezes maior (d.p. = 0.007) que de partidos do centro e partidos de direita tendo uma chance 1.26 vezes maior (d.p. = 0.007). Além de estatisticamente significativas, podemos ver que o intervalo de confiança de tais variáveis não se cruzam, podendo se ver bem a distinção do efeito de cada variável, ainda que o impacto da ideologia seja relativamente baixo na chance de o membro se desligar.

Curiosamente, vemos que a Idade do Partido, o Tempo de Filiação e o IDH municipal não são estatisticamente significativos. Similarmente, vemos que as categorias para Região, Tamanho do Partido, ou a População, quando estatisticamente significativas, acabam tendo *overlapping* em seus I.C., dificultando a análise de tais variáveis. Por outro lado, a Era de Fundação dos partidos parece impactar na chance dos membros se desligarem, quiçá mostrando alguma relação institucional dos partidos, para além de sua idade ou número de membros, que não conseguimos captar com nossas presentes variáveis.

6. Notas Finais

O presente capítulo tratou do elemento final que constitui o ciclo de filiação partidária, o desligamento partidário. Apesar de a tempos ser reconhecido seu impacto (Duverger, 1959:378-397; Michels, 1962:65; Schattschneider, 1942:64-65) a filiação partidária enquanto objeto próprio de pesquisa permanece sendo um campo relativamente novo de estudo. Mais raro ainda são os estudos que tratam do desligamento partidário enquanto objeto independente de pesquisa. Os poucos estudos

que se aventuraram por esse tema usualmente o fizeram a partir de uma perspectiva pessimista de “crise da filiação partidária” (Selle & Svåsand, 1991; Katz & al, 1992; Tan, 1997), que faria parte de um sintoma geral de uma ideia de crise dos partidos gerais como um todo. Tal figura dessa crise teria gerado tamanho impacto na literatura específica que seria difícil de tratar do tema sem tocar em tal tópico, seja para concordar com tal tese, seja para negá-la.

A despeito de tal discussão, vimos que a questão fundamental para o desligamento partidário seria por que o membro (ou o dirigente que o expulsa) deseja livremente incorrer nos custos de sair do partido. A alternativa que normalmente seria mais barata seria a de se tornar um *sleeping member* (Pedersen et al, 2004). Esse ‘membro adormecido’ seria aquele que está ligado ao partido somente por ter seu nome na relação de filiados, não participando de nenhuma atividade do mesmo. A saída do partido, portanto, não depende tão somente da comparação da utilidade de não pertencer ao partido *vis-à-vis* a utilidade de permanecer no partido; mas, mais precisamente, a utilidade de permanecer no partido *vis-à-vis* a utilidade de permanecer no partido somado ao custo de sair do mesmo.

Escolher o caso específico do Brasil não se trata de mera curiosidade local, mostrando-se fértil do ponto de vista do estado da arte como todo. A combinação das características continentais do país, suas altas taxas de filiação, bem como a fácil disponibilização dos dados de filiação partidária tornam o caso brasileiro único. Apesar de dúvidas gerais quanto a validade de tais dados levantados pelo senso comum, Speck (2013,2014) defende que a forma pela qual os dados são coletados, bem como a variação de seus dados no geral, dão razões suficientes para se minimizar as suspeitas de que haja algum tipo de viés sistemático neles. Vimos que para o caso específico do desligamento partidário, contudo, há sim um viés significativo, com o registro dos desligamentos sendo efetivamente feitos após a criação da Resolução 21.574 de 2003, que criou o sistema eletrônico brasileiro de registro de filiação. Avaliamos, pois, que o autor que deseja analisar tais dados, portanto, deve fazer um recorte temporal em seus registros a partir de tal período.

Apresentamos dois modelos estatísticos para o desligamento eleitoral no presente artigo, um controlando pela Sigla do Partido e outro não. Para ambos os modelos, vemos que membros recrutados em anos eleitorais (ou seja, que não visam imediatamente se candidatar a um cargo eletivo) tendem a sair menos dos partidos políticos. Similarmente, pessoas que se candidataram a algum cargo partidário tendem a sair mais dos partidos do que aqueles que optaram ou não tiveram a chance de concorrer. Isso parece corroborar o que imagina-se do quadro político brasileiro, onde políticos costumeiramente mudam de partido conforme vão competindo eleitoralmente. Um fato que parece também ir nesse sentido é o alto impacto da variável 'migrou de partido'. O fato de o membro ter vindo de outro partido aumenta em 5 vezes a chance de sair do partido atual. Membros mulheres parecem também se desfiliar menos do que homens, talvez pelo fato de que a maior parte dos candidatos no Brasil serem homens. Curiosamente, o tempo de filiação não é estatisticamente significativo para nossos modelos. Apesar de nossas variáveis relativas às subunidades da federação não serem significativas, defendemos que estas devem de alguma forma serem contempladas, ainda que seja feito futuramente por outra maneira. Nossas variáveis partidárias de controle, apesar de significativas, ainda não têm um sentido claro de sua influência na saída dos membros.

Uma crítica geral que podemos fazer a nós mesmos é que as variáveis relacionadas aos partidos políticos que incluímos em nosso modelo são variáveis que influenciam mais a organização do partido político como um todo do que o desligamento partidário em si. Todavia, como a organização partidária no Brasil ainda é uma “caixa preta”, e o estudo de Ribeiro (2013) sendo um dos poucos que investiga a organização partidária em um sentido geral, não tivemos muita escolha senão incluir tais variáveis como forma de controlar tais mudanças organizacionais. Ficaria para trabalhos futuros a criação de variáveis que conformam melhor a realidade dos partidos políticos enquanto sua estrutura organizativa. Igualmente, a não significância estatística das variáveis ambientais não necessariamente significa que tais variáveis não influenciam o desligamento partidário de forma alguma. Muito trabalho deverá ser feito pela frente, portanto, para que tenhamos

modelos que melhor representem a realidade do caso brasileiro. Por outro lado, enquanto que tais dados trariam, sim, um ganho de eficiência para o modelo, isso não quer dizer que nossos achados sejam desprezáveis. Acreditamos que demos um primeiro passo certo para a compreensão acerca do desligamento partidário. Devemos, agora, melhor trabalhar na compreensão de como instituições internas e externas aos partidos afetam tal fenômeno.

Conclusão

Chegamos finalmente à etapa final da presente pesquisa. Como dizíamos ainda em nossa Introdução, nossos capítulos foram escritos de forma tal que possam ser lidas de forma semi-independente uns dos outros — afinal, esta é também a característica principal da filiação partidária. Faremos neste presente capítulo, assim, um apanhado geral de nossos achados de projeto, bem como encaminhamentos futuros que se pode ser dado ao estudo da filiação partidária, seja essa concebida de forma geral, seja para o estudo do caso específico brasileiro.

Em nossa opinião, a contribuição mais importante que chegamos a oferecer continua sendo o conceito de *ciclo da filiação partidária*. Como vimos, definimos a filiação partidária como um ciclo composto de três etapas, o recrutamento partidário, a ação partidária e o desligamento partidário. Em uma metáfora biológica, assim como um ser vivo nasce, cresce e morre, também o membro partidário ingressa no partido, atua dentro dele e, por fim, desliga-se. Afirmar que a filiação partidária se conforma em um ciclo não significa dizer que ela é composta de partes completamente independentes, mas sim que, a depender do objetivo do pesquisador, estamos observando o mesmo fenômeno (a filiação partidária) sob enfoques distintos. A principal vantagem do conceito do ciclo da filiação partidária se dá justamente em fornecer ao pesquisador uma nova ferramenta analítica para se compreender a realidade do fenômeno observado. Claro, pode-se dizer que o conceito de ciclo da filiação por vezes é demasiado simplificador da realidade, e que agentes políticos não exatamente realizam suas ações de acordo com a divisão analítica por nós proposta. Todavia, a parcimônia é justamente o que buscamos quando criamos um novo conceito nas ciências sociais de maneira geral. Todo modelo analítico, afinal, é uma simplificação da realidade com a qual trabalha. Através de nosso conceito do ciclo da filiação, assim, acreditamos ser mais plausível se realizar a agenda de pesquisas proposta por Heidar (2007) acerca da filiação partidária.

Um segundo fator de extrema importância da presente pesquisa foi colocar o Brasil no centro da discussão da filiação partidária. Se, por um lado, como aponta Speck (2014), a opinião pública parece ser de desconfiança quanto os dados existentes acerca da filiação partidária no Brasil,

por outro, o caso nacional possui particularidades tais que o torna especialmente interessante de ser estudado. Ademais, caso realmente haja fraudes quanto aos membros filiados nos partidos brasileiros, a reação dos pesquisadores deveria ser não a de rejeitar estudo da filiação brasileira, mas justamente o contrário, analisar quais seriam as regras do jogo que incentivariam os dirigentes a realizar tais fraudes, bem como quais os ganhos dos agentes ao cometê-las.

Acreditamos, assim, que o caso brasileiro possua cinco vantagens analíticas que tornem notório seu estudo sob uma perspectiva comparada mais abrangente. Seriam essas: i) a pluralização de estudos de caso não-europeus, cuja literatura acabou viciada pelo debate acerca da suposta crise da filiação partidária; ii) a alta taxa de filiação partidária do Brasil, quando comparado com países europeus, com 11,45% do eleitorado pertencendo a algum partido; iii) condições ambientais únicas do caso brasileiro, sistema presidencial, multipartidário e federalista, o que permite uma gama de estudos acerca do papel das instituições na filiação partidária, sobretudo por ser um sistema radicalmente diferente do normalmente encontrado nos sistemas europeus; iv) foram realizadas no Brasil mudanças institucionais significativas acerca da organização partidária e, por conseguinte, da filiação partidária ao longo das últimas décadas, reforçando-se o ponto anterior; e por fim, o ponto mais significativo, v) a disponibilização pública dos dados de filiação para todos os partidos do Brasil, controlada por uma instituição externa aos mesmos.

A principal vantagem de os dados de filiação partidária serem coletados e administrados pelo TSE seria que podemos prescindir da disponibilização dos mesmos pelos partidos políticos, o que facilita a coleta dos dados de maneira geral. Outra vantagem que a obrigatoriedade do registro dos filiados seria que, contrariamente ao que se vê nos estudos europeus (Bartolini, 1983:178; van Biezen et al, 2012:26), conseguimos ter acesso a dados de filiação de partidos de pequeno porte, que sob outras condições usualmente não investem seus escassos recursos no controle do registro dos membros partidários. Teoricamente, assim, poderíamos imaginar que o registro brasileiro seria mais preciso do que relações de filiados coletadas de maneira indireta. Todavia uma questão ainda precisa

ser esclarecida quanto a validade dos dados de filiação: o fato de que *surveys* políticos, quando incluem perguntas acerca da filiação partidária, parecem obter uma taxa de respondentes que afirmam pertencer a um partido significativamente mais baixa do que o declarado pelos registros do TSE; contrariamente, no contexto Europeu, tanto os *surveys* quanto os dados reportados pelos partidos parecem ter taxas relativamente similares, e estáveis ao longo do tempo (van Biezen et al, 2012).

Como argumentamos, isso não significa que os dados brasileiros são inutilizáveis, mas sim que devemos ter cautela quanto aos dados encontrados. Além disso, *surveys* que possuem perguntas diretamente relacionadas à filiação política ainda são extremamente raros no Brasil, não sendo possível descartar a hipótese de que os poucos *surveys* que contrariam os dados oficiais possam ter tido algum problema de formulação. Speck et al (2015), por exemplo, argumentam que seja possível que haja algo que desmotive os respondentes brasileiros a admitir pertencer a um partido político. Outra hipótese que levantamos no Capítulo 1 foi a possibilidade de o indivíduo imaginar que tenha se desligado sem de fato tê-lo feito, dada a complexidade do desligamento partidário no Brasil. Como não possuímos dados suficientes acerca desse ponto, devemos nos contentar em afirmar somente que necessitamos de mais dados antes que façamos qualquer tipo de julgamento.

Claramente, nossa atual pesquisa claramente não tem a intenção de solucionar todos as questões da filiação partidária. Assim sendo, conseguimos visualizar alguns caminhos que a pesquisa da filiação no Brasil pode seguir encaminhando para se avançar na pesquisa brasileira. Um primeiro ponto seria quanto a nossos modelos. Fizemos os mesmos mais com uma intenção de dar um pontapé inicial na agenda da filiação partidária, ainda que acreditemos que pudemos ter elucidado algumas questões ao fazê-los. Nossos testes empíricos, assim, deveriam ser feitos, além de análises de pós-regressão, largamente ignoradas no presente projeto dado nosso tempo limitado.

Relacionadamente, uma questão a se pensar são as variáveis independentes utilizadas para estudar nosso problema. Para além do ciclo eleitoral e das mudanças institucionais, um fator

marcante de influência da filiação partidária no Brasil, pelo que pudemos depreender dos modelos com os quais trabalhamos, seria a organização partidária de maneira geral. Variáveis como o tempo de filiação do membro, o fato de ter pertencido a outro partido ou de ter se candidatado no passado, por exemplo, parecem ser bons preditores para várias etapas da filiação partidária no Brasil. Nossos achados parecem ter respaldo em Hofnung (1996), que já nos anos 1990 afirmava a importância das instituições internas do partido para a filiação partidária como um todo. Todavia, ainda sabemos muito pouco do “jardim secreto” (Marsh, 1988) da política brasileira, e a impressão que nossos modelos nos dá é que potencialmente há variáveis relativas à organização partidária que acabamos omitindo. Embora já existam grandes estudos acerca da organização partidária brasileira (e.g., Amaral, 2010; Guarnieri, 2011; Ribeiro, 2013), estes deveriam ser intensificados para que possamos avançar na nossa compreensão do fenômeno da filiação partidária no Brasil.

Apesar dessas deficiências, acreditamos que conseguimos contribuir para a compreensão da filiação partidária como um todo, ainda que de forma muito singela. Como já apontado por Heidar (2007), ainda há muito a se estudar acerca do funcionamento da filiação partidária. Terminamos aqui com a mesma esperança de Heidar proferida em congresso em 2007: *it would be nice to know about party members*. O caminho, apesar de árduo, torna-se mais claro a medida que novas contribuições vão sendo feitas. Cabe a nós, pesquisadores, criar as ferramentas necessárias para desvendar o fenômeno da filiação partidária.

Referências Bibliográficas

- Albertazzi, D. (2016). Going, going,... not quite gone yet? 'Bossi's Lega' and the survival of the mass party. *Contemporary Italian Politics*, 8(2), 115-130.
- Aldrich, J. H. (1995). *Why parties?: The origin and transformation of political parties in America*. University of Chicago Press.
- Alexander, H. E., & Federman, J. (Eds.). (1989). *Comparative political finance in the 1980s* (Vol. 7). Cambridge University Press.
- Amaral, O. M. E. D. (2010). As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009.
- Amaral, O. (2014). Por dentro das bases partidárias: Uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. *Instituto de Iberoamerica*.
- Bachrach, P., & Baratz, M. S. (1963). Decisions and nondecisions: An analytical framework. *American political science review*, 57(3), 632-642.
- Bartolini, S. (1983). The membership of mass parties: the social democratic experience, 1889-1978.
- Bawn, K., Cohen, M., Karol, D., Maskett, S., Noel, H., & Zaller, J. (2012). A theory of political parties: Groups, policy demands and nominations in American politics. *Perspectives on Politics*, 10(3), 571-597.
- Braga, M. D. S. S. (2008). Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, 14(2), 454-485.
- Bruter, M., & Harrison, S. (2009). Tomorrow's leaders? Understanding the involvement of young party members in six European democracies. *Comparative Political Studies*, 42(10), 1259-1290.
- CESOP. (2013). Representação política de filiados partidários do estado de São Paulo. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/3777. Último Acesso: 10/08/2018.
- Chandra, K. (2007). *Why ethnic parties succeed: Patronage and ethnic head counts in India*. Cambridge University Press.
- Clark, P. B., & Wilson, J. Q. (1961). Incentive systems: A theory of organizations. *Administrative science quarterly*, 129-166.
- Cross, W., & Young, L. (2004). The contours of political party membership in Canada. *Party Politics*, 10(4), 427-444.

- Coppedge, M. (1997). A classification of Latin American political parties. Kellogg Institute Working Paper 244.
- Cross, W., & Young, L. (2008). Activism among young party members: the case of the Canadian liberal party. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 18(3), 257-281.
- Daalder, H. (1992). A crisis of party?. *Scandinavian Political Studies*, 15(4), 269-288.
- Dennis, J. (1966). Support for the party system by the mass public. *American Political Science Review*, 60(3), 600-615.
- Duverger, M. (2012). Los partidos políticos. Fondo de Cultura Económica, 22ª reimpressão.
- Eleitoral, B. T. S. (2016). Código eleitoral anotado e legislação complementar.
- Fernandes, L. (1995). Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. *Dados*, 38(1), 107-144.
- Ferraz, C., & Finan, F. (2007). Electoral accountability and corruption in local governments: evidence from audit reports.
- Formisano, R. P. (2015). *The Birth of Mass Political Parties: Michigan, 1827-1861*. Princeton University Press.
- Fox, R. L., & Lawless, J. L. (2005). To run or not to run for office: Explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*, 49(3), 642-659.
- Freitas, A. M. D. (2008). Migração partidária na Câmara dos Deputados (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Gallagher, M., & Marsh, M. (1988). *Candidate selection in comparative perspective: The secret garden of politics* (Vol. 18). Sage Publications Ltd.
- Granik, S. (2005). Membership benefits, membership action: why incentives for activism are what members want. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 14(1-2), 65-89.
- Geddes, B. (2005). Why parties and elections in authoritarian regimes?. In *annual meeting of the American Political Science Association*.
- Gallagher, M., & Marsh, M. (1988). *Candidate selection in comparative perspective: The secret garden of politics* (Vol. 18). Sage Publications Ltd.

Gallagher, M., & Marsh, M. (2004). Party membership in Ireland: the members of Fine Gael. *Party Politics*, 10(4), 407-425.

Guarnieri, F. (2011). A força dos partidos" fracos". *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 54(1).

Gujarati, D. N., & Porter, D. (2009). Basic Econometrics. Mc Graw-Hill International Edition.

Hajnal, Z. L., & Lee, T. (2011). Why Americans don't join the party: Race, immigration, and the failure (of political parties) to engage the electorate. Princeton University Press.

Hazan, R. Y., & Rahat, G. (2010). *Democracy within parties: Candidate selection methods and their political consequences*. Oxford University Press.

Heidar, K. (1994). The polymorphic nature of party membership. *European Journal of Political Research*, 25(1), 61-86.

Heidar, K., & Saglie, J. (2003a). A decline of linkage? Intra-party participation in Norway, 1991–2000. *European Journal of Political Research*, 42(6), 761-786.

Heidar, K., & Saglie, J. (2003b). Predestined parties? Organizational change in Norwegian political parties. *Party Politics*, 9(2), 219-239.

Heidar, K. (2006). Party membership and participation. *Handbook of party politics*, 301-315.

Heidar, K. (2007). What would be nice to know about party members in European democracies. In ECPR Joint Session of Workshops, Helsinki (pp. 7-12).

Hetherington, M. J. (2001). Resurgent mass partisanship: The role of elite polarization. *American Political Science Review*, 95(3), 619-631.

Hofnung, M. (1996). Public financing, party membership and internal party competition. *European Journal of Political Research*, 29(1), 73-86.

Hinnebusch, R. A. (1983). Party activists in Syria and Egypt: Political participation in authoritarian modernizing states. *International Political Science Review*, 4(1), 84-93.

Howard, M. M. (2003). 10 Why post-communist citizens do not join voluntary organizations. *Social capital and the transition to democracy*, 20, 165.

Ignazi, P. (1996). The crisis of parties and the rise of new political parties. *Party Politics*, 2(4), 549-566.

ISSP Research Group. (2012). International Social Survey Programme: Citizenship-ISSP 2004. GESIS Data Archive, Cologne. ZA3950 Data file Version, 1(0).

Katz, R. S., Mair, P., Bardi, L., Bille, L., Deschouwer, K., Farrell, D., ... & Poguntke, T. (1992). The membership of political parties in European democracies, 1960-1990. *European Journal of Political Research*, 22(3), 329-345.

Kölln, A. K. (2014). Party decline and response: the effects of membership decline on party organisations in Western Europe, 1960-2010.

Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschie, S., & Frey, T. (2008). West European politics in the age of globalization (pp. 359-366). Cambridge: Cambridge University Press.

Lawless, J. L. (2012). *Becoming a candidate: Political ambition and the decision to run for office*. Cambridge University Press.

Leighley, J. E. (1995). Attitudes, opportunities and incentives: A field essay on political participation. *Political research quarterly*, 48(1), 181-209.

Madeira, R. M., & da Silva Tarouco, G. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates (UFRGS)*.

Madeira, R. M., & da Silva Tarouco, G. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)*.

Magalhães, M. (2009). O procedimento de duplicidade de filiação partidária e os princípios do contraditório e da ampla defesa. *Revista Julg.*, pp. 203-223.

Mainwaring, S., Meneguello, R., & Power, T. J. (2000). Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases. *Paz e Terra*.

McFarland, D. A., & Thomas, R. J. (2006). Bowling young: How youth voluntary associations influence adult political participation. *American sociological review*, 71(3), 401-425.

Michels, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Editora Universidade de Brasília.

Miguel, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, (20).

Müller, W. C., & Ulram, P. A. (1995). The Social and Demographic Structure of Austrian Parties, 1945-93. *Party Politics*, 1(1), 145-160.

Müller, W. C. (2000). Patronage by national governments. In *The nature of party government* (pp. 141-160). Palgrave Macmillan UK.

Norris, P. (2004). Building political parties: Reforming legal regulations and internal rules. Report commissioned by International IDEA.

Olson, M. (2009). *The logic of collective action* (Vol. 124). Harvard University Press.

Panebianco, A. (2005). Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. Martins Fontes.

Pedersen, K., Bille, L., Buch, R., Elklit, J., Hansen, B., & Nielsen, H. J. (2004). Sleeping or active partners? Danish party members at the turn of the millennium. *Party Politics*, 10(4), 367-383.

Pennings, P., & Hazan, R. Y. (2001). Democratizing candidate selection: causes and consequences. *Party Politics*, 7(3), 267-275.

Posner, D. N. (2004). The political salience of cultural difference: Why Chewas and Tumbukas are allies in Zambia and adversaries in Malawi. *American Political Science Review*, 98(4), 529-545.

Putnam, R. D. (2000). Bowling alone: America's declining social capital. In *Culture and politics* (pp. 223-234). Palgrave Macmillan, New York.

Rahat, G. (2009). Which Candidate Selection Method is the Most Democratic? 1. Government and Opposition, 44(1), 68-90.

Reiter, H. L. (1989). Party Decline in the West A Skeptic's View. *Journal of Theoretical Politics*, 1(3), 325-348.

Ribeiro, P. F. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (10), 225-265.

Ribeiro, P. F. (2014). What Do These People Want? Membership and Activism in Brazilian Political Parties. In *Contemporary Meanings of Party Membership Workshop*. ECPR Joint Sessions of Workshops. Barcelona, ECPR.

Ribeiro, P. F. (2015). Joining a Political Party: Paths to Membership and Activism in Contemporary Brazil. Working Papers 26/2015. Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca

Rodrigues, L. M. (2009). Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.

Rosenblum, N. L. (2000). Political parties as membership groups. *Columbia law review*, 813-844.

Sabatier, P. A. (1992). Interest Group Membership and Organization: Multiple Theories, w: The Politics of Interest, red. M. Petracca.

- Sartori, G. (1965). *Democratic theory* (Vol. 579). Praeger.
- Seyd, P., & Whiteley, P. (2004). British party members: An overview. *Party Politics*, 10(4), 355-366.
- Scarrow, S. E. (1994). The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships. *European Journal of Political Research*, 25(1), 41-60.
- Scarrow, S. E. (1999). Parties and the expansion of direct democracy: Who benefits?. *Party Politics*, 5(3), 341-362.
- Scarrow, S. E., Dalton, R. J., & Wattenberg, M. P. (2000). Parties without members?: party organization in a changing electoral environment. *Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies*, 79-101.
- Scarrow, S. E., & Gezgor, B. (2006). Trends in party membership and membership participation: smaller parties, different types of members. In Midwest Political Science Association Annual Meeting, Chicago (pp. 20-23).
- Scarrow, S. E., & Gezgor, B. (2010). Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics*, 16(6), 823-843.
- Scarrow, S. E. (2014a). *Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization*. OUP Oxford.
- Scarrow, S. E. (2014b). Multi-Speed Membership Parties: Evidence and Implications. *Contemporary Meanings of Party Membership*, ECPR Joint Sessions of Workshops, Salamanca, Spain (pp. 1-30).
- Schattschneider, E. (2017). *Party government: American government in action*. Routledge.
- Schnytzer, A., & Šušteršič, J. (1998). Why join the party in a one-party system?: Popularity versus political exchange. *Public Choice*, 94(1), 117-134.
- Szczerbiak, A. (2001). The new Polish political parties as membership organizations. *Contemporary Politics*, 7(1), 57-69.
- Selle, P., & Svåsand, L. (1991). Membership in party organizations and the problem of decline of parties. *Comparative Political Studies*, 23(4), 459-477.
- Seyd, P., & Whiteley, P. (1992). *Labour's grass roots: The politics of party membership*. Oxford University Press.
- Seyd, P. (1999). New parties/new politics? A case study of the British Labour Party. *Party Politics*, 5(3), 383-405.

- Short, C. (1996). Women and the Labour party. *Parliamentary Affairs*, 49(1), 17-26.
- Speck, B. W. (2013). Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. *Cadernos Adenauer*, 14(2), 37-60.
- Speck, B. W. (2014). Political ambition and the spoils of victory: An exploratory analysis of party membership in Brazil. In ECPR Joint Sessions of Workshops, Salamanca.
- Speck, B. W., Braga, M. D. S. S., & Costa, V. (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), 125-148.
- Strom, K. (1990). A behavioral theory of competitive political parties. *American journal of political science*, 565-598.
- Sundberg, J. (1987). Exploring the basis of declining party membership in Denmark: A Scandinavian comparison. *Scandinavian Political Studies*, 10(1), 17-38.
- Sundberg, J. (1997). Compulsory party democracy: Finland as a deviant case in Scandinavia. *Party Politics*, 3(1), 97-117.
- Szczerbiak, A. (2001). The new Polish political parties as membership organizations. *Contemporary Politics*, 7(1), 57-69.
- Szelényi, S. (1987). Social inequality and party membership: Patterns of recruitment into the Hungarian Socialist Workers' Party. *American Sociological Review*, 559-573.
- Tan, A. C. (1997). Party change and party membership decline: An exploratory analysis. *Party Politics*, 3(3), 363-377.
- Togeby, L. (1992). The nature of declining party membership in Denmark: causes and consequences. *Scandinavian Political Studies*, 15(1), 1-19.
- Van Biezen, I., Mair, P., & Poguntke, T. (2012). Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, 51(1), 24-56.
- Van Haute, É. (2009). *Adhérer à un parti. Aux sources de la participation politique*. Editions de l'université de Bruxelles.
- Van Haute, E. (2011a). Party membership: An under-studied mode of political participation. *Party Membership in Europe: Exploration into the Anthills of Party Politics*, 7-22.
- Van Haute, E. (2011b). *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of party politics*. Editions de l'Université de Bruxelles.

Von dem Berge, B., Poguntke, T., Obert, P., & Típei, D. (2013). *Measuring Intra-Party Democracy: A Guide for the Content Analysis of Party Statutes with Examples from Hungary, Slovakia and Romania*. Springer Science & Business Media.

Vieira, R. D. S. (2002). Partidos políticos brasileiros: das origens ao princípio da autonomia político-partidária.

Webb, P. D. (1995). Are British political parties in decline?. *Party Politics*, 1(3), 299-322.

Webb, P., Poletti, M., & Bale, T. (2017). So who really does the donkey work in ‘multi-speed membership parties’? Comparing the election campaign activity of party members and party supporters. *Electoral Studies*, 46, 64-74.

Weber, M. (1991). *Escritos políticos* (Vol. 1531). Alianza Editorial.

Wiesehomeier, N., & Benoit, K. (2007). Presidents and Parties in Policy Space: Expert surveys of policy positions in 18 Latin American countries. In presentation at the V Congreso Europeo CEISAL de latinoamericanistas, Brussels.

Whiteley, P. (2009). Where have all the members gone? The dynamics of party membership in Britain. *Parliamentary Affairs*, 62(2), 242-257.

Whiteley, P. F. (2011). Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. *Party Politics*, 17(1), 21-44.

Young, L., & Cross, W. (2002). The rise of plebiscitary democracy in Canadian political parties. *Party Politics*, 8(6), 673.

Zucco, C. (org.) (2011). *O Congresso por Ele Mesmo - Autopercepções da Classe Política Brasileira*.

Apêndice

Capítulo 2

I) Testes de Estacionariedade

- Quantidade de Membros:

Augmented Dickey-Fuller Test
alternative: stationary

Type 1: no drift no trend

	lag	ADF	p.value
[1,]	0	-9.22	0.01
[2,]	1	-8.46	0.01
[3,]	2	-6.65	0.01
[4,]	3	-5.91	0.01
[5,]	4	-4.83	0.01
[6,]	5	-4.18	0.01

Type 2: with drift no trend

	lag	ADF	p.value
[1,]	0	-10.41	0.01
[2,]	1	-9.91	0.01
[3,]	2	-8.04	0.01
[4,]	3	-7.36	0.01
[5,]	4	-6.17	0.01
[6,]	5	-5.45	0.01

Type 3: with drift and trend

	lag	ADF	p.value
[1,]	0	-10.40	0.01
[2,]	1	-9.90	0.01
[3,]	2	-8.03	0.01
[4,]	3	-7.35	0.01
[5,]	4	-6.16	0.01
[6,]	5	-5.44	0.01

Phillips-Perron Unit Root Test
alternative: stationary

Type 1: no drift no trend

	lag	Z_rho	p.value
	5	-129	0.01

Type 2: with drift no trend

	lag	Z_rho	p.value
	5	-148	0.01

Type 3: with drift and trend

	lag	Z_rho	p.value
--	-----	-------	---------

5 -148 0.01

Note: p-value = 0.01 means p.value <= 0.01

KPSS Unit Root Test
alternative: nonstationary

Type 1: no drift no trend
lag stat p.value
3 4.94 0.01

Type 2: with drift no trend
lag stat p.value
3 0.0328 0.1

Type 1: with drift and trend
lag stat p.value
3 0.0258 0.1

Note: p-value = 0.01 means p.value <= 0.01
: p-value = 0.10 means p.value >= 0.10

- Detrended Quantidade de Membros

Augmented Dickey-Fuller Test
alternative: stationary

Type 1: no drift no trend
lag ADF p.value
[1,] 0 -10.43 0.01
[2,] 1 -9.93 0.01
[3,] 2 -8.06 0.01
[4,] 3 -7.38 0.01
[5,] 4 -6.18 0.01
[6,] 5 -5.46 0.01

Type 2: with drift no trend
lag ADF p.value
[1,] 0 -10.42 0.01
[2,] 1 -9.91 0.01
[3,] 2 -8.04 0.01
[4,] 3 -7.37 0.01
[5,] 4 -6.17 0.01
[6,] 5 -5.45 0.01

Type 3: with drift and trend
lag ADF p.value
[1,] 0 -10.40 0.01
[2,] 1 -9.90 0.01
[3,] 2 -8.03 0.01
[4,] 3 -7.35 0.01
[5,] 4 -6.16 0.01

[6,] 5 -5.44 0.01

Note: in fact, p.value = 0.01 means p.value <= 0.01

Phillips-Perron Unit Root Test
alternative: stationary

Type 1: no drift no trend
lag Z_rho p.value
15 -140 0.01

Type 2: with drift no trend
lag Z_rho p.value
15 -140 0.01

Type 3: with drift and trend
lag Z_rho p.value
15 -140 0.01

Note: p-value = 0.01 means p.value <= 0.01

KPSS Unit Root Test
alternative: nonstationary

Type 1: no drift no trend
lag stat p.value
12 0.0276 0.1

Type 2: with drift no trend
lag stat p.value
12 0.0273 0.1

Type 1: with drift and trend
lag stat p.value
12 0.0271 0.1

Note: p.value = 0.01 means p.value <= 0.01
: p.value = 0.10 means p.value >= 0.10

- **Variáveis Mensais (Dummies Janeiro ... Dezembro) & Eleição**

***observação: como essas são variáveis sazonais, elas mostram um trend no 12º lag.**

Augmented Dickey-Fuller Test
alternative: stationary

Type 1: no drift no trend
lag ADF p.value
[1,] 0 -16.85 0.01
[2,] 1 -11.75 0.01

[3,]	2	-9.52	0.01
[4,]	3	-8.20	0.01
[5,]	4	-7.30	0.01
[6,]	5	-6.64	0.01

Type 2: with drift no trend

	lag	ADF	p.value
[1,]	0	-18.4	0.01
[2,]	1	-13.6	0.01
[3,]	2	-11.7	0.01
[4,]	3	-10.8	0.01
[5,]	4	-10.4	0.01
[6,]	5	-10.4	0.01

Type 3: with drift and trend

	lag	ADF	p.value
[1,]	0	-18.4	0.01
[2,]	1	-13.6	0.01
[3,]	2	-11.7	0.01
[4,]	3	-10.8	0.01
[5,]	4	-10.4	0.01
[6,]	5	-10.4	0.01

Note: in fact, p.value = 0.01 means p.value <= 0.01

Phillips-Perron Unit Root Test

alternative: stationary

Type 1: no drift no trend

	lag	Z_rho	p.value
	15	-353	0.01

Type 2: with drift no trend

	lag	Z_rho	p.value
	15	-200	0.01

Type 3: with drift and trend

	lag	Z_rho	p.value
	15	-200	0.01

Note: p-value = 0.01 means p.value <= 0.01

KPSS Unit Root Test

alternative: nonstationary

Type 1: no drift no trend

	lag	stat	p.value
	12	6.760	0.01

Type 2: with drift no trend

	lag	stat	p.value
	12	0.0912	0.1

Type 1: with drift and trend

lag stat p.value

12 0.0589 0.1

Note: p.value = 0.01 means p.value $\leq$ 0.01

: p.value = 0.10 means p.value $\geq$ 0.10

- Variáveis Eleitorais (Eleição Nacional, Pre-Eleição Local, Eleição Local, Pré-Eleição Nacional)

Augmented Dickey-Fuller Test

alternative: stationary

Type 1: no drift no trend

lag ADF p.value

[1,] 0 -3.51 0.01

[2,] 1 -3.58 0.01

[3,] 2 -3.65 0.01

[4,] 3 -3.73 0.01

[5,] 4 -3.81 0.01

[6,] 5 -3.90 0.01

Type 2: with drift no trend

lag ADF p.value

[1,] 0 -4.09 0.01

[2,] 1 -4.20 0.01

[3,] 2 -4.33 0.01

[4,] 3 -4.47 0.01

[5,] 4 -4.63 0.01

[6,] 5 -4.80 0.01

Type 3: with drift and trend

lag ADF p.value

[1,] 0 -4.07 0.01

[2,] 1 -4.19 0.01

[3,] 2 -4.31 0.01

[4,] 3 -4.45 0.01

[5,] 4 -4.61 0.01

[6,] 5 -4.79 0.01

Note: in fact, p.value = 0.01 means p.value $\leq$ 0.01

Phillips-Perron Unit Root Test

alternative: stationary

Type 1: no drift no trend

lag Z_rho p.value

15 -26.2 0.01

Type 2: with drift no trend

lag Z_rho p.value

15 -34.4 0.01

Type 3: with drift and trend

lag Z_rho p.value

15 -34.4 0.01

Note: p-value = 0.01 means $p\text{-value} \leq 0.01$

KPSS Unit Root Test

alternative: nonstationary

Type 1: no drift no trend

lag stat p.value

12 0.903 0.1

Type 2: with drift no trend

lag stat p.value

12 0.0178 0.1

Type 1: with drift and trend

lag stat p.value

12 0.0177 0.1

Note: p-value = 0.01 means $p\text{-value} \leq 0.01$

: p-value = 0.10 means $p\text{-value} \geq 0.10$

II) Tabelas Regressões Time Series Recrutamento Partidário

1) Modelo 1: 1994 a 2017

Coefficient	Estimate	Error	t Value	Pr (> t)
Intercepto	-8,20E+07	2,73E+07	-3.010	287
Pré-Eleição Local	1,11E+08	2,07E+07	5.349	1.98e-07
Eleição Local	1,58E+07	2,35E+07	674	50.079
Pré-Eleição Nacional	1,12E+07	1,88E+07	592	55.432
Lag 1 Qtd. Ingresso	3,58E+02	6,07E+01	5.895	1.20e-08
Lag 2 Qtd. Ingresso	-1,68E+02	6,54E+01	-2.574	1.063
Lag 3 Qtd. Ingresso	-1,01E+01	6,55E+01	-154	87.746
Lag 4 Qtd. Ingresso	3,59E+01	6,73E+01	532	59.485
Lag 5 Qtd. Ingresso	3,90E+01	6,49E+01	602	54.802
Lag 6 Qtd. Ingresso	9,81E+01	6,21E+01	1.580	11.530
Lag 12 Qtd. Ingresso	-1,59E+02	5,90E+01	-2.697	747
Fevereiro	1,32E+07	3,38E+07	389	69.740
Março	3,45E+07	3,46E+07	999	31.888
Abril	5,08E+07	3,32E+07	1.531	12.707
Maio	1,26E+07	3,35E+07	375	70.770
Junho	2,71E+07	3,32E+07	814	41.635
Julho	2,86E+07	3,26E+07	878	38.088
Agosto	4,69E+07	3,26E+07	1.441	15.075
Setembro	2,08E+08	3,45E+07	6.045	5.35e-09
Outubro	7,19E+07	3,48E+07	2.069	3.953
Novembro	1,70E+07	3,54E+07	481	63.118
Dezembro	5,78E+07	3,44E+07	1.679	9.439

2) Modelo 2: 1996 a 2017

Coefficient	Estimate	Error	t Value	Pr (> t)
Intercepto	-7,24E+07	2,75E+07	-2.635	8.993
Pré-Eleição Local	1,11E+08	2,14E+07	5.160	5.36e-07
Eleição Local	2,91E+07	2,36E+07	1.230	219.836
Pré-Eleição Nacional	1,05E+07	1,80E+07	584	559.996
Lag 1 Qtd. Ingresso	3,72E+02	6,45E+01	5.777	2.48e-08
Lag 2 Qtd. Ingresso	-1,85E+02	7,01E+01	-2.643	8.786
Lag 3 Qtd. Ingresso	-4,48E+00	7,01E+01	-64	949.082
Lag 4 Qtd. Ingresso	2,64E+01	7,21E+01	366	714.601
Lag 5 Qtd. Ingresso	1,57E+01	6,88E+01	228	819.924
Lag 6 Qtd. Ingresso	9,27E+01	6,52E+01	1.423	156.226
Lag 12 Qtd. Ingresso	-2,07E+02	6,09E+01	-3.392	817
Fevereiro	1,93E+06	3,42E+07	56	954.997
Março	2,99E+07	3,53E+07	848	397.559
Abril	4,59E+07	3,41E+07	1.346	179.789
Maio	-4,55E+04	3,38E+07	-1	998.929
Junho	2,06E+07	3,37E+07	612	540.986
Julho	1,68E+07	3,27E+07	512	608.817
Agosto	3,78E+07	3,28E+07	1.152	250.405
Setembro	2,16E+08	3,52E+07	6.124	3.95e-09
Outubro	6,61E+07	3,61E+07	1.832	68.198
Novembro	-2,03E+06	3,66E+07	-55	955.868
Dezembro	1,16E+07	3,53E+07	329	742.460

3) Modelo 3: 2003 a 2017

Coefficient	Estimate	Error	t Value	Pr (> t)
Intercepto	-7,82E+07	3,25E+07	-2.405	17.463
Pré-Eleição Local	9,98E+07	2,54E+07	3.933	130
Eleição Local	2,98E+07	2,71E+07	1.098	274.085
Pré-Eleição Nacional	1,18E+07	2,12E+07	555	579.783
Lag 1 Qtd. Ingresso	5,42E+02	8,09E+01	6.698	4.48e-10
Lag 2 Qtd. Ingresso	-3,35E+02	9,51E+01	-3.517	585
Lag 3 Qtd. Ingresso	1,18E+02	9,44E+01	1.252	212.762
Lag 4 Qtd. Ingresso	-2,16E+01	8,34E+01	-259	795.690
Lag 5 Qtd. Ingresso	1,04E+01	7,60E+01	137	891.544
Lag 6 Qtd. Ingresso	7,77E+01	7,02E+01	1.107	270.325
Lag 12 Qtd. Ingresso	-1,71E+02	6,38E+01	-2.682	8.184
Diff. Eleitorado	2,57E+00	1,39E+01	185	853.568
Fevereiro	9,88E+06	3,99E+07	248	804.612
Março	4,73E+07	4,14E+07	1.143	254.814
Abril	4,55E+07	3,99E+07	1.140	256.000
Maio	-3,23E+06	3,94E+07	-82	934.918
Junho	2,90E+07	3,91E+07	741	459.661
Julho	1,27E+07	3,75E+07	338	735.501
Agosto	4,23E+07	3,81E+07	1.111	268.382
Setembro	1,81E+08	4,10E+07	4.411	2.01e-05
Outubro	8,84E+07	4,13E+07	2.137	34.277
Novembro	-1,09E+07	4,26E+07	-256	798.562
Dezembro	2,29E+07	4,08E+07	561	575.586

III) Gráficos de autocorrelação – Acf e Pacf

Figura 1: Acf Modelo 1 - 1994 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 2: Pacf Modelo 1 - 1994 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 3: Acf Modelo 1 - 1996 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 4: Pacf Modelo 2 - 1996 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 5: Acf Modelo 3 - 2003 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Figura 6: Pacf Modelo 3 - 2003 a 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Capítulo 3

Modelo 1 - Incluindo Sigla do Partido e excluindo variáveis partidárias

term	estimate	std.error	statistic	p.value
Intercepto	0.3608165275	0.02652165924	-38.4462843	3.13E-279
Pop. de 5.001 a 10.000 hab.	0.9062803028	0.01030666921	-9.553426983	2.04E-14
Pop. de 10.001 a 50.000 hab.	0.7964989031	0.008672073756	-26.24224575	7.35E-116
Pop. de 50.001 a 200.000 hab.	0.646609351	0.010051289	-43.38548419	0
Pop. de 200.000 a 500.000 hab.	0.4211986286	0.01236318114	-69.94377585	0
Pop. maior que 500.000 hab.	0.3097848693	0.0133333087	-87.89786856	0
IDHM 2010	0.9997698628	5.87E-05	-3.923241025	0.007942737999
Migrou de Partido	2.327688446	0.006257801677	135.0092291	0
Tempo de Filiação	0.9499932556	0.000336918974	-152.2632554	0
Recrutado em Setembro/Outubro	1.499650042	0.005337510499	75.91915848	0
Recrutado em Ano Eleitoral	0.6239561562	0.007954253671	-59.30135814	0
Gênero Feminino	0.4930479153	0.005430134325	-130.2290651	0
Região Norte	1.22506214	0.01282542486	15.81914137	6.62E-41
Região Nordeste	1.180540038	0.01132725836	14.64367934	4.09E-34
Região Sul	1.085267645	0.01046657543	7.810106519	1.13E-09
Região Sudeste	1.699926349	0.009487070909	55.91935587	0
DEM	0.9964552426	0.02241361652	-0.173894549	0.5226225381
PCB	0.6423631532	0.0924318139	-4.810169075	0.001649587193
PDT	0.8490661532	0.02277815844	-7.199665211	9.71E-08
PEN	0.777466922	0.04018639679	-6.278232069	3.10E-06
PHS	0.918172893	0.02790447974	-3.075341072	0.02788250548

PMDB	0.8636512826	0.02190428248	-6.708378918	1.31E-06
PMN	0.9166250617	0.02810874128	-3.10931322	0.02522682854
PODE	0.8849082579	0.02950266895	-4.15892661	0.002325240217
PP	0.8057540789	0.0226282217	-9.560314573	1.75E-14
PPL	0.8010682192	0.05015486473	-4.437367617	0.0005500250869
PPS	0.9682347023	0.02377235366	-1.372607828	0.2777902299
PR	0.8148236016	0.02334213331	-8.788692536	3.37E-11
PRB	0.5321149862	0.02676327647	-23.5873816	2.56E-96
PROS	0.5067053546	0.03943171153	-17.25586788	7.24E-50
PRP	0.7553526031	0.02819192793	-9.96552788	1.20E-16
PRTB	0.7992495518	0.03095510563	-7.254250108	9.28E-08
PSB	0.843535804	0.02335983713	-7.300216492	2.06E-08
PSC	0.746192957	0.02511330963	-11.67372942	1.76E-19
PSD	0.6285695452	0.0261658752	-17.76126618	3.05E-55
PSDB	0.726427474	0.02226999178	-14.36782751	9.50E-33
PSDC	0.7522998182	0.02913145387	-9.784861658	3.13E-14
PSL	0.7128126955	0.02757375077	-12.29191928	1.67E-22
PSOL	0.5905217606	0.03445962208	-15.29704551	3.96E-42
PSTU	1.769487049	0.06742246555	8.446486957	1.11E-09
PT	0.8602856124	0.02230953683	-6.761837038	2.81E-07
PTB	0.6852292978	0.02282479925	-16.57704164	9.31E-43
PTC	0.7217853065	0.029642111	-11.0111487	3.98E-19
PV	0.7262775864	0.0248888084	-12.86534185	8.17E-27
SD	0.3131854371	0.0350113253	-33.1734908	5.26E-211

Modelo 2 - Excluindo Sigla do Partido e incluindo variáveis partidárias

term	estimate	std.error	statistic	p.value
Intercepto	0.2448654875	0.0521707819	-26.99417895	9.64E-135
Partido de Direita	1.101459687	0.006791765553	14.22612118	3.56E-35
Partido de Esquerda	1.082887216	0.00691648803	11.50959413	1.08E-19
Log do Número de Filiados	1.015053369	0.004356955174	3.426652085	0.01818658267
Pop. de 5.001 a	0.9041294629	0.01033546335	-9.756728662	5.90E-15

10.000 hab.				
Pop. de 10.001 a 50.000 hab.	0.790659386	0.008691798566	-27.02930167	2.02E-123
Pop. de 50.001 a 200.000 hab.	0.6396222707	0.01007372217	-44.36747483	0
Pop. de 200.000 a 500.000 hab.	0.416167111	0.01238926417	-70.76660286	0
Pop. maior que 500.000 hab.	0.3028120907	0.01334280332	-89.54126906	0
IDHM 2010	0.9997451601	5.88E-05	-4.334944193	0.002982805194
Migrou de Partido	2.204206735	0.006067024095	130.2704923	0
Tempo de Filiação	0.9502924654	0.000334713388 6	-152.3257259	0
Recrutado em Setembro/Outubro	1.502173328	0.005342243133	76.16660122	0
Recrutado em Ano Eleitoral	0.6169261397	0.007981314335	-60.51981291	0
Gênero Feminino	0.4904956762	0.005449975895	-130.7072594	0
Fundado Era Filex	0.8243337451	0.01408765486	-13.71828921	2.07E-32
Fundado Era FiliaWeb	0.8223158028	0.0194863918	-10.04761777	5.46E-16
Fundado Era LOPP	1.080111638	0.01086679103	7.086226411	4.33E-08
Idade do Partido	0.9970151527	0.000943007705	-3.170563522	0.02693605623
Região Norte	1.212639443	0.01286336593	14.9798107	1.68E-36
Região Nordeste	1.168256416	0.01136213246	13.67796578	1.82E-28
Região Sul	1.076424596	0.01048490393	7.015985337	1.25E-07
Região Sudeste	1.683249197	0.00951828977	54.6998414	0

Capítulo 4

Modelo 1 - Incluindo Sigla do Partido e excluindo variáveis partidárias

term	estimate	std.error	statistic	p.value
Intercepto	247.121.618.019. 531	269.160.609.476. 826	335.984.574.583.235	9,71E-179
Pop. de 5.001 a 10.000 hab.	100.265.654.308. 229	93.916.638.410.8 71	277.396.397.707.439	461.030.620.370.023
Pop. de 10.001 a 50.000 hab.	957.331.916.566. 354	733.392.523.308. 669	-594.915.408.337.879	3,48E+09
Pop. de 50.001 a 200.000 hab.	95.085.504.811.9 11	733.157.075.336. 879	-687.710.658.014.112	4,00E+06
Pop. maior que 200.000 hab.	100.692.158.145. 504	595.972.323.280. 228	115.411.132.611.123	309.872.581.301.609
IDHM 2010	999.846.453.729. 099	6,44E+08	-238.531.657.997.928	913.521.327.426.734
Migrou de Partido	538.176.453.105. 533	6.710.070.777.40 1	250.815.886.080.399	0
Tempo de Filiação	999.272.191.876. 068	2,15E+08	-338.976.951.032.515	0
Recrutado em Ano Eleitoral	273.132.267.723. 196	726.767.441.898. 296	-178.574.492.732.722	0
Candidato	137.772.751.770. 038	693.309.462.356. 421	462.151.445.654.959	0
Gênero Feminino	806.621.906.127. 192	568.307.334.427. 011	-37.816.704.107.907	1,07E-266
Região Norte	899.159.911.645. 917	130.129.755.270. 136	-817.595.159.649.447	5,80E+04
Região Nordeste	100.940.897.495. 741	116.258.025.775. 427	79.847.832.122.743	39.904.804.050.116
Região Sul	872.144.325.222. 109	105.016.936.816. 415	-130.318.866.251.917	3,97E-17
Região Sudeste	94.538.308.524.0 26	961.675.560.927. 921	-584.621.611.624.532	8,63E+08
DEM	152.538.858.472. 036	22.715.296.056.7 06	185.764.434.538.974	1,00E-42
NOVO	179.757.079.434. 648	721.865.119.732. 774	-238.034.604.238.428	2,31E-91
PCB	212.622.795.928. 902	81.599.695.671.7 29	92.184.290.126.382	2,27E+02

PCO	139.610.500.868. 113	164.808.020.606. 026	192.459.158.208.346	1.629.788.241.555
PDT	100.044.491.836. 107	226.376.404.487. 898	669.494.577.548.263	500.908.269.750.227
PEN	124.515.684.516. 908	443.622.719.464. 955	-469.845.784.306.418	0
PHS	629.337.057.318. 708	271.109.183.652. 317	-170.920.750.874.395	5,23E-36
PMB	718.697.694.378. 187	895.113.015.296. 109	-294.708.009.665.285	3,47E-168
PMDB	940.581.088.303. 831	21.905.694.071.3 51	-280.974.392.794.881	423.314.192.166.764
PMN	89.214.083.820.5 39	288.707.937.890. 789	-396.402.720.116.181	341.143.076.601.187
PODE	669.704.264.845. 409	289.537.369.570. 896	-138.596.751.021.127	4,57E-16
PP	761.657.895.952. 071	232.274.693.883. 942	-117.346.618.676.399	4,47E-09
PPL	206.298.399.855. 875	480.448.871.304. 876	-328.748.674.928.476	3,54E-187
PPS	111.525.265.403. 755	244.242.398.476. 323	445.282.220.971.884	891.631.214.111.766
PR	749.178.984.876. 383	238.212.817.784. 407	-121.360.487.080.323	4,05E-08
PRB	428.200.295.158. 424	245.127.280.920. 414	-346.125.938.032.862	5,54E-203
PROS	947.176.288.740. 348	399.943.808.427. 816	-589.461.140.860.431	0
PRP	593.779.869.041. 873	28.747.274.257.0 21	-181.463.404.146.713	1,83E-42
PRTB	563.698.955.229. 412	310.837.508.937. 373	-184.565.638.305.137	1,01E-44
PSB	603.983.426.548. 229	233.206.976.952. 544	-216.350.123.701.603	1,71E-66
PSC	489.079.779.182. 246	251.229.626.678. 704	-284.842.126.192.034	3,44E-123
PSD	159.868.659.855. 548	257.815.009.372. 581	-71.127.511.497.315	0
PSDB	59.392.981.929.3 55	223.482.705.473. 249	-233.263.001.096.117	6,04E-78
PSDC	627.516.280.998. 412	291.724.156.489. 569	-159.885.685.735.145	5,95E-27
PSL	499.971.106.502.	280.477.207.736.	-247.274.418.268.252	3,20E-88

	249	015		
PSOL	230.237.968.874. 863	30.874.787.098.2 27	-475.813.553.522.832	0
PSTU	68.294.852.642.5 99	101.290.830.742. 356	-379.352.924.623.965	414.284.625.183.261
PT	877.889.436.868. 551	22.449.510.899.9 01	-581.304.604.442.935	29.084.287.472.596
PTB	639.267.103.314. 066	235.775.587.512. 515	-189.907.196.541.806	3,74E-43
PTC	418.275.063.450. 762	304.465.218.494. 589	-286.417.935.936.646	1,09E-132
PV	507.475.819.913. 044	250.029.997.258. 308	-271.411.002.991.289	1,20E-121
REDE	384.529.088.930. 348	103.790.041.277. 105	-314.579.846.413.504	2,62E-182

Modelo 2 - Incluindo variáveis partidárias e excluindo Sigla do Partido

term	estimate	std.error	statistic	p.value
Intercepto	117.687.655.995. 293	314.383.790.359. 954	516.161.604.329.206	284.435.432.887.423
Partido de Direita	126.584.201.845. 826	736.601.241.717. 796	320.002.717.217.804	1,30E-166
Partido de Esquerda	105.867.669.887. 897	772.694.776.734. 909	737.586.302.500.497	2,66E+07
Partido Tamanho Médio	145.810.725.080. 592	179.185.653.407. 492	210.380.817.609.532	9,67E-69
Partido Tamanho Grande	102.488.255.022. 825	998.510.904.616. 352	245.872.651.133.333	752.705.234.190.198
Pop. de 5.001 a 10.000 hab.	97.248.649.918.3 58	930.698.164.858. 726	-300.261.021.576.073	350.809.837.419.182
Pop. de 10.001 a 50.000 hab.	945.452.704.623. 017	7.289.460.060.71 8	-769.844.045.217.456	3,41E+06
Pop. de 50.001 a 200.000 hab.	946.123.377.815. 005	728.911.336.002. 182	-760.162.146.437.518	8,12E+04
Pop. maior que 200.000 hab.	100.210.119.041. 205	592.591.565.435. 615	350.864.809.167.483	476.754.033.788.433
IDHM 2010	999.782.326.692.	6,39E+09	-340.855.638.681.872	246.795.547.754.606

	416			
Migrou de Partido	475.349.237.217.462	634.722.647.103.227	245.596.577.125.896	0
Tempo de Filiação	999.278.531.679.089	2,12E+08	-340.380.898.440.375	0
Recrutado em Ano Eleitoral	273.637.882.358.357	717.039.281.951.733	-180.739.325.270.669	0
Candidato	141.838.073.467.119	688.089.407.488.854	507.920.406.362.163	0
Gênero Feminino	798.705.573.613.119	564.483.437.003.369	-398.200.429.054.923	0
Região Norte	875.861.079.506.524	129.152.736.760.215	-102.704.834.578.828	1,15E-01
Região Nordeste	999.949.021.342.776	115.495.295.500.092	-11.501.198.955.477	489.556.472.320.389
Região Sul	875.079.719.150.491	104.285.138.352.451	-128.011.061.869.257	1,51E-14
Região Sudeste	939.779.809.637.825	955.568.146.455.997	-650.554.507.569.335	4,14E+06
Idade do Partido	100.470.152.463.707	108.882.910.974.232	430.732.207.874.249	226.761.931.839.105
Fundado Era Filex	757.331.158.172.028	153.182.995.265.972	-1.815.182.040.401	3,32E-42
Fundado Era FiliaWeb	333.455.413.508.468	22.438.609.666.348	-489.548.551.492.178	0
Fundado Era LOPP	117.426.667.245.255	124.255.219.775.523	12.922.728.434.535	6,36E-15